

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARCUS VINICIUS CALDERAN CALDARA

**Posições e disposições na trajetória de Francisco Weffort (1937-1994)**

São Carlos

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARCUS VINICIUS CALDERAN CALDARA

**Posições e disposições na trajetória de Francisco Weffort (1937-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lidiane Soares Rodrigues

São Carlos

2024

Nome: Marcus Vinicius Calderan Caldara

Título: Posições e disposições na trajetória de Francisco Weffort (1937-1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 06/02/2024.

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiane Soares Rodrigues  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Livre Docente Luiz Carlos Jackson  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon (suplente)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro (suplente)  
Universidade Federal de São Carlos

Dedico este trabalho aos meus pais, Simoni Cristina Calderan e Marcos Rogério Caldara da Silva, que me ensinaram a importância da educação, da persistência e da dedicação. Que este seja um tributo modesto aos valores que vocês inculcaram em mim.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Marcos Rogério Caldara da Silva e Simoni Cristina Calderan. Essa conquista é resultado direto do apoio incondicional e dos sacrifícios que vocês dedicaram ao longo de todos esses anos. Seu constante encorajamento iluminou meu caminho nos dias mais desafiadores. Cada página é um testemunho da confiança que depositaram em mim e do exemplo inspirador que sempre foram. Este trabalho é, em grande parte, um reflexo do comprometimento que aprendi com vocês.

Agradeço também à Cairo Henrique dos Santos Lima, pelos vínculos de confiança construídos no decorrer de uma amizade tão duradoura e por ser fonte constante de inspiração e motivação, assim como de incontáveis momentos de afeto e alegria. Sua presença foi um refúgio seguro ao longo desses anos.

Sou igualmente grato à minha orientadora, professora Lidiane Soares Rodrigues, pelo exemplo de comprometimento e de profissionalismo, pelos conselhos, pelo incentivo, pelas leituras sempre atentas e rigorosas e pela ajuda paciente ao longo desses anos em que trabalhamos juntos.

Da mesma forma não poderia deixar de expressar toda a minha gratidão aos queridos amigos de Campinas. Aos meus tão estimados companheiros dos tempos de Culto à Ciência, Alex Heding (Alex), que sempre me recebe quando estou na cidade e sempre me mostra uma música que não conhecia, Felipe Borbon (Fê), um dos melhores artistas que já tive o prazer de conhecer, Manoel Souza (Manoelzinho), um exemplo de camarada combativo e de perseverança. Isabella Pereira (Isa), a amiga mais antiga com quem ainda tenho contato e que nunca deixou de prestar seu apoio. Obrigado por terem expandido o horizonte do meu imaginário e por vocês ainda estarem aqui.

Gostaria também de agradecer meus antigos professores e mestres, professor Guilherme, professora Rosângela, professor Lua, professor Rogério, professora Viviane, professora Sônia e professor Romeu, pelo incentivo e pela paixão que me despertaram pelas ciências humanas. Igualmente um agradecimento especial à professora Vera Alves Cepeda, uma verdadeira intelectual e grande inspiração para seguir na carreira acadêmica. À professora Gleidy Lucy Oliveira da Silva pelas aulas descontraídas de Comunicação Política e ao professor Gabriel Avila Casalecchi pelas ótimas aulas de Metodologia.

Também agradeço com muito carinho aos amigos de São Carlos, Leandro Dolensi (Lê), amigo querido com quem já vivi de tudo um pouco, com quem sempre aprendo algo novo e por quem tenho enorme gratidão por muitas coisas. André Ramatís (Lulinha), “meu filho preferido”, com quem sempre tenho conversas bem-humoradas sobre política e que sempre me motiva a ser melhor. Paulo Jorge (Jorginho), meu antropólogo e sambista preferido. Mayara Ramos (Maya), pelos papos mais interessantes que tive sobre ciência nesses dois últimos anos, pelo carinho, pela inspiração que motiva e por todas as vezes que suportou desabafos intermináveis.

Agradeço à Sandra e à toda a equipe do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) do IFCH da Unicamp, pela recepção e pelo auxílio nos dias de coleta documental realizada nos acervos. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que colaborou para o desenvolvimento da pesquisa e para minha permanência na pós-graduação nos últimos dois anos.

## RESUMO

CALDARA, Marcus Vinicius Calderan. **Posições e disposições na trajetória de Francisco Weffort (1937-1994)**. 120p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2024.

**Resumo:** Esta dissertação trata da trajetória do cientista político Francisco Correa Weffort. Seu percurso acadêmico, sua produção intelectual e sua carreira política são objeto frequente do interesse de pesquisadores da área de pensamento político no Brasil. Atuando em instituições que foram centrais no desenvolvimento das ciências sociais no país, Weffort tornou-se uma referência nos estudos sobre o populismo na política brasileira e latino-americana; sobre a ideologia nacional-desenvolvimentista; sobre a história do movimento sindical; e sobre a consolidação do regime democrático no Brasil. Além disso, sua atuação como figura pública, enquanto fundador e secretário geral do Partido dos Trabalhadores (PT) e depois como Ministro da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), também é objeto frequente de interesse dos pesquisadores. A bibliografia sobre o tema tende a enfatizar exclusivamente a evolução das ideias como elemento explicativo da trajetória de Weffort. Este trabalho procura adotar uma abordagem oposta à essa tendência, explorando os nexos explicativos entre seus deslocamentos objetivos de posição no espaço social e suas tomadas de posição no âmbito político.

**Palavras-chave:** Francisco Weffort; Intelectuais e Política; Sociologia dos Intelectuais; Pensamento Político Brasileiro; História das Ciências Sociais no Brasil;

## ABSTRACT

CALDARA, Marcus Vinicius Calderan. **Positions and dispositions in the trajectory of Francisco Weffort (1937-1994)**. 120p. Dissertation (M.A. in Political Science). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2024.

**Abstract:** This dissertation examines the trajectory of the political scientist Francisco Correa Weffort. His academic journey, intellectual output, and political career are frequently of interest to researchers in the field of political thought in Brazil. Working in institutions that were central to the development of social sciences in the country, Weffort became a reference in studies on populism in Brazilian and Latin American politics; about the national-developmental ideology; about the history of the trade union movement; and about the consolidation of the democratic regime in Brazil. Furthermore, his role as a public figure, as founder and general secretary of the Workers' Party (PT) and later as Minister of Culture in the Fernando Henrique Cardoso government, of the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), is also a frequent object of interest among researchers. The literature on the topic tends to emphasize exclusively the evolution of ideas as an explanatory element of Weffort's trajectory. This work seeks to adopt an approach opposite to this trend, exploring the explanatory links between his objective shifts in position in the social space and his position taking in the political sphere.

**Keywords:** Francisco Weffort; Intellectuals and Politics; Sociology of Intellectuals; Brazilian Political Thought; History of Social Sciences in Brazil.

## **LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS**

Quadro 1 – Rede social de apoio para a reconstrução da área de política na USP .....	<b>50</b>
Quadro 2 – As orientações de Francisco Weffort na USP (1970-1992) .....	<b>53</b>
Quadro 3 - CEDEC: fundadores .....	<b>72</b>
Gráfico 1 – Recursos do CEDEC originários da Fundação Ford e de outras agências (1981-1992) .....	<b>78</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
- AEL– Arquivo Edgard Leuenroth
- ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEDEC – Centro Estudos da Cultura Contemporânea
- CEDES – Centro de Estudio de Estado y Sociedad
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CESIT – Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho
- CIA – Central Intelligence Agency
- CIEPLAN – Corporación de estudios para Latinoamérica
- CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
- CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DCP-UFMG – Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FF – Fundação Ford
- FFCL-USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
- FFLCH-USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
- FGV-EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- FLACSO – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
- ILPES – Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social

IPSA – International Political Science Association  
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MinC – Ministério da Cultura  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDS - Partido Democrático Social  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PRN – Partido Republicano Nacionalista  
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia  
SSRC – Social Science Research Center  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
USAID – United States Agency for International Development  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

Introdução .....	13
1. Os estudos sobre pensamento político brasileiro: entre uma história das ideias e uma sociologia dos intelectuais .....	17
2. Por que Francisco Weffort interessa aos estudos de pensamento político? .....	26
3. A trajetória de Francisco Weffort .....	36
3.1 Da migração ao enraizamento (1937-1969) .....	36
3.2 Do circuito do CEBRAP à secretaria geral do PT (1969-1986) .....	46
3.3 Derrotas, de volta ao começo (1986-1994) .....	92
Considerações finais .....	109
Referências Bibliográficas .....	112
Fontes jornalísticas, digitais e audiovisuais citadas .....	118

## **Introdução**

Esta dissertação trata da trajetória do cientista político Francisco Correa Weffort (1937-2021). Seu percurso acadêmico, sua produção intelectual e sua carreira política são objeto frequente do interesse de pesquisadores da área de pensamento político no Brasil.

Ao longo de sua carreira, Weffort atuou no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Foi fundador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o primeiro presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Esse conjunto de instituições teve, como pretende-se discutir, um papel central no desenvolvimento e na institucionalização das ciências sociais no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990.

Integrado ao circuito dessas instituições, Weffort se tornou uma referência das ciências sociais nas áreas de estudos sobre: o populismo na política brasileira e latino-americana; os governos de Getúlio Vargas e o período do Estado Novo; a ideologia nacional-desenvolvimentista; a história do movimento sindical; e a consolidação do regime democrático no Brasil pós-ditadura. Além disso, sua atuação como figura pública, enquanto fundador e secretário geral do Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente como Ministro da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), também é objeto frequente de interesse dos pesquisadores.

O conjunto dos trabalhos dedicados à trajetória e à obra de Francisco Weffort, tende a enfatizar exclusivamente a evolução na direção de uma “correção” das ideias como elemento explicativo de sua trajetória – estejam eles interessados na sua produção teórica e conceitual (isto é, em indicar como suas ideias contribuíram para o “pensamento político brasileiro” e para a formação do PT), ou na avaliação dos seus engajamentos políticos (isto é, na explicação sobre como suas rotações partidárias seriam só aparentemente contraditórias, guardando um fundo de coerência substancial). Essa literatura tende a negligenciar a lógica do espaço social em favor da lógica das ideias como fundamento explicativo das tomadas de posição políticas do agente.

Nesta dissertação procura-se adotar uma abordagem oposta à tendência evidenciada por essa bibliografia, explorando, tanto quanto possível, os deslocamentos objetivos do agente no espaço social como fator explicativo de suas tomadas de posição políticas. Nesse sentido, a descrição e análise propostas concentram-se especialmente na dinâmica da carreira

social e das posições institucionais – das quais as ideias são parte constitutiva e resultante, mas não um “fator explicativo”.

Busca-se reconstituir a trajetória de Weffort considerando o leque de oportunidades que os espaços sociais abriram e fecharam para ele. Esse leque de oportunidades, por sua vez, é percebido e explorado com base nas disposições do agente, particularmente inclinadas, nesse caso, às adaptações estratégicas no campo intelectual e político. O exercício analítico deste trabalho busca, dessa forma, articular a dimensão objetiva (o espaço social, as posições objetivas e os capitais por ela pressupostos) e a dimensão subjetiva (suas disposições) como fundamentos compreensivos das tomadas de posição político-partidárias deste agente.

Com esse objetivo, combinaram-se uma variedade de métodos e materiais na análise. Foi realizada uma prosopografia dos membros do CEBRAP e do CEDEC, centradas nas seguintes variáveis: local e data de nascimento; área/instituição de formação; área/instituições de docência; área/instituição/data/orientação do doutoramento; temas predominantes da obra; filiação e/ou engajamento (partidário); posições (dos filiados); cargos eletivos, administrativos ou de confiança em governos.

Foi realizado também um levantamento documental no acervo “Memória CEDEC” do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Esse levantamento consistiu na digitalização de 700 páginas de documentação de natureza diversa relativa à história institucional do CEDEC (correspondências, relatórios de pesquisa, projetos de pesquisa, balanços anuais de atividades, registros financeiros, avaliações institucionais), organizadas e sistematizadas posteriormente num banco de dados em nuvem online (Google Drive). Neste ínterim também foi realizado levantamento preliminar de dados sobre o histórico de prioridades de financiamento da Fundação Ford no Brasil, com base em trabalhos acadêmicos sobre o tema e em publicações da própria Fundação Ford.

Foi feito ainda o levantamento de publicações de Francisco Weffort (artigos, livros, teses) contemplando as diferentes fases de sua carreira, além do levantamento de publicações dos intelectuais uspianos vinculados ao CEBRAP e ao CEDEC nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo (espaços de debate e divergência pública entre eles) no contexto da transição de regime político e dos primeiros anos da “Nova República” (1980-1999).

A análise combinada desse conjunto de materiais visa contemplar as duas dimensões analíticas que o estudo busca articular, isto é, de um lado o espaço das posições institucionais

objetivas (e os capitais a elas associados), e de outro, as produções simbólicas e discursivas associadas as disposições dos ocupantes dessas posições.

O texto foi estruturado em três movimentos. Na primeira seção, procura-se situar algumas tendências, problemas e paradigmas que delineiam os contornos da agenda de estudos do pensamento político no Brasil. Essa área, desde a sua origem, tem se dividido entre duas abordagens principais, que polarizam seus pesquisadores, escolas e objetos de estudo: uma abordagem “internalista” ou “textualista”, vinculada à história das ideias, que privilegia o estudo de obras e produções intelectuais; e uma abordagem “externalista” ou “contextualista”, vinculada à sociologia dos intelectuais, que privilegia as instituições e os agentes.

Na segunda seção, é discutida especificamente a produção bibliográfica dos estudos de pensamento político sobre a trajetória de Francisco Weffort. Trata-se de indicar como os estudos desse “caso” correspondem tipicamente à cisão de abordagem mais ampla da área, entre “textualistas” e “contextualistas”.

A terceira seção analisa a trajetória de Francisco Weffort, caracterizada segundo três fases. A primeira corresponde à fase inicial de sua trajetória social, trata-se de apresentar sua origem social, a migração familiar para a cidade de São Paulo durante a adolescência e seus esforços por se integrar no circuito dos cientistas sociais ligados à Cadeira de Sociologia I da FFCL-USP, entre o final da década de 1950 e a década de 1960. Nesse período, ele participou dos seminários d’O Capital, do CESIT e da CEPAL. Para reconstituir o percurso de migração, integração e enraizamento na cidade de São Paulo, realçam-se as características das instituições e dos grupos em questão e as estratégias de Weffort para “se fazer” nesses espaços.

A segunda parte da terceira seção trata da trajetória de Francisco Weffort entre 1969 e 1986, um período ascensional em sua carreira, sucedendo à fase anterior, de enraizamento social. Neste período, marcado pela aposentadoria compulsória de vários professores da FFLCH-USP pela ditadura militar, Weffort tornou-se professor do Departamento de Ciências Sociais desta instituição, onde liderou a construção do programa de pós-graduação em ciência política. Nesse período também foi membro do CEBRAP, fundador do CEDEC, primeiro presidente da ANPOCS, fundador e secretário-geral do Partido dos Trabalhadores.

Após consolidar seu enraizamento no circuito social dos intelectuais ligados à Cadeira de Sociologia I no período anterior, o que se observa nessa fase é uma intensa acumulação de capital social, intelectual e institucional. Essa acumulação gradualmente

fortaleceu e impulsionou um projeto de diferenciação e autonomização intelectual, especialmente em relação ao circuito dos intelectuais paulistas que orbitavam em torno de Fernando Henrique Cardoso.

Em função destes fatores é possível afirmar que esta fase da trajetória de Weffort se caracteriza pela superação da posição de “mais um” no circuito dos intelectuais paulistas à posição do intelectual “referência” da esquerda organizada institucionalmente (no CEBRAP e no CEDEC) e partidariamente (no PT). Para reconstituir esse percurso, a segunda parte da terceira seção descreve as características das instituições nos quais Weffort se envolveu nesse período (FFLCH-USP, CEBRAP, CEDEC, ANPOCS, PT) e as atividades por ele desempenhadas em cada um desses espaços.

Por fim, é discutida a trajetória de Francisco Weffort entre 1986, quando sofreu a primeira derrota significativa em sua carreira política no PT, e 1994, quando aceitou o convite de Fernando Henrique Cardoso, então eleito Presidente da República pelo PSDB, para assumir o cargo de Ministro da Cultura no governo federal. O que se pretende é reconstituir os passos dessa redefinição de estratégia à luz dos deslocamentos objetivos de posição de Weffort no espaço intelectual e político-partidário. Essa reconstituição procura estabelecer condições para uma análise da tomada de posição que seja uma alternativa a duas condutas: por um lado, a de um enquadramento textualista/internalista, preocupado com a coerência/contradição das ideias, e por outro lado, de um enquadramento normativo e acusatório.

A escolha por discutir o percurso intelectual e político de Francisco Weffort, no escopo do enquadramento analítico acima, é justificada pelo fato de se tratar de uma trajetória que, à primeira vista, parece contraditória no plano das ideias, mas que se torna compreensível e lógica quando examinada do ponto de vista do espaço social e dos interesses associados à dinâmica das posições que nele se ocupa.

Como pretende-se demonstrar, a trajetória de Francisco Weffort ilustra, possivelmente mais do que a de qualquer outro intelectual em seu circuito, a maneira como a formulação das ideias está em constante adaptação à posição no espaço social – e não o contrário. Isto é, a trajetória de Weffort representa uma ótima demonstração da forma como as ideias vivem em homologia com a posição que orienta os interesses dos atores nos diversos espaços sociais que compõem sua experiência.

## **1. Os estudos sobre pensamento político brasileiro: entre uma história das ideias e uma sociologia dos intelectuais**

Nesta seção, busca-se brevemente situar algumas tendências, problemas e paradigmas que delineiam os contornos da agenda de estudos à qual essa dissertação se vincula. O presente trabalho insere-se no âmbito dos estudos sobre o pensamento político e social brasileiro. Desde a sua origem, essa área tem sido moldada por uma divergência teórico-metodológica entre duas abordagens principais, que polarizam seus pesquisadores, escolas e objetos de estudo: história das ideias e a sociologia dos intelectuais.

Se ambas visam compreender as ideias e a produção intelectual, fazem-no a partir de perspectivas diferentes. Por um lado, a história das ideias concentra-se na evolução e no desenvolvimento das concepções políticas ao longo do tempo. Este enfoque investiga as transformações nas ideias políticas brasileiras, examinando textos, discursos e manifestos ao longo da história. Os estudiosos dessa abordagem buscam entender como as ideias políticas foram formuladas, disseminadas e modificadas ao longo das diferentes épocas. Ao analisar os *escritos* de pensadores brasileiros, a história das ideias destaca as influências, contextos e debates que moldaram a trajetória do pensamento político no país.

Por outro lado, a sociologia dos intelectuais direciona o foco para os próprios *agentes* produtores dessas ideias. Ela examina o papel dos intelectuais na sociedade, investigando suas interações, redes, e como suas posições sociais e experiências pessoais influenciam suas produções intelectuais. Essa abordagem considera os intelectuais como atores sociais inseridos em contextos específicos, analisando fatores como origem socioeconômica e familiar, perfil escolar e cultural (capital cultural), redes social de apoio (capital social) e engajamento político. A sociologia dos intelectuais busca entender não apenas o que os pensadores produzem, mas também como suas próprias condições sociais condicionam suas visões políticas.

De maneira geral, enquanto a história das ideias se preocupa principalmente com a evolução das concepções políticas ao longo do tempo, a sociologia dos intelectuais volta-se para os agentes responsáveis por essas ideias, examinando as condições sociais e os contextos que moldam a produção intelectual. Assim, enquanto a história das ideias inclina-se para uma abordagem metodológica “textualista”, a sociologia dos intelectuais inclina-se para uma abordagem “contextualista”.

A divisão entre textualistas e contextualistas na área de estudos do pensamento político brasileiro reflete uma dicotomia fundamental no modo como os acadêmicos

abordam e interpretam as obras dos pensadores políticos do país. Os textualistas concentram sua análise estritamente nos textos escritos, buscando compreender as ideias políticas por meio de uma leitura literal e formal. Eles argumentam que as obras devem ser interpretadas no contexto de sua produção, sem considerar fatores externos, como o ambiente político e social em que foram escritas.

Por outro lado, os contextualistas advogam por uma abordagem mais global, que leve em conta não apenas o texto em si, mas também o contexto histórico, cultural e social que envolveu a produção do pensamento político. Esses estudiosos argumentam que ignorar o contexto pode levar a interpretações superficiais e distorcidas das ideias políticas, uma vez que muitas vezes essas ideias são moldadas por eventos e condições específicas de sua época.

Essa dicotomia pode ser exemplificada ao analisar autores clássicos do pensamento político como Maquiavel, Hobbes, Rousseau ou mesmo pensadores brasileiros como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Os textualistas se dedicam a uma análise minuciosa dos textos desses pensadores, enquanto os contextualistas buscam entender como as circunstâncias históricas influenciaram suas concepções políticas. Essa divisão de abordagens, embora por vezes conflitante, contribui para um debate enriquecedor no campo da teoria política brasileira, desafiando os estudiosos a considerar tanto os aspectos textuais quanto os contextuais para uma compreensão mais completa e precisa do pensamento político no Brasil.

Em “*Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*”, um dos ensaios fundamentais dessa área de estudos, Gildo Marçal Brandão explora essa divergência. No desenvolvimento de seu argumento, Brandão destaca a “força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação” (BRANDÃO, 2005, p.236). Ele chama a atenção, em especial, para o fato de que o estudo do pensamento político-social brasileiro foi capaz de formular e discriminar, ao longo da evolução política e ideológica do país, a existência de “estilos” determinados, conforme apontado pelo autor:

formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual (*ibid.*)

Brandão argumenta que a área de estudos do pensamento político deveria direcionar seus esforços para “investigar a existência dessas famílias intelectuais no Brasil, reconhecer suas principais características formais e escavar sua genealogia”. Dessa forma, esse *approach* teórico visa principalmente à elaboração de um empreendimento analítico capaz

de “formular, em última instância, uma hipótese sobre como essas correntes responderam aos desafios impostos pelo desenvolvimento histórico-político do país” (*ibid.*).

Desse ponto de partida, a ênfase analítica concentra-se na investigação de linhas de continuidade histórica e na genealogia de categorias e formas de pensamento que perduram na história intelectual nacional. De acordo com a abordagem internalista, essas linhas de continuidade manifestam-se na lógica das ideias presentes nas produções intelectuais (textos) dedicadas à elaboração de uma “interpretação” da trajetória nacional em diversas direções e em diferentes momentos históricos.

Essa perspectiva de análise, portanto, parte do que estabelece como a lógica das ideias, para distinguir a “alocação” em tal ou qual “família” de pensamento, a partir das respostas formuladas a um certo conjunto de questões: a formação cultural e política da identidade nacional; o problema do desenvolvimento moderno no país; a relação sociedade-civil/Estado e o desenvolvimento dos direitos civis, sociais e políticos, entre outras (BOTELHO & SCHWARCZ, 2011). Dessa forma, a ênfase textualista concentra-se na descrição das “formas de pensar subjacentes”, ou seja, nas estruturas intelectuais e categorias teóricas a partir das quais a realidade é percebida, a experiência prática é elaborada e a ação política é organizada. O foco dessa abordagem, portanto, é o mapeamento de “estruturas intelectuais que se cristalizam historicamente como *a priori* analíticos” (BRANDÃO, 2005, p.236-237).

Em “*Cartografia do pensamento político brasileiro*”, outro ensaio incontornável da área, Christian Lynch trata de como a área de estudos sobre pensamento político brasileiro assume uma característica distintiva dentro do âmbito mais amplo dos estudos sobre pensamento social, ideias e intelectuais – área de estudos interdisciplinar na qual estão em debate trabalhos da historiografia, da sociologia, da economia, da ciência política e da antropologia.

Nesse artigo, Lynch procura refletir sobre o papel dos estudos de história das ideias no contexto de uma teoria política mais abrangente, indagando-se sobre “se o horizonte último da disciplina de pensamento político brasileiro não seria o de sua dissolução final na teoria política” (LYNCH, 2016, p.113). Lynch atribui centralidade à lógica internalista/textualista das ideias em função das contribuições específicas que estas ideias possam vir a oferecer para o quadro de uma “teoria política geral” – que por esta razão não seriam redutíveis ao “determinismo” das análises externalistas/contextualistas.

Autores mais vinculados a essa tradição de estudos sobre ideias e intelectuais, tendem a sublinhar limitações no potencial heurístico das abordagens contextualistas. Brandão questiona as “tradicionalis explicações de uma obra pela origem social do autor” além das “moderníssimas reduções do conteúdo e da forma da produção intelectual às estratégias institucionais ou de ascensão profissional ou social das *coteries*”, afirmando:

fica claro que o caminho escolhido não poderia ser o da biografia, fosse ela escrita em chave psicológica ou intelectual; nem o da sociologia, seja a dos intelectuais ou a de suas instituições; nem o da história das mentalidades, com o seu enfoque nas atitudes, comportamento e representações coletivas inconscientes. (...) não cabe explicar a qualidade ou a especificidade de um pensamento político ou produto literário pela evocação da “origem de classe” de seu autor. (...) em nenhum momento a produção intelectual será lida como reflexo ideológico de grupo social preexistente (BRANDÃO, 2005, p.242-243).

Por outro lado, na abordagem oposta, a preocupação não é centrada em pensar politicamente a política e nem desenvolver uma “teoria da história das ideias políticas”. A abordagem externalista/contextualista busca reconstruir objetivamente, primeiro, a sociológica dos espaços sociais e posteriormente a “lógica” das ideias. Dessa forma, procura estabelecer nexos entre a dinâmica de produção das ideias, as posições no espaço social e as disposições dos agentes.

Entre algumas das implicações mais importantes dessa abordagem, está o fato de que suas análises relacionam a produção das ideias políticas à dinâmica de funcionamento do sistema cultural e da produção dos bens simbólicos de forma mais ampla (da qual a lógica de produção de ideias políticas é também um produto) e não apenas à lógica das ideias e à sua coerência como motor da ação e das tomadas de posição política dos agentes. Dito de modo simples: para os textualistas, a lógica das ideias antecede a lógica da ação, enquanto para os contextualistas a lógica das ideias segue a lógica dos interesses, das posições e das disposições dos agentes dentro de um determinado espaço social.

Conforme Sérgio Miceli afirma em entrevista para Lilia Schwarcz e André Botelho, “a linhagem contextualista busca construir uma história densa de mediações, desde origens sociais, passando pela formação cultural, até os modos de inserção na cena intelectual ou artística” (BOTELHO & SCHWARCZ, 2011, p.143). Nessa mesma publicação, Miceli rebate os críticos adeptos da abordagem oposta nesse campo de estudos, destacando que o enfoque na linhagem da história das ideias seria “inclinado a fazer paráfrases, aproximações postizas entre livros e autores”, ou então a construir “uma perspectiva um tanto ‘espiritualizada’ de interpretação”. Ainda segundo ele, os adeptos da história das ideias “lidam com autores e livros, como se estivessem dispostos num quadro de honra/desonra,

extraindo desses confrontos linhagens de pensamento definidas em termos anacrônicos” (*ibid.*).

Pode-se destacar outros trabalhos que adotam a abordagem de viés contextualista na análise das ideias e de grupos intelectuais e políticos. O artigo de Maria Chaves Jardim e Tiago Rosa “buscou relacionar crenças econômicas vigentes nos governos Cardoso e Lula com as trajetórias dos ministros que estiveram à frente do poder” (JARDIM; ROSA, 2021, p.363). Jardim e Rosa concluem que as crenças estatais vigentes em cada um desses governos “teriam alguma homologia com as trajetórias dos ministros, expressa especialmente a partir das universidades pelas quais passaram” (*ibid.* p.364).

Neste artigo os autores mobilizam diferentes conceitos do repertório da sociologia da cultura bourdieusiana que serão ferramentas analíticas valiosas para o desenvolvimento da presente dissertação – como as noções de *habitus*, origem social, trajetória e homologia.

Jardim e Rosa destacam que o *habitus* é uma “noção que nos auxilia a pensar as características de uma identidade social dada, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação (ora consciente, ora inconsciente)” (*ibid.* p.333). Do ponto de vista analítico, o *habitus* deve ser situado no âmbito das “relações entre os agentes e as forças presentes no espaço social”, isto é, ele deve ser situado em relação a uma trajetória, “que diferente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos do espaço social” (*ibid.*).

Por essa razão, se torna vital precisar a origem social do(s) agente(s) em análise, uma vez que essa origem é um elemento central para a elucidação das trajetórias, “pois o *habitus* primário (instituição familiar) é uma primeira e profunda impressão social sobre o agente, que sofre sedimentações ao longo da vida” (*ibid.*). Já o conceito de homologia (ou homologia estrutural), nos trabalhos de orientação bourdieusiana, trata das “correspondências entre um campo e outro, entre um agente e outro, ou entre um agente e um campo”, isto é, o conceito de homologia trata de propriedades correspondentes que regulam o funcionamento dos mais diversos campos (JARDIM; ROSA, 2021).

O artigo de Monica Isabel de Moraes e Luiz Carlos Jackson (2021) analisa diferentes edições da obra *Raízes do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1936, à luz da trajetória de seu autor, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Moraes e Jackson sugerem que o livro “conteria (tanto na primeira, como na segunda edição) um argumento central com desfecho ambíguo, cuja gênese teria relação com a ambivalência da origem social e geográfica de seu autor” (MORAES; JACKSON, 2021, p.329). Após uma análise vertical da trajetória social

de Sérgio Buarque, destacando origem e deslocamentos geográficos, composição familiar, formação educacional e matrimônio, os autores sugerem que a mencionada ambiguidade no desfecho do argumento de Raízes do Brasil, que seria indefinido quanto à sua proposta política, “sedimenta a ambivalência da origem social e geográfica de seu autor, entre oligarquia e burguesia, entre Nordeste e Sudeste” e, dessa forma, entre dois modos diferentes “de refletir sobre nossa formação histórica e social e as possibilidades de transformação, plasmados em tensão no livro” (*ibid.* p.349).

O artigo de Lidiane Soares Rodrigues (2023) procurou articular as posições objetivas e o percurso que levaram às tomadas de posição teóricas de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, adotando a hipótese segundo a qual “entre as *posições* objetivas, o *percurso* que conduz a elas e o *conteúdo das tomadas de posição* existem nexos que vale a pena examinar” (RODRIGUES, 2023, p.132).

Com esse objetivo, o artigo se estrutura em três movimentos: 1) caracteriza o cenário intelectual e político de Santiago do Chile, em 1964, no qual Celso Furtado e Fernando Henrique conviveram. 2) reconstitui as atividades profissionais de ambos nas décadas seguintes, privilegiando a fração de suas obras orientada para e pelos interlocutores do espaço transnacional. 3) discute os efeitos “de anamnese promovidos pela consagração e pelas reviravoltas da política partidária nacional, das quais Cardoso e Furtado são investidos pelos respectivos gerenciadores de sua longevidade simbólica” (*ibid.*). O artigo conclui criticamente que a tendência entre comentadores das obras de Cardoso e Furtado “consiste em afirmar que suas tomadas de posição ideológicas (desenvolvimentista/entreguista) resultem de evoluções lógicas do pensamento”, relegando a segundo plano a “sócio-lógica do acirrado corpo a corpo com o espaço transnacional das ciências sociais” (*ibid.* p.150). Contrariando a perspectiva desses comentadores, em suas conclusões a autora reafirma a consistência da teoria segundo a qual “as ideias e as tomadas de posição ideológicas explicam-se antes de tudo pela posição de cada intelectual dentro de seu espaço profissional – e não o contrário” (RODRIGUES, 2023, p.150; SAPIRO; MATONTI, 2009)

A abordagem contextualista no estudo do pensamento político brasileiro representa uma tentativa essencial de transcender as limitações de uma análise estritamente textual e formal. Reconhecendo que as ideias políticas não surgem em um vácuo, os contextualistas argumentam que é imperativo considerar o contexto histórico, social e cultural no qual essas ideias são geradas. No cenário complexo e multifacetado do Brasil, a compreensão das teorias políticas demanda uma exploração minuciosa das condições que moldaram a

perspectiva dos pensadores. Esse enfoque permite não apenas desvelar as nuances e motivações subjacentes às ideias políticas, mas também oferece uma compreensão mais sutil das dinâmicas sociais que influenciam a circulação dessas ideias.

Adotando a abordagem contextualista, os pesquisadores do pensamento político propõem uma análise dinâmica, reconhecendo que as ideias não são estáticas, mas fluidas e responsivas à lógica dos espaços sociais. Esse dinamismo é particularmente relevante em um país marcado por transformações sociais e políticas significativas ao longo de sua história. Além disso, ao destacar a diversidade cultural e regional do Brasil, o contextualismo permite uma interpretação mais abrangente, reconhecendo as particularidades que moldam as diversas correntes de pensamento no país. Dessa forma, a abordagem contextualista não apenas ilumina as origens das ideias políticas, mas também proporciona uma compreensão mais matizada do pensamento político.

A investigação que embasa esse trabalho acompanha a perspectiva de que as ideias (políticas ou não) são intimamente estruturadas pelas suas condições de produção, isto é, que as ideias estão vinculadas necessariamente às (dis)posições dos atores que as fazem existir e circular.

Como justificativa, além da mais simples, de que o intelectual e o circuito social que enquadram o objeto deste trabalho foram pouco ou nada estudados conforme a abordagem aqui proposta, destaca-se o que parece uma limitação latente da abordagem textualista da história das ideias: o fato de que ela permanece presa à autorrepresentação e à explicação que os agentes do espaço intelectual e os “pensadores da política” formulam para as próprias tomadas de posição e suas reviravoltas – em geral acompanhando a tônica da coerência e/ou da correção e amadurecimento. Isso se revela um problema particularmente com relação às mudanças (as vezes paradoxal, contraditória) de tomada de posição dos agentes e nas discontinuidades de seus engajamentos.

Alguns exemplos podem ser citados ao examinar a literatura que aborda os intelectuais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), assim como sua interação com partidos políticos como o PT e o PSDB. Todas essas instituições tiveram um papel fundamental na trajetória de Francisco Weffort. A análise desses exemplos visa evidenciar certas inclinações e limitações teórico-metodológicas, proporcionando assim um contexto para compreender a possível contribuição original desta discussão para o campo de estudos do pensamento político.

De modo geral, a bibliografia dedicada a esse circuito de instituições e intelectuais compreende a trajetória deles por meio de suas “ideias”, as quais, por sua vez, influenciam suas escolhas partidárias. Este vínculo é estabelecido sem a minúcia da reconstrução histórica ou da análise detalhada das trajetórias, associando os membros do CEBRAP aos quadros do PSDB e os adeptos do CEDEC aos do PT. Milton Lahuerta ilustra esse tipo de trabalho, destacando que os cebrapianos/tucanos consolidaram não apenas “formas institucionais de intervenção fora dos muros protegidos da universidade”, mas também uma “interpretação do Brasil” que buscou romper com as concepções predominantes, especialmente com o nacional-desenvolvimentismo (LAHUERTA, 2001, p. 56).

Outros pesquisadores afirmam que as “ideias” determinam a identidade dos partidos. Por exemplo, Glauber Biazio argumenta que os intelectuais “contribuíram para a construção do Partido dos Trabalhadores e geraram importantes contribuições teóricas que acabaram por moldar a identidade do partido em formação” (BIAZO, 2014, p.124).

Ou ainda, as relações objetivas entre os “novos” temas das ciências sociais (sindicalismo, movimentos, partidos) e os “novos personagens” são dadas por certas, e não como construídas, em favor de uma espécie de reforço de solidariedade entre os agentes do campo político e do campo científico, bem evidente na passagem de Antonio Perruso: “contornavam a historicamente repetitiva tentação de intelectuais brasileiros se arrogarem o direito ou a capacidade de identificarem a vocação ou os interesses dos setores operários e populares” (PERRUSO, 2008, p. 506).

Bernardo Sorj, por sua vez, propõe uma análise da produção intelectual do CEBRAP, relacionando-a às “interpretações do Brasil” e às dificuldades de “realizá-las”, sugerindo implicitamente que a presidência de Fernando Henrique Cardoso encarna a visão do CEBRAP, que, por sua vez, seria “uma” interpretação do Brasil (SORJ, 2001).

Muito concentrados nas “ideias políticas”, estes trabalhos têm circulação corrente na Ciência Política, mas padecem de uma problemática de pesquisa nítida: por vezes, trata-se de situar CEBRAP e CEDEC em “tradições” e linhagens construídas pelos próprios pesquisadores (BRANDÃO, 2005; LYNCH, 2016). Desse modo, ignoram-se processos propriamente políticos na construção das carreiras políticas. Como se observa, a corrente predominante nos estudos sobre os intelectuais “cebrapianos” e “cedequianos” é aquela que se concentra na lógica das ideias. Por exemplo: para Alain Touraine, a “correção” das ideias de Fernando Henrique Cardoso o teria conduzido à presidência (TOURAINÉ, 1999).

É crucial ressaltar que a abordagem proposta neste trabalho não visa deslegitimar o valor analítico ou a “honestidade” da autorrepresentação e das convicções dos intelectuais. Pelo contrário, busca situá-las na rede objetiva de relações da qual emergem em um momento específico, destacando que, na base das “ideias”, está a lógica dos interesses objetivamente condicionados pela posição social. As ideias políticas, nesse contexto, representam um material de valor analítico distinto, uma vez que, segundo a abordagem adotada neste trabalho, estão intrinsecamente relacionadas aos conflitos sociais que as fundamentam. A interpretação que os agentes formulam desses conflitos é sempre produto da dinâmica posicional no(s) espaço(s) social(ais) e dos interesses a ela relacionados.

Isso implica, conforme a abordagem adotada, que os agentes mudam de ideia porque mudam de posição, e não o contrário. Ou nas palavras de Pierre Bourdieu, implica considerar que “o princípio da tomada de posição está ligado à ocupação de uma posição em um espaço de posições” (BOURDIEU, 2011, p.199). Essa afirmação é certamente aplicável também aos intelectuais e acadêmicos, para os quais “a posição no campo universitário vai comandar as tomadas de posição sobre a política em geral e sobre as questões universitárias mais amplas” (HEY, 2007, p.103).

Essas observações têm base na perspectiva de que “um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças”, de maneira que as condutas dos agentes são “determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado” (BOURDIEU, 2011, p.201). A partir desta perspectiva, o presente trabalho busca compreender como as preferências políticas do intelectual em análise são socialmente formadas ao longo de sua trajetória de formação acadêmica e profissional, considerando seu envolvimento com os diversos ambientes sociais que compõem a vida acadêmica e suas interseções com a vida política.

## 2. Por que Francisco Weffort interessa aos estudos de pensamento político?

A obra e a trajetória de Francisco Correa Weffort (1937-2021) são objeto frequente do interesse de pesquisadores da área de pensamento político no Brasil. Em conjunto, os estudos do “caso” Weffort correspondem tipicamente à cisão de abordagem entre “textualistas” e “contextualistas” na análise das ideias, intelectuais e instituições.

Um balanço dos principais estudos a ele dedicados observa que a tendência dessa bibliografia consiste na reconstituição da história das ideias do autor como caminho privilegiado para explicar sua trajetória intelectual. No caso de Weffort, há uma característica principal que motiva essas abordagens: Weffort foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, membro da comissão executiva nacional do partido desde sua fundação, e seu secretário-geral entre 1983 e 1986. No entanto, desfilou-se do PT para tornar-se Ministro da Cultura, durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre 1995 e 2001.

Nesse período, o PT e o PSDB representavam duas forças políticas distintas no cenário brasileiro, cada uma com abordagens programáticas e ideológicas específicas. Partindo de características muito gerais, pode-se mencionar como algumas das principais diferenças programáticas entre os dois partidos até o final da década de 1990:

- I) **Origens Ideológicas:** o PT, fundado em 1980, tinha raízes no movimento sindical e nas lutas sociais. Era considerado um partido de orientação socialista democrática e tinha forte apoio dos setores sindicais, movimentos sociais e trabalhadores em geral. O PSDB, fundado em 1988, teve origens na dissidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e foi formado por políticos que se afastaram da ala mais conservadora do PMDB. O PSDB se posicionava como um partido social-democrata, buscando uma abordagem moderada e conciliadora.
- II) **Orientação Econômica:** o PT, historicamente, teve uma inclinação mais à esquerda em termos econômicos. Defendia políticas de distribuição de renda, controle estatal em setores estratégicos da economia e uma abordagem mais intervencionista. O PSDB adotava uma postura mais centrista e favorável a políticas de mercado. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o PSDB implementou reformas econômicas, como o Plano Real, a privatização de empresas estatais e a “abertura econômica” ao capital estrangeiro.

- III) Política Externa: o PT, em seus princípios, historicamente teve uma postura mais crítica em relação aos Estados Unidos e às políticas neoliberais. O partido defendia uma política externa mais independente e voltada para o fortalecimento dos laços com países latino-americanos e africanos. O PSDB, enquanto esteve no poder, buscou uma maior integração econômica com o mercado internacional e uma abordagem mais pragmática em suas relações internacionais.
- IV) Políticas Sociais: enquanto o PT, na década de 1990, centrava suas propostas em ações diretas de combate à pobreza e inclusão social, o PSDB, sobretudo durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, direcionava suas políticas sociais dentro de um contexto mais amplo de estabilização econômica e reformas estruturais. Essas diferenças refletiam, de forma geral, as distintas orientações ideológicas e estratégicas desses partidos na época<sup>1</sup>.

Com essas diferenças em vista, não é por acaso que as ciências sociais oscilem diante do “caso Weffort”. De um lado, é corrente que o caso seja comentado como “traição”, em conversas informais. De outro lado, a bibliografia publicada a respeito dele insiste em buscar no amadurecimento de suas ideias uma explicação para sua mudança de partido – sugerindo coerência na incoerência. Interessa apresentar alguns dos trabalhos que tratam o caso como se o amadurecimento das ideias de Weffort explicasse a referida mudança de partido.

A dissertação de Marlon Antonio Ferreira abordou a trajetória de Weffort enfocando dois temas principais, conforme descrito pelo autor: “I) seu projeto democrático para o Brasil; e II) a mudança política operada por Weffort, saindo do PT para se tornar Ministro de Estado nas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso” (FERREIRA, 2020, p.8). A partir desse ponto de partida, Ferreira procurou evidenciar, em suas conclusões, “que Weffort é fiel e coerente com sua trajetória político-intelectual” (*ibid.* p. 205).

Segundo Ferreira, a trajetória de Weffort é “coerente com seus engajamentos” e expressa “um típico caso, em que o intelectual atua na política, tendo por reflexo o resultado de suas contribuições para o pensamento político brasileiro” (*ibid.*, p.15). Para o pesquisador, a virada político-partidária de Weffort é explicada a partir do “pressuposto que houve uma adesão sem aderência de Weffort ao governo FHC”. Isto é, “diferentemente do que as críticas

---

<sup>1</sup> Essa é apenas uma comparação ilustrativa e não sistemática, mais detalhes serão retomados ao longo da discussão. Para um debate a respeito especificamente dessa oposição Cf. RIBEIRO, 2003; FREITAS, 2018; ARRETCHE; MARQUES, 2020.

expunham” Ferreira entende que “Weffort não se entregou ao pragmatismo político”, mas sim “foi coerente com sua trajetória ao apostar na capacidade política e intelectual do respeitado sociólogo brasileiro [Cardoso]” (FERREIRA, 2020, p. 195).

A dissertação de Anna Paula Moreira de Araújo tem como principal objetivo “traçar o percurso de Francisco Weffort enquanto intelectual, na tentativa de resgatar suas teorizações no tangente a sua crítica à herança nacional popular” (ARAÚJO, 2012, p.7). Tomando as ideias como fator explicativo, Araújo conclui que o afastamento de Weffort do PT se deve à sua “interpretação do Brasil”:

É instigante refletir sobre a trajetória de Francisco Weffort em meio a toda esta conjuntura. Desenvolvemos nossa análise no sentido de mostrar que devido a sua “interpretação de Brasil”, que se fazia em tom radical e crítico, o intelectual orgânico do partido se deparou no PT com os mesmos fantasmas da era Vargas, porém reconfiguradas aos novos tempos (*ibid.*, p.121).

Essa “interpretação do Brasil” formulada contra os “fantasmas da era Vargas”, isto é, contra a “herança nacional popular”, tem base na crítica de três dimensões que, no entendimento de Weffort, seriam estruturantes da cultura política brasileira a partir do legado varguista: o estatismo centralizador, o corporativismo e o populismo. Os pesquisadores vinculados à tendência textualista procuram justificar a mudança partidária de Weffort à luz da continuidade do projeto de “superação do legado varguista”, que estaria na base de suas aspirações intelectuais e da sua “interpretação do Brasil”.

Esse projeto seria considerado “coerente” ao ser pensado em dois momentos distintos. O primeiro momento, do ímpeto inicial, ocorreria no final da década de 1970. Esse contexto marca a emergência de um sindicalismo autônomo em relação à estrutura corporativa de negociação com o Estado (característica definidora do período 1945-1964) e a fundação de um partido de massas organizado a partir das bases, o PT. Nesse processo, Weffort desempenhou não apenas o papel de articulador político ativo, mas também se destacou como intérprete proeminente no âmbito acadêmico.

Em um segundo momento, o crescimento contínuo e a institucionalização progressiva do PT levariam o partido a incorporar estratégias organizacionais corporativas internamente. Isso levaria Weffort a adotar uma postura crítica em relação ao partido, tornando-se mais “pragmático” em termos políticos, defendendo a “reforma e modernização” das instituições do Estado em prol da “consolidação da democracia”. Essa postura encontraria terreno mais fértil ao se alinhar com Fernando Henrique Cardoso e o PSDB. Na avaliação de Araújo (2012) e de Ferreira (2020), é na crítica ao corporativismo

legado pela “herança nacional popular” da era Vargas que se encontra o princípio que dá coerência às tomadas de posição contraditórias de Weffort.

Outros pesquisadores do tema seguiram caminho parecido, dando relevo analítico ao plano das ideias. Rafael Tauil trata, igualmente, do nexos entre a tomada de posição partidária de Weffort e sua “interpretação do Brasil”. Ele confere ênfase, por um lado, à forma como essa interpretação constituiu “uma espécie de justificativa *ex-ante* para a criação do PT”, e por outro, à maneira pela qual o período enquanto secretário-geral do partido levou a “uma radical mudança em sua leitura da história nacional” (TAUIL, 2017, p.10).

Segundo Tauil, a perspectiva crítica “ao caráter demagógico do populismo”, impulsionada pelas contribuições analíticas e teóricas das ideias de Weffort<sup>2</sup>, “visava romper com os marcos conceituais da tradição nacional-populista”. Essa perspectiva, na avaliação do pesquisador, “ganhou corpo depois do golpe militar de 1964 e tornou-se hegemônica no ambiente acadêmico e entre a esquerda não vinculada ao PCB, durante a década de 1970”, o que, por sua vez, “impulsionou uma parcela expressiva da intelectualidade a viver a experiência da política e a se engajar na construção do PT” (TAUIL, 2018, p.59).

O estudo de Alexandre Barbalho sobre a conversão partidária de Weffort e sua relação com Fernando Henrique Cardoso destaca os “vários momentos de encontros e espaços de construção de sociabilidades comuns” entre eles: inicialmente como professor e aluno e, posteriormente, “como colegas na USP; como pesquisadores exilados no ILPES e, em seguida, no CEBRAP; na campanha de FHC ao Senado e em outros momentos da política partidária; e nos rituais de passagem da academia” (BARBALHO, 2021, p.412).

No entanto, ao fundamentar sua análise com base nas ideias, Barbalho chega à conclusão de que o “princípio ativo estruturante para o entendimento acerca das posições compartilhadas pelos dois agentes” estaria no fato de terem “compartilhado, quando jovens, a mesma cultura política, a do nacional-popular”. Barbalho avalia que essa “cultura política do nacional-popular” constituiria uma “espécie de habitus socialmente constituído” e compartilhado entre FHC e Weffort (*ibid.* p.413-415).

Além da saída do PT para se vincular ao PSDB, interessou aos pesquisadores tratar das formulações conceituais de Francisco Weffort, buscando evidenciar e discutir suas

---

<sup>2</sup> “Teria sido exatamente tal leitura da realidade, com foco na crítica ao caráter demagógico do populismo, o principal motivo de seu engajamento em prol da criação de uma nova agremiação política dos trabalhadores que afirmasse não só uma perspectiva classista, como também rompesse com o conformismo e com a conciliação de classe típicos, em sua visão, tanto da tradição trabalhista quanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB)” (TAUIL, 2018, p.59).

contribuições ao (estudo do) pensamento político brasileiro. Esses trabalhos estão centrados nas obras, nas contribuições teóricas ou nos marcos que distinguem as fases da produção intelectual de Weffort, notadamente marcada pelos debates sobre populismo, movimento operário e democracia no Brasil.

A produção intelectual de Weffort tem uma recepção dúbia, influenciada pelo debate clássico sobre as representações da classe trabalhadora: considerada enquanto “passiva” ou entendida como “sujeito capaz de auto-organização” (GOMES, 1996; CHALOUB; TEIXEIRA, 2009). A recepção da obra de Weffort, por essa razão, tende a gerar interpretações divergentes entre críticos e entusiastas/adeptos.

A fase inicial da carreira acadêmica de Weffort é marcada pelo estudo do populismo, entendido como “produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas” (GOMES, 1996, p.7). Numa definição inicial, o populismo da política brasileira estaria baseado, para Weffort, num “Estado de compromisso” remetido a duas frentes: por um lado, “um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição”, e, por outro, “um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional” (*ibid.* p.8).

Partindo dessa formulação, o compromisso/apelo do líder às massas seria entendido como “um recurso para encontrar suporte e legitimidade em situação de crise de instabilidade, de incerteza política” (*ibid.*). Por essa razão, Angela de Castro Gomes afirma que “a categoria chave para descrever a relação que se estabelece entre líder e massas”, na acepção de Weffort, é a de “manipulação populista”, remetendo à ideia básica de “controle e tutela do Estado” (*ibid.*). Vinculada à vertente que faz a recepção crítica dessas formulações, Gomes destaca a relação de “passividade” como elemento estruturante da interpretação de Weffort a respeito do populismo:

Os motivos que iluminam a consagração da versão do populismo como política de manipulação de massas repõem a relação entre Estado e classes populares no centro das observações. É evidente, no caso, o reconhecimento da assimetria de poderes entre estes termos. Mas há mais do que isto. Há o desenho de uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulso própria por não estar organizado como classe. As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeito nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo

ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente (GOMES, 1996, p.9, grifo do autor).

Gomes destaca que, através da lente analítica assumida por Weffort, a superação da passividade e do amorfismo político da classe trabalhadora seria um processo derivado do “esgotamento” das condições históricas estruturantes da “República populista” e de seu colapso interno. Segundo ela, “a interpretação é a de que se exauriram as condições históricas que permitiam o funcionamento da manipulação populista, da incorporação tutelada das massas”, chegando-se finalmente “ao momento em que estas ganhavam autonomia, transformando-se finalmente em sujeitos políticos” (GOMES, 1996, p.10). Para demonstrar a presença desse argumento no trabalho de Weffort, Gomes faz referência à um trecho de “*O Populismo na Política Brasileira*”:

Com efeito, a manipulação das massas entrou em crise, isto é, abriu a porta a uma verdadeira mobilização política popular, exatamente quando a economia urbanoindustrial começava a esgotar sua capacidade de absorção de novos migrantes e quando se restringiram as margens de redistributivismo econômico (WEFFORT, 1978, p.70).

Na chave oposta, menos crítica e mais entusiasta da obra de Weffort, o artigo recente de André Kaysel e Daniela Mussi (2020) procura “reconstruir a contribuição específica de Francisco Weffort aos estudos sobre o populismo no Brasil” com o objetivo de “tecer no passado a trama de dilemas que permanecem atuais, tanto para o fazer acadêmico como o fazer político dos cientistas sociais” (KAYSEL; MUSSI, 2020, p.14). Com esse objetivo, o artigo “lançou mão da restituição das versões originais de seus artigos sobre esse tema [populismo], bem como da reconstrução cronológica e intelectual da escrita e publicação dos mesmos” (*ibid.*). Com base nesta análise puramente textualista, nas suas conclusões os autores destacam que “os escritos de Weffort sobre o populismo também são parte da história da relação dos grupos intelectuais brasileiros com as lutas populares e a democracia” (*ibid.*).

Kaysel e Mussi (2017) tratam também, junto de Marco Antonio Perruso (2008), da divergência analítica entre membros do grupo de estudos do CEBRAP liderado por Weffort, que deu origem a um longo debate a respeito da questão sindical antes do golpe de 1964. Essa divergência, que começou por volta de 1972, opôs, de um lado, Francisco Weffort, e, de outro, Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida.

O conteúdo dessa oposição envolveu de forma mais específica a interpretação dos limites da atuação e dos erros estratégicos do PCB na conjuntura 1945-1964, bem como do movimento sindical e sua autonomia naquele contexto. Enquanto Weffort adotou uma posição mais crítica à atuação que entendeu como “conciliadora” dos comunistas no período,

Almeida e Martins assumiram uma postura mais compreensiva a respeito dos limites conjunturais de sua atuação.

Para Weffort, a postura conciliadora do PCB e sua adesão à estrutura corporativa de representação sindical do “período populista” – na qual a estrutura sindical era diretamente vinculada e dependente do Estado – seriam a razão maior da imobilidade da esquerda diante do golpe de 1964. Em função disso, “a valorização da ‘organização autônoma’ ou ‘política’ era proposta por Weffort como o diferencial em relação à tradição da ‘organização corporativa’”, noções que, segundo avaliação de Kaysel e Mussi, “o cientista político propunha a partir de uma interpretação livre dos escritos carcerários de Antonio Gramsci” (KAYSEL; MUSSI, 2017, p.4).

Já Marco Antonio Perruso afirma em sua tese que “a polêmica envolvia de modo mais global a demarcação de uma interpretação uspiana da história republicana brasileira, sob o viés anti-populista”. Segundo Perruso, Weffort teria “vencido” o debate “ao apostar mais vigorosamente na autonomia dos setores populares em suas articulações estruturantes de uma sociedade civil independente do Estado” (PERRUSO, 2008, p.48). Da perspectiva de Perruso, as formulações de Weffort a este respeito constituíram grande “referência e inspiração para outros cientistas sociais estudarem e escreverem sobre o movimento sindical e os movimentos sociais” (*ibid.*).

Muitos pesquisadores do tema associam o desenvolvimento desse debate e essa “cisão” de perspectivas como fundamentos explicativos da origem do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), que teve Weffort como fundador e primeiro presidente-diretor.

Para Perruso é “a partir dessa situação que irá surgir o CEDEC”, motivado por uma “divisão que, antes de ser ideológica, resultava de conclusões diferentes relativas ao processo de fortalecimento da sociedade civil brasileira” (PERRUSO, 2008, p.48). Para Kaysel e Mussi o novo centro procurava “justamente dar relevo aos problemas da autonomia dos movimentos populares e da sociedade civil, apostando em uma democratização ‘desde baixo’ como alternativa à transição ‘pelo alto’, até então promovida pelo regime militar” (KAYSEL; MUSSI, 2017, p.18).

Essas interpretações a respeito da origem do CEDEC costumam repor as tendências da abordagem internalista, colocando peso demasiado nas “ideias”. Perruso, por um lado, afirma que “o desejo de pesquisar prioritariamente as classes populares brasileiras foi uma forte motivação para o surgimento do CEDEC”(PERRUSO, 2008, p.88). Para Milton

Lahuerta, no CEDEC se reuniram os intelectuais que “colocaram obstáculos em estabelecer vínculos sólidos com o MDB” (LAHUERTA, 1999, p.82). Segundo ele:

É de 1976 o afastamento de Francisco Corrêa Weffort do Cebrap para fundar o Cedec. Suas posições sobre o sindicalismo e sua desconfiança com relação à política institucional levaram-no a fomentar, no âmbito das próprias discussões e do jogo de interesses que se articulavam no Cebrap, uma posição que se pretendia mais radical e tinha a perspectiva de constituir um novo ator político com base nos movimentos sociais e no sindicalismo autônomo da tutela do Estado (*ibid.*, p.83).

Já Daniela Mussi argumenta que esse processo “não foi uma ruptura, mas uma tentativa de configurar uma nova experiência de pesquisa e atuação político-cultural” (MUSSI, 2021, s/p). Segundo a pesquisadora, “esses intelectuais tinham vontade de dialogar com certos temas e sujeitos, a exemplo do movimento sindical, que os estudos do Cebrap não contemplavam de maneira tão sistemática naquela época”.

A partir dessa perspectiva, Perruso afirma que “ao remar contra a corrente da visibilização que nosso pensamento político e social confere às camadas dirigentes/dominantes nacionais”, Francisco Weffort foi pioneiro em apontar que se fazia necessário, metodologicamente, “mudar a mirada sobre os grupos sociais que compunham a sociedade brasileira, proporcionando centralidade ontológica aos ‘de baixo’ na interpretação do país” (PERRUSO, 2017, p.28). Esta seria a razão pela qual, segundo o pesquisador, logo o trabalho de Weffort se tornaria “paradigmático no campo dos estudos sindicais” (PERRUSO, 2008, p.391).

Os anos 80 abriram-se a uma outra configuração da experiência social e política. Se hoje a imagem de uma exterioridade da sociedade frente ao Estado não se sustenta teoricamente e se dilui politicamente é importante lembrar que foi através dela que pudemos descobrir que havia, como diz Weffort, algo mais para além do Estado, que pudemos pensar o significado de formas de sociabilidade regidas por critérios distintos de identidade, capazes de engendrar ações dotadas de sentido político. Foi através dessa imagem, enfim, que pudemos pensar a política como algo que não se reduz a um único espaço, prefixado e determinado como lugar do Estado e das relações institucionalizadas de poder (SADER *apud.* PERRUSO, 2008, p.451).

As reflexões e teorizações de Weffort sobre o populismo e, posteriormente, sobre o “novo movimento sindical”, conforme apresentadas no livro “*O Populismo na Política Brasileira*” (1978), seriam, segundo a avaliação de Perruso, a base para uma mudança significativa na relação de um setor dos intelectuais com os movimentos operários e populares. A valorização da autonomia, especialmente no que se refere à organização e às reivindicações desses movimentos, distanciaria a vaidade do “dirigismo” intelectual,

característico da relação estabelecida pelos “intelectuais populistas” do PCB e do trabalhismo com esses movimentos.

Nesse contexto, conforme a perspectiva de Perruso, para alguns dos “novos” intelectuais, a “voz” dos trabalhadores, elaborada intelectualmente por meio de uma análise “de dentro” dos movimentos populares, era potencialmente formadora de uma visão diferenciada das lutas populares e dos setores subalternizados da sociedade brasileira (PERRUSO, 2008, p.503). Nesse cenário, o trabalho e a trajetória de Weffort desempenhariam um papel decisivo, de acordo com o pesquisador, em um ponto crucial das transformações nas relações entre um setor dos intelectuais progressistas e os “movimentos de base”:

Boa parte do campo intelectual brasileiro já não desejava mais ser a vanguarda iluminada dos trabalhadores. Os que ainda raciocinavam nesses termos, intelectuais ligados ao marxismo ortodoxo, ao PCB, ao PC do B, etc., não estavam mais em condições de agir enquanto vanguarda do movimento operário e popular, pois já ultrapassados, em termos de influência, pela CUT e pelo PT na maioria dos movimentos sociais relevantes. Os “novos” intelectuais pretendiam estar ao lado dos trabalhadores, não acima deles. É nesse contexto que pode ser lida parte da trajetória de Francisco Weffort, por exemplo: da USP, sua “plataforma de lançamento” no campo acadêmico, ele atingiria o posto de Secretário-Geral do PT no início dos anos 80. Os intelectuais universitários eram um ator político dentre outros atuantes no “novo” campo popular, assim como a Igreja Católica progressista. Mas os participantes centrais desse campo nunca deixavam de ser os próprios ativistas operários e populares (PERRUSO, 2008, p.488, grifos do autor).

Tanto pela análise da produção teórica e conceitual de Francisco Weffort (estritamente vinculada à lógica das “novas ideias” inspiradas nos “novos movimentos” e nos “novos intelectuais”), quanto pela avaliação de seus engajamentos políticos (com ênfase na busca pela coerência dentro das incoerências), o fundamento explicativo das transformações em suas tomadas de posição, nesse conjunto de trabalhos, negligencia a conexão entre a posição objetiva no espaço social e a tomada de posição no âmbito político-partidário.

Na próxima seção, a intenção é adotar uma abordagem oposta à tendência evidenciada por essa bibliografia, buscando explorar, tanto quanto possível, as conexões de sentido entre os deslocamentos objetivos do agente no espaço social como fator explicativo de suas tomadas de posição políticas. Ao invés de enfatizar exclusivamente a evolução das ideias como elemento explicativo da trajetória de Weffort, propõe-se explorar a noção de interesse e estratégia como condicionantes, tanto das mudanças nas ideias quanto das

reorientações no espaço social. Nesse sentido, a descrição e análise propostas concentram-se especialmente na dinâmica da carreira social e das posições institucionais<sup>3</sup>.

Busca-se reconstituir a trajetória do agente considerando o leque de oportunidades que os espaços sociais abrem e fecham para ele. Esse leque de oportunidades, por sua vez, é percebido e explorado com base nas disposições do agente, particularmente inclinadas às adaptações estratégicas no campo intelectual e político. Portanto, o exercício analítico deste trabalho busca articular a dimensão objetiva (o espaço social) e a dimensão subjetiva (as disposições e os capitais do agente) como fundamentos compreensivos das tomadas de posição político-partidárias.

---

<sup>3</sup> Essa abordagem fia-se em trabalhos com o mesmo enquadramento realizados a respeito da trajetória de outros intelectuais Cf. MICELI, 1978; KEINERT, 2011; RODRIGUES, 2011, 2019, 2023; BARBOZA, 2023.

### 3. A trajetória de Francisco Weffort

#### 3.1 Da migração ao enraizamento (1937-1969)

“O Fernando Henrique sempre participava de atividades político-administrativas típicas da universidade. Ele era representante dos auxiliares de ensino do conselho universitário. (...) Era um cara importante do ponto de vista político. E era um homem com ideias de esquerda, sempre foi. Do mesmo modo, José Arthur Giannotti, Chico de Oliveira e vários outros” (Francisco Weffort, 2010)

Esta seção trata da fase inicial da trajetória social de Francisco Weffort, de sua origem social, da migração familiar para a capital de São Paulo durante a adolescência e de seus esforços para se integrar no circuito dos cientistas sociais ligados à Cadeira de Sociologia I da FFCL-USP, entre o final da década de 1950 e a década de 1960. Para reconstituir o percurso de migração, integração e enraizamento na cidade de São Paulo, realçam-se as características das instituições e dos grupos em questão e as estratégias de Weffort para existir nesses espaços.

Francisco Correa Weffort nasceu em 1937, em Quatá, modesta cidade rural no interior do Estado de São Paulo. Seu núcleo familiar de nascimento era composto por (i)migrantes “descendentes de italianos pela parte paterna e de nordestinos oriundos do Estado do Alagoas pela parte materna” (RODRIGUES, 2021, p.10). O sustento provinha das atividades do pai, inicialmente numa pequena produção de carros de boi, depois numa loja de venda de bebidas, até passar à gerência de um sítio voltado para a produção e comercialização de algodão. Aos 16 anos de idade, em 1953, Weffort migrou com sua família para a cidade de São Paulo. Embora não seja possível determinar, com base em dados confiáveis, os detalhes por trás dessa mudança familiar, é possível que ela tenha sido motivada pela busca de melhores oportunidades em uma cidade em rápida expansão naquele contexto. Em São Paulo Weffort cursou o ensino médio pela Escola Estadual Presidente Roosevelt (RODRIGUES, 2021, p.10).

A Escola Presidente Roosevelt era, conforme relato de Sedi Hirano, ex-aluno dela, “um colégio tradicional de São Paulo, localizado no bairro da Liberdade, que escolhia os alunos das escolas públicas por média de nota”. Além disso, o colégio contava com “professores com uma linhagem política e uma posição crítica”, o que auxiliava na promoção de “uma formação crítica” dos alunos (RUBBO; SHISHITO, 2021, p.362). Em entrevista anterior, o mesmo Hirano já havia afirmado que o Roosevelt se trata de “um colégio de elite acadêmica e intelectual – aliás, era um colégio de ‘esquerdistas’” (VASCONCELOS; TANIGUTI, 2011, p.187). Fato é que nessa escola lecionavam muitos professores formados

pela FFCL-USP, o que inspirava no corpo discente “um interesse em se dirigir à faculdade” (RODRIGUES, 2011, p.298).

Apesar da ausência de um relato em que o próprio Weffort trate com mais detalhes sobre o assunto, é plausível assumir que a “formação crítica” e o corpo de trabalho predominantemente uspiano do Colégio Roosevelt tenha exercido uma influência considerável na decisão de Weffort pelas ciências humanas, como se passou com outros de seus colegas que também foram alunos do colégio – além de Sedi Hirano, o filósofo José Arthur Giannotti, a filósofa Marilena Chauí e o historiador Fernando Novais<sup>4</sup>.

Em 1955 Weffort concluiu o segundo grau<sup>5</sup> e com a influência desse ambiente social e dessa formação no ensino médio, ingressou na FFCL-USP, no curso de ciências sociais. Nessa época, lecionava na faculdade o jovem Fernando Henrique Cardoso, que se tornou, também em 1955, o primeiro-assistente de Florestan Fernandes, então regente da Cátedra de Sociologia I desde o ano anterior.

Durante o período de formação na graduação, a qual concluiu em 1960, Weffort estreitou relações com Fernando Henrique Cardoso e tornou-se seu assistente, forma pela qual passou a frequentar ocasionalmente reuniões do grupo de estudos d’O Capital, ou “Seminário Marx” (FERREIRA, 2020, p.21; RODRIGUES, 2021, p.10).

Foi nessas circunstâncias que Weffort teve os primeiros contatos com o circuito social do pequeno núcleo formado pelos professores-assistentes de catedráticos, José Arthur Giannotti (Filosofia), Fernando Henrique Cardoso (Sociologia I) e Fernando Antonio Novais (História), além de outros jovens, alunos e ex-alunos desses assistentes, Paul Singer, Bento Prado Jr., Michael Löwy, Roberto Schwarz (RODRIGUES, 2011, p.38).

A aproximação com esse círculo representou para Weffort o ingresso em um espaço de oportunidades que influenciou o curso restante de sua trajetória, notavelmente caracterizada pelas chances abertas pela amizade com Fernando Henrique Cardoso. Afinal,

---

<sup>4</sup> Outros intelectuais próximos ao circuito do “Seminário Marx” formaram-se pelo Roosevelt: “José Arthur Giannotti graduou-se entre 1950 e 1953, e tinha sido aluno do ‘científico’, do Colégio Estadual Presidente Roosevelt – mesma escola que por esta época recebia Fernando Antonio Novais, como aluno do ‘clássico’” (RODRIGUES, 2011, p.99). Marilena Chauí estudou no Roosevelt entre 1956 e 1959. Fonte: Entrevista à Caros Amigos. In: CHAUI, M. A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chaui, vol. 3. São Paulo: Autêntica, 2014.

<sup>5</sup> Não foi encontrada base documental especificamente para esse dado, essa conclusão é baseada em entrevista de 2007 na qual Weffort afirma que sua amizade com Fernando Henrique data de 1955, quando tinha 18 anos. Cf. “Que causa é essa que permite desvio de dinheiro público e traição da democracia?”. Entrevista com Francisco Weffort. Revista Banco de Ideias n° 42, 2007, p.2.

foi o próprio Cardoso que lhe deu acesso a um circuito de instituições fundamental na fase inicial de sua formação e trajetória profissional.

Em 1961, Weffort assumiu a posição de professor na FFCL-USP<sup>6</sup>. Da mesma forma que outros jovens professores-assistentes e recém-formados, ele tentou integrar-se ao núcleo da primeira formação do “Seminário Marx”, mas obteve pouco sucesso, apesar da proximidade relativa que procurava manter do grupo. Conforme relatado por Paul Singer, “várias outras pessoas, o Weffort e etc., tentaram entrar, mas já pegaram o bonde andando, nós já estávamos nos reunindo há meses, então estava realmente difícil de assimilar tudo aquilo que já tínhamos acumulado” (SINGER, 2009)<sup>7</sup>.

Contudo, a frustração inicial não deteve o entusiasmo dos jovens intelectuais. Devido a esse deslocamento em relação ao primeiro grupo, Weffort e outros aspirantes tardios ao Seminário “deixaram o grupo depois de algumas reuniões e formaram o grupo próprio deles e começaram do bê-á-bá” (SINGER, 2009). Esse novo grupo, caracterizado pela diferença geracional, representaria uma versão mais “jovem” e pretensamente mais “radical”<sup>8</sup> do primeiro Seminário, mimetizando parcialmente a atitude crítica dele em relação aos catedráticos. Conforme relatado por Fernando Novais, “depois houve vários clones, sucessivas gerações começaram a fazer seminários do Capital” (NOVAIS *apud*. RODRIGUES, 2011, p.41).

Do grupo do “Seminário 2”, além do próprio Francisco Weffort, participavam Roberto Schwarz, Ruy Fausto, Michael Löwy, Gabriel Bolaffi, Boris Fausto, Leôncio Martins Rodrigues, Emilia Viotti, Marilena Chauí e Emir Sader, entre outros (RODRIGUES, 2011, p.42-43). Como destaca Lidiane Soares Rodrigues, diversamente do perfil do primeiro círculo, o “Grupo 2 do Seminário sobre O capital de Marx”, promovido por Roberto Schwarz e Ruy Fausto, em 1963, “possuía mulheres, casais amorosos, militância política na luta

---

<sup>6</sup> “Em 1960 formou-se em ciências sociais pela USP e, cerca de um ano mais tarde, tornou-se professor da mesma instituição”. Weffort: Um intelectual em ação. Revista Pesquisa Fapesp. 06/08/2021.

<sup>7</sup> Documentário “Retrato de grupo”. 40 anos do CEBRAP. 79min. Direção: Henri Gervaiseau, 2009.

<sup>8</sup> “Os interessados na abordagem sociológica do radicalismo político percebem invariantes, sobretudo no que se refere ao modo de aquisição do capital cultural e às atitudes com relação às autoridades simbólicas. (...) ao denegarem o que lhes foi, e virtualmente lhes será denegado, constroem discursiva e objetivamente uma posição profética autenticada pelo desinteresse interessado, em oposição à postura dos dominantes. Como é sobrejamente sabido, o alicerce da crença no *desinteresse* (dos bens materiais) *interessado* (nos bens espirituais) – consiste em propriedade definidora, por excelência, dos espaços de produção simbólica autônomos” (RODRIGUES, 2019, p.72-74).

armada, e uma fração dele se orientou para o periodismo, dando origem a Teoria e Prática (TP)” (RODRIGUES, 2019, p.70-71).<sup>9</sup>

Quase todos eram do grupo do Florestan Fernandes, que na época não era marxista mas, como grande professor que foi, fazia questão de dar uma variedade de autores. Entre eles, Marx, Weber e Durkheim. Esse grupo pequeno – José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Singer, Roberto Schwarz, Michel Lowy, Fernando Novais e eu – se juntou para estudar Marx. O que significa uma operação intelectual que vale em si, mesmo que você seja contra Marx. O Capital é uma obra inteligente, muito bem elaborada. São três volumes importantíssimos, complexos. Passamos praticamente três anos lendo O Capital. Era uma coisa monacal, aquilo lá se faz dentro da igreja (risos) (WEFFORT, 2010)<sup>10</sup>

Os intelectuais do “Seminário 2” estabeleceram um intercâmbio significativo com as atividades do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), fundado em 1962 por Fernando Henrique Cardoso, que era também sua principal liderança. O Centro foi fundado por Cardoso no retorno ao Brasil, depois de sua primeira experiência acadêmica fora do país, que se seguiu à conclusão de seu doutorado, no *Laboratoire de sociologie industrielle* na França – para o qual foi a convite pessoal de Alain Touraine.

Inspirado temática e institucionalmente pelo modelo do centro francês, Cardoso estabeleceu o CESIT, vinculado à cadeira de sociologia I de Florestan Fernandes, “como tentativa de expandir o raio de ação de sua equipe de pesquisadores, concentrando-se nas investigações sobre a modernização econômica” especialmente em São Paulo (KEINERT, 2011, p. 63). Para tornar o projeto possível, mobilizou o capital de relações que possuía com atores bem-posicionados institucionalmente no contexto, se valendo de certo enraizamento social nas elites dirigentes nacionais para a garantia dos recursos necessários.

as dotações iniciais da recém-criada Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). À frente de cada uma delas, ele [Cardoso] tinha laços estreitos que o apoiavam: Antonio Barros de Ulhôa Cintra, com quem teceu vínculos por sua atuação no Conselho Universitário, era presidente do conselho superior da Fapesp; Fernando Gasparian, filho de industrial do ramo têxtil e amigo de adolescência, estava à frente da CNI (RODRIGUES, 2022, p. 277)

Essa articulação garantiu, por certo período, um grande fluxo de recursos aos projetos do CESIT, que “representava sete vezes o orçamento total da cadeira de sociologia I” (KEINERT, 2011, p.64-65; ROMÃO, 2006) e tornava atraente aos jovens pesquisadores da

<sup>9</sup> Para uma leitura em detalhes sobre o grupo do “Seminário 2” Cf. RODRIGUES, Lidiane Soares. As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.74, 2019.

<sup>10</sup> WEFFORT, Francisco. Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 14 de junho em São Paulo. In: TADEI, Roberto & MILANI, Aloísio (coord.). **Produção cultural no Brasil**. Projeto realizado pela Casa da Cultura Digital e da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, 2010.

nova geração a perspectiva de participação nos trabalhos que ali eram desenvolvidos – não apenas pelos recursos, mas pela possibilidade de expandir vínculos e seus espaços de atuação.

No corpo de trabalho de CESIT estavam reunidos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco, intelectuais vinculados à Cadeira de Sociologia I da USP; e Paul Singer, Sebastião Advíncula da Cunha, Mário Wagner Vieira da Cunha, Juarez Brandão Lopes, um grupo de “economistas cuja aproximação da Sociologia atravessa a um só tempo as oportunidades de pesquisa e trabalho cristalizadas no CESIT e a sociabilidade mais ampla em torno do Seminário” (RODRIGUES, 2011, p.163).

Em termos programáticos e de agenda de pesquisa, os trabalhos do CESIT concentraram-se basicamente em dois projetos: “*A empresa industrial em São Paulo*”, um *survey* sobre o cenário industrial da capital paulista, além de “*Economia e sociedade no Brasil: uma análise sociológica do subdesenvolvimento*”, que possuía escopo mais abrangente, versando sobre o papel do Estado na modernização do país (ROMÃO, 2006; KEIRNET, 2011, p.63).

Pelo CESIT, Weffort integrou, entre 1963-1964, um projeto coletivo de pesquisa que contava também com a participação de Octavio Ianni e Paul Singer, sob a coordenação de Gabriel Cohn. Esse projeto resultou no livro “*Política e revolução social no Brasil*”, publicado em 1965. Dentro dessa obra, Weffort é o autor do capítulo “*Política e massas*”, redigido em setembro de 1963, no qual “analisou criticamente as ambições e impasses da política nacionalista no contexto brasileiro” (WEFFORT, 1963; KAYSEL; MUSSI, 2020, p.1).

Nesse intervalo, Weffort deu início aos seus estudos sobre o populismo, que se tornaria um tema crucial na primeira fase de sua carreira. Em 1965, ele publicou as primeiras conclusões de sua pesquisa empírica no artigo “*Raízes sociais do populismo em São Paulo*”, pela revista *Civilização Brasileira*. Nesse trabalho, Weffort discute o tema do populismo a partir das eleições municipais na capital paulista (WEFFORT, 1965; KAYSEL; MUSSI, 2020).

Essa pesquisa se alinhava à agenda do projeto mais amplo do CESIT, que tratava sobre Estado e modernização. Em contraposição direta à concepção de populismo como um

fenômeno “pré-ideológico” dos intelectuais do ISEB<sup>11</sup>, Weffort o definiu como a “manifestação [eleitoral] de uma situação de classes”. Nesse momento, o populismo era caracterizado por Weffort como a “expressão política das dificuldades das classes sociais em ir além da 'tradição'” (WEFFORT, 1965; KAYSEL; MUSSI, 2020, p.4). O fundamento dessa oposição ao ISEB era a reprodução das tomadas de posição do grupo de Florestan, ao qual Weffort buscava se integrar, pela lógica da competição contra os intelectuais cariocas<sup>12</sup>.

Prevaleram em São Paulo, entre 1954 e 1969, portanto, no âmbito restrito da sociologia, as orientações temática e teórica dominantes impostas por Florestan Fernandes e equipe. Os primeiros trabalhos do grupo, voltados à questão racial, orientaram o projeto posteriormente desenvolvido, centrado na análise sociológica do capitalismo dependente e da formação da sociedade de classes no Brasil (JACKSON, 2007, p.124)

Essa oposição entre a ciência social praticada por paulistas e cariocas, por sua vez, foi resultado de “duas experiências sociais fortemente contrastantes”, que deviam a maioria de suas características “aos laços distintivos que mantinham com os círculos dirigentes locais, com as instituições (antigas e novas) de ensino superior e com os diversos segmentos do próprio sistema mais inclusivo de produção cultural” (MICELI, 1989, p.15).

Caracterizando as diferenças no espaço social de recrutamento entre as instituições cariocas e paulistas, Sérgio Miceli observa que enquanto no Rio “a primeira leva de cientistas sociais se caracteriza pela proximidade (de origem e de sociabilidade) com os círculos dirigentes”, em São Paulo a carreira de cientista social “atraiu jovens de famílias remediadas

---

<sup>11</sup> A concepção de populismo como fenômeno pré-ideológico pelos intelectuais do ISEB implicava que o populismo não estava vinculado a uma ideologia política específica, mas sim a uma forma de abordar questões sociais e políticas em um contexto de rápida modernização. Eles argumentavam que o populismo representava uma resposta pragmática às demandas e aspirações das massas, sem ser rigidamente ideológico: “É exatamente onde começa a surgir ‘espírito público esclarecido’ e ‘a opinião se faz respeitar’ que aparecem as condições para a *política populista*. O *populismo* não apela para a consanguinidade, o parentesco em suas várias formas, a dependência residencial, a lealdade. Apela para uma vaga solidariedade social. O chefe político, no caso, é um delegado de interesses e, uma vez no poder, seus adeptos esperam vantagens para as suas categorias sociais, seja sob a forma de cargos, seja de favores ou facilidades asseguradas mediante a manipulação dos órgãos de Estado. O vínculo que liga aqui os liderados aos chefes é a *confiança pessoal* e não a *fidelidade clânica*. O líder populista é sempre um homem que fez algo pelas categorias sociais de seus adeptos e que, por isso, as sensibiliza politicamente. Na *política populista* não há ainda exigência ideológica, há expectativa de que o líder no Poder assegure benefícios diretos ou indiretos ao que o elegeram” (RAMOS, 1961, p.55).

<sup>12</sup> “A rivalidade entre as metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo) e a posição de suas elites dirigentes condicionaram a oposição entre os praticantes das duas disciplinas (Ciência Política e Sociologia). Mais especificamente, a oposição de um segmento de praticantes em cada uma delas, a saber: o que se dedica à “história das ciências sociais brasileiras”. De modo geral, sociólogos e cientistas políticos tendem a se opor em torno de argumentos societais ou institucionalistas na explicação dos fenômenos políticos (...). Por outro lado, particularmente ocupados com a história das ciências sociais, tendem a se dividir entre os que adotam a abordagem paulista (identificando-se com Florestan Fernandes) e aqueles que adotam a carioca (identificando-se com Wanderley Guilherme dos Santos)” (RODRIGUES, 2017, p.73)

(nacionais), abonadas ou em ascensão (de origem imigrante), nela ingressando um percentual expressivo de mulheres e judeus” (*ibid.*). Segundo Miceli:

Enquanto em São Paulo os cientistas sociais se tornam cada vez mais profissionais acadêmicos, metidos de roupa e tudo na construção da corporação em cujo êxito eles eram os maiores interessados e os primeiros beneficiários, os praticantes das Ciências Sociais cariocas são, em sua maioria, e com as exceções conhecidas, membros por inteiro das elites políticas e culturais. Para tanto, basta confrontar os integrantes do núcleo central da escola sociológica paulista com as figuras de proa do IBESP e adiante do ISEB (MICELI, 1989, p.87)

O trânsito de Weffort entre a FFCL-USP, o “Seminário 2” e o CESIT se estendeu até 1963. Nesse ano, Fernando Henrique Cardoso recusou convite inicial de José Medina Echevarría para trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e indicou no seu lugar Francisco Weffort, para o posto de professor-pesquisador no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) (LAHUERTA, 1999, p. 68).

Assim Weffort, então com 26 anos, se mudou para a capital chilena em dezembro de 1963. Foi a segunda vez que seu espaço de oportunidades se ampliou em virtude do vínculo com Cardoso. Durante a década de 1960, a capital Santiago se constituiu como “meca intelectual” e como “polo cultural bastante prestigioso entre os países da América Latina”, abrigando quantidade significativa de exilados políticos e sedes locais de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (KEINERT, 2011, p.65; FERREIRA, 2020, p.53). Além disso, a capital chilena recebeu um fluxo significativo de recursos de entidades filantrópicas norte-americanas, como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford, para as instituições acadêmicas locais.

Isto é, nesse período, Santiago proporcionava uma efetiva experiência de internacionalização da agenda de pesquisa, com forte influência da ONU e da filantropia norte-americana<sup>13</sup>, além de uma base sólida para o estabelecimento de vínculos acadêmicos internacionais e para a acumulação de capital social, uma vez que se tornou o “polo de atração da primeira diáspora brasileira após o golpe de 1964” (RODRIGUES, 2023, p.134).

No Chile, Francisco Weffort foi professor-pesquisador inicialmente no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), órgão da CEPAL.

---

<sup>13</sup> “Eu tinha já uma certa experiência internacional, sobretudo na Cepal (...) e assim conhecia instituições como a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford — isso tudo era muito suspeito aqui no Brasil. Havia muito preconceito com essa coisa de americano (CARDOSO, 2019). “O convento dos perseguidos”. Folha de SP. 12/05/2019.

Fernando Henrique Cardoso autoexilou-se após o golpe militar em 1964 e foi também recebido como professor-pesquisador de Sociologia do ILPES, onde assumiu imediatamente o cargo de diretor adjunto.

Weffort lecionou também na Universidade do Chile e na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), fundada e mantida pela UNESCO. Nesta instituição, na década de 1960, vários jovens brasileiros desenvolveram suas dissertações de mestrado: recém-graduados do Curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, que vieram a ser os “pais fundadores” da ciência política no Brasil: José Maria de Carvalho, Antônio Octávio Cintra, Simon Schwartzman, Fábio Wanderley Reis. Além de intelectuais que vieram a compor os quadros de trabalho do CEBRAP: Vilmar Faria, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Ruth Cardoso (KEINERT, 2011; REIS, 2016; RODRIGUES, 2021; AMORIM, 2021).

No âmbito pessoal, Elisa Kluger destaca que durante um período Weffort dividiu residência com Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso em Santiago (KLUGER, 2017, p.264)<sup>14</sup>. Foi também no contexto da vivência no Chile durante a década de 1960 que Weffort estreitou laços com o então exilado Paulo Freire e conheceu sua filha, Madalena Freire, com quem casou-se depois (*ibid.*, p.266). Ao contrair tal matrimônio, Weffort agregou capital social e incorporou um importante mediador para seus projetos intelectuais. Esse ponto é retomado com mais detalhes na próxima seção.

(...) à noite descemos em Santiago. Lá estavam todos os amigos, inclusive um jovem, que me conduziu do aeroporto para a casa de Strauss. E eu mal imaginava que o jovem que dirigia o carro alguns anos mais tarde seria o pai de minhas netas. Era exatamente o Francisco Weffort, que foi ao aeroporto me receber e dar a sua solidariedade política ao homem que seria avô das filhas dele (FREIRE, 2005 *apud*. FERREIRA, 2020, p.54).

Ainda no Chile, em maio de 1966, Weffort publicou na *Revista Civilização Brasileira* o artigo “*Estado e massas no Brasil*”. Este artigo era constituído de resultados parciais provenientes do desenvolvimento de sua tese de doutorado, iniciada em 1964, pela Universidade de São Paulo. Neste texto Weffort “avançou a ideia de superar a ‘acentuada

---

<sup>14</sup> “Enquanto Ruth [Cardoso] e os filhos do casal não haviam se transladado para o Chile, Fernando Henrique Cardoso morou em uma espécie de república de adultos com Celso Furtado, com seu aluno Francisco Weffort, que também foi incorporado ao ILPES e com o colega também docente da área de sociologia Wilson Cantoni (1926-1977), socialista que até o golpe lecionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, onde tinha como assistente Michel Löwy, recrutado através da Liga Socialista Independente. Eles recebiam em casa outros exilados como Paulo Freire, Thiago de Mello, Jader de Andrade, Francisco de Oliveira e Estevam Strauss para discutir o que ocorria no Brasil” (KLUGER, 2017, p.299).

intenção normativa’ da interpretação nacionalista sobre o populismo e identificar o próprio nacionalismo como uma ideologia populista” (KAYSEL; MUSSI, 2020, p.6).

Isto é, Weffort dava prosseguimento ao debate com a concepção isebiana de populismo, incorporando a influência dos trabalhos desenvolvidos pelos intelectuais do circuito da CEPAL. Entre eles, destacam-se: *Dialética do desenvolvimento* (1964) de Celso Furtado; *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (1964) de Fernando Henrique Cardoso; e *Industrialization et Conscience Ouvrière a São Paulo* (1961) de Alain Touraine (*ibid.* p.8).

Em 1967 publicou também o artigo “*O populismo na política brasileira*”, na revista francesa *Les Temps Modernes*, em um número especial dedicado ao Brasil, sob a coordenação de Celso Furtado. Neste artigo, Weffort caracterizou o populismo como “forma dependente de ‘incorporação’ das massas populares ao Estado no contexto de crise da ordem liberal-oligárquica” (KAYSEL; MUSSI, 2017, p.9).

[O populismo] foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário e dependente, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional (WEFFORT, 1967, p.50, grifo do autor)

Nessa fase, destaca-se a ênfase na relação entre “populismo” e “dependência” como uma estratégia de integração teórica de Weffort no debate da CEPAL e nas revisões da teoria da modernização, que eram de interesse para a filantropia internacional (AMORIM, 2021)<sup>15</sup>. Além disso, esse esforço representava a continuidade na busca de Weffort pelo enraizamento social no círculo dos cientistas sociais paulistas ligados à Cadeira de Sociologia I.

No contexto de desenvolvimento da “teoria da dependência” por Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e outros intelectuais na CEPAL, o debate estava concentrado na dimensão estruturante da formação econômica dependente para a conformação das relações políticas internas dos países periféricos do capitalismo. Nesse contexto, Weffort passou a

---

<sup>15</sup> “Em outras paragens onde ocorria reflexão sobre pensamento econômico na América Latina, como a Cepal, também se deparavam com um momento de crise de um determinado modelo desenvolvimentista. Diante da sensação de esgotamento, houve espaço para novas abordagens cepalinas, cujos termos muito se assemelhavam ao que estava sendo discutido pelo *Office of Latin America and the Caribbean* (OLAC) da Fundação Ford, materializados na negociação do convênio Ford-luperj: Dentro da instituição [Cepal], ganhava força um ímpeto por **análises sobre o desenvolvimento que superassem o campo econômico**. Pela primeira vez, cepalinos colocavam sob escrutínio o projeto de industrialização. Enquanto economistas revisitavam a trajetória do pós-guerra, um grupo de sociólogos e seu projeto sobre os aspectos e agentes sociais do desenvolvimento ganhavam *momentum*” (FAJARDO, 2019 *apud.* AMORIM, 2021, destaque do autor)

definir o populismo como a expressão da estrutura política de dominação exercida sobre as classes sociais subalternas nos contextos de desenvolvimento dependente.

Em sua tese, Weffort situava-se no âmbito do que considerava uma abordagem “não abstrata” do processo histórico, estabelecendo as bases para refletir sobre as condições particulares da “emergência política das classes populares” nos diversos países latino-americanos. A formação política e social dependente da América Latina desempenhava um papel central na explicação do papel das massas na política (WEFFORT, 1968; KAYSEL; MUSSI, 2017, p.2).

Weffort permaneceu em Santiago até 1967, quando partiu do Chile para um período curto como *visiting fellow* na recém-fundada Universidade de Essex, na Inglaterra, onde terminou a redação de sua tese<sup>16</sup>. O retorno ao Brasil e a defesa de “*Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo*” pela Cátedra de Política da FFCL-USP, sob orientação de Paula Beiguelman, ocorreu em abril de 1968, aos 31 anos de idade. Em julho deste mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso também retornou à São Paulo da França e prestou, com êxito, o concurso à Cátedra de Política da FFCL-USP, vaga por ocasião do falecimento do titular Lourival Gomes Machado – derrotando Beiguelman, orientadora de tese de Weffort.

Em dezembro de 1968 o governo militar, sob a presidência de Arthur da Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº5 (AI-5), medida instaurada em retaliação a manifestações críticas ao regime e aos militares ocorridas naquele ano. O AI-5 permitiu, entre outras coisas, realizar cassações de mandatos parlamentares, o fechamento do Congresso Nacional e aposentar compulsoriamente diversos profissionais em instituições públicas.

Assim, em 28 e 29 de abril de 1969, por meio de dois decretos, o regime militar aposentou compulsoriamente da FFCL-USP, entre outros nomes: Florestan Fernandes, Bolívar Lamounier<sup>17</sup>, Elza Salvatori Berquó, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Paula Beiguelman, Paulo Israel Singer (ADUSP, 2004, p.45-48).

Francisco Weffort não foi aposentado compulsoriamente. Os postos vagos, deixados pelos aposentados, possibilitaram a integração de diversos jovens recém titulados ao processo de reforma institucional da FFCL-USP. Então, com a Reforma Universitária de

---

<sup>16</sup> Não foram encontradas fontes confiáveis que dessem mais detalhes relevantes a respeito dessa experiência na Universidade de Essex – sob que condições se mudou para lá, se houve convite ou auxílio financeiro de alguma espécie, por exemplo.

<sup>17</sup> Entre alguns dos nomes afastados, constavam intelectuais que sequer faziam parte dos quadros docentes da USP (ADUSP, 2004, p.49). Cf. CPDOC-FGV entrevista Bolívar Lamounier.

1968, as aposentadorias compulsórias e a fundação do CEBRAP em 1969, a trajetória e a obra de Weffort passaram por uma inflexão, como será discutido na seção seguinte.

Esta seção tratou da fase inicial da trajetória de Francisco Weffort com enfoque na dinâmica das suas posições institucionais e nas produções correspondentes a cada um de seus deslocamentos. O que marca essa fase é seu esforço de enraizamento no debate teórico e no circuito social dos cientistas sociais da FFCL-USP, sobretudo ao circuito da Cadeira de Sociologia I.

Na busca pelo enraizamento nesse circuito, Weffort aproximou-se de Fernando Henrique Cardoso, aquele que angariava maior prestígio e capital social entre os intelectuais vinculados à Cadeira de Sociologia I naquele contexto. Além disso, Weffort elegeu como tema principal da fase inicial de sua carreira um tópico (populismo) que o inseria no debate teórico e analítico com os representantes do ISEB – então polo oposto e rival dos paulistas na produção da agenda das ciências sociais no Brasil.

Pelo vínculo que estabeleceu com Cardoso nesse período, Weffort se fez presente no circuito das instituições que marcam a carreira dos cientistas sociais paulistas vinculados ou próximos da Cadeira de Sociologia I, no decorrer das décadas de 1950 e 1960. Essas instituições, como o CESIT e a CEPAL, ou os grupos de leitura d'O Capital, se tornaram espaços fundamentais nos quais foram se dando os desdobramentos do projeto intelectual encabeçado inicialmente por Florestan Fernandes e depois por Fernando Henrique Cardoso. Foi no trânsito entre esses espaços que Weffort saiu da condição de um imigrante sem lastro social na capital, construiu seus vínculos e se enraizou socialmente.

### **3.2 Do circuito do CEBRAP à secretaria geral do PT (1969-1986)**

“É que a minha compreensão da “teoria da dependência” era, em 1968, apenas retórica e ideológica, ou seria aquela “teoria” apenas uma forma de retórica e de ideologia?” (Francisco Weffort, 1978)

Esta seção trata da segunda fase da trajetória de Francisco Weffort, um período ascensional em sua carreira, sucedendo à fase de enraizamento social.

Neste período, Weffort atuou como professor no departamento de ciências sociais e líder da área de ciência política da FFLCH-USP. Além disso, ele foi pesquisador no recém-fundado CEBRAP, fundador do CEDEC, primeiro presidente da ANPOCS e desempenhou o papel de fundador e secretário-geral do Partido dos Trabalhadores. Após consolidar seu enraizamento no circuito social dos intelectuais ligados à Cadeira de Sociologia I no período

anterior, entre 1969 e 1986 verifica-se na trajetória de Weffort uma intensa acumulação de capital social, intelectual e institucional. Essa acumulação gradualmente fortaleceu e impulsionou um projeto de diferenciação e autonomização intelectual, especialmente em relação ao circuito dos intelectuais paulistas que orbitavam em torno de Fernando Henrique Cardoso.

Em função destes fatores é possível afirmar que esta fase da trajetória de Weffort se caracteriza pela superação da posição de “mais um” no circuito dos intelectuais paulistas à posição do intelectual “referência” da esquerda organizada institucionalmente (no CEBRAP e no CEDEC) e partidariamente (no PT). Para reconstituir esse percurso, esta seção descreve as características das instituições nos quais Weffort se envolveu nesse período (FFLCH-USP, CEBRAP, CEDEC, PT) e as atividades por ele desempenhadas em cada uma delas.

\*\*\*

As aposentadorias compulsórias se deram em meio ao processo de Reforma Universitária iniciada em 1968 pelo governo militar<sup>18</sup>. Nesse período, Weffort foi uma figura central na reorganização institucional das ciências sociais na Universidade de São Paulo, atuando na área de política.

Como destaca Adriana Leite, o desenvolvimento das ciências sociais após 1964 foi marcado por profundas transformações e resultados bastante contraditórios. Se por um lado “destacou-se a política de desarticulação das principais lideranças da sociologia brasileira” com o fechamento do ISEB dois dias após o golpe militar e as aposentadorias compulsórias na USP em 1969, por outro lado, foi também nesse período que as universidades brasileiras foram objeto de grande investimento por parte do Estado (LEITE, 2015, p.29).

Na conjuntura marcada pelo rápido crescimento econômico, industrialização e urbanização, “a formação de mão-de-obra qualificada com escolaridade superior passou a se colocar como prioridade na agenda educacional do país” (*ibid.*). As primeiras discussões se iniciaram já no começo da década de 1960, e foi nesse contexto que a reforma universitária entrou na agenda do regime militar.

Orientadas por uma comissão da *United States Agency for International Development (Usaid)* em parceria com o Ministério da Educação (MEC), as modificações

---

<sup>18</sup> “Em 28 de novembro de 1968, entrava em vigor a Lei 5.540, encarregada de regular o ensino superior no Brasil. Conhecida como a Lei da Reforma Universitária, propunha investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras, sobretudo a pós-graduação, com o propósito de impulsionar a economia e o desenvolvimento do país”. “Autoritária e modernizante, reforma universitária completa 50 anos”, UFMG, 28/11/2018.

feitas na estrutura organizacional das universidades brasileiras nesse período foram amplamente inspiradas no modelo estadunidense de ensino superior (CUNHA, 2007). Algumas entre as principais mudanças, segundo Adriana Leite, foram:

- I) Expansão no número de vagas abertas pelas universidades: entre 1965 e 1980, o número de vagas disponibilizadas para os alunos concorrentes ao ingresso nas universidades cresceu de 39 mil para 279.3 mil.
- II) Reorganização institucional dos cursos e da universidade: substituindo o sistema de cátedras pelo sistema de departamentos; substituindo o período em que as disciplinas eram oferecidas de anual para semestral, além de contabilizar as disciplinas na forma de créditos.
- III) Criação de um sistema nacional de pós-graduação (1965), aliado à unificação do ensino e da pesquisa, que até então estavam apartados em muitos estados do país, além da adoção do regime exclusivo de trabalho dos docentes nas universidades.<sup>19</sup>

As medidas da reforma universitária articuladas às aposentadorias compulsórias geraram na USP um período conturbado de adaptações e de reorganização institucional. Como observa Adriana Leite (2015), o primeiro aspecto que merece destaque diz respeito à organização da estrutura da universidade. Com a reforma, a USP passou a ser organizada através de institutos e faculdades que formariam as grandes unidades constitutivas de cada campus da universidade – os antigos cursos de Física, Química, Matemática e Estatística, Biociências, Geociências, Psicologia e Pedagogia separaram-se da FFCL para se constituírem em Institutos e/ou Faculdades autônomas. Nessa cisão a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) passou a se denominar Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Neste ínterim, o sistema de cátedras, centralizado na figura do titular, que era “vitalício em seu cargo e único responsável pela contratação, demissão e determinação das atividades de ensino e pesquisa de seus assistentes e auxiliares”, é substituído pelo sistema departamental visando à “ampliação e racionalização da estrutura das universidades brasileiras” (*ibid.* p. 30).

---

<sup>19</sup> “Em 1965, com o Parecer nº 977, conhecido como Parecer Sucupira, do Conselho Federal de Educação, dá-se a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil. Segundo o prof. Newton Sucupira o modelo de pós-graduação a ser implantado era adequado à nova concepção de universidade, oriundo dos países mais desenvolvidos do mundo (MEC/CFE, Parecer nº 977/65)” (MORITZ; MELO, 2011)

Com as aposentadorias e a perda de parte expressiva do quadro docente da faculdade, “diversos pós-graduandos da época foram repentinamente alçados à condição de docentes na faculdade” (LEITE, 2015, p.88). As perspectivas profissionais desses jovens professores também se transformaram, uma vez que “eliminando o regime de cátedras e a figura do ‘catedrático vitalício’ foi possível expandir as possibilidades de acesso e progressão na carreira”<sup>20</sup> (*ibid.* p.90). Ainda assim, informalmente, a influência e a autoridade dos catedráticos se fizeram sentir por certo tempo no interior da universidade. Segundo Leite, a “relação entre as antigas cátedras continuou de certo modo a operar na faculdade, delimitando não somente universos temáticos de investigação, mas principalmente modos de apreensão e interpretação dessas realidades” (*ibid.* p.102).

Mantendo atividades regulares na USP como docente, Francisco Weffort assumiu certo protagonismo na reestruturação e na liderança da área de política da Universidade de São Paulo. Segundo José Álvaro Moisés, Weffort foi o principal responsável pela “reorganização da área de ciência política na USP, após a aposentadoria forçada de vários professores pelo regime militar, tendo sido o chefe do departamento de ciência política por alguns anos” (MOISÉS, 2021).<sup>21</sup>

Celso Lafer reforçou que “um dos temas recorrentes [de sua] amizade com Weffort foi o da institucionalização dos estudos de política e de ciência política especificamente na Universidade de São Paulo”<sup>22</sup>. Isso significa que Weffort desempenhou um papel ativo na transição organizacional do sistema de cátedras para o sistema departamental nas ciências sociais da USP, especialmente na área de política, que teria seu próprio departamento alguns anos depois. O relato de Maria Hermínia Tavares de Almeida destaca melhor alguns detalhes a respeito da atuação de Weffort durante esse período:

O regime militar, por outro lado, golpeou forte muitas áreas da Universidade de São Paulo, mas talvez nenhuma outra tenha sido tão atingida quanto a pequena Cadeira de Política, que formava parte do departamento de ciências sociais, criado com a reforma universitária de 1968. Por volta de 1970 a cadeira de política perdera quase todos os seus professores, Fernando Henrique Cardoso havia sido aposentado em virtude do AI-5 em 1969; Paula Beiguelman, também atingida pelo AI-5, havia se

<sup>20</sup> “(...) de acordo com a reforma ficaram definidas segundo a seguinte ordem: I – Professor Assistente [aqui era necessário a conclusão do mestrado]; II – Professor Assistente Doutor [aqui era necessário concluir o doutorado]; III – Professor Livre Docente [cargo aberto aos professores doutores, mediante concurso de títulos e provas]; IV – Professor Adjunto [cargo aberto aos professores livre-docentes, mediante concurso de títulos e provas]; e V – Professor Titular [cargo aberto aos professores adjuntos, mediante concurso de títulos e provas]” (LEITE, 2015, p.91)

<sup>21</sup> “Homenagem ao Prof. Francisco Corrêa Weffort: Uma Vida em Defesa da Democracia”. Instituto de Estudos Avançados da USP 07/10/2021.

<sup>22</sup> “Outorga do título de Professor Emérito da USP à Francisco Weffort”. 18/10/2013.

transferido anteriormente para o Departamento de História; Maria do Carmo Campello de Souza foi presa em 1970; Eduardo Kugelmas e Célia Quirino dos Santos, perseguidos, fugiram para o exterior. Ficaram na cadeira de política Weffort e Oliveiros Ferreira que se dividia entre a universidade e o Jornal O Estado de São Paulo. Weffort assumiu sozinho a tarefa nada fácil de reconstruir o que a repressão arrasara e o fez com paciência e determinação. Trouxe de volta para a cadeira, Lucio Kowarick, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes, Braz Araújo e assim foi se reconstituindo, com a vinda do José Augusto Guilhon de Albuquerque, José Álvaro Moisés, Maria Thereza Sadek, Ruth Cardoso e Eunice [Durham], assim foi se reconstituindo a área de política na USP. Em 1974 foi possível criar o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (...). Em 1987 o Departamento de Ciência Política foi reformado em função da divisão do antigo Departamento de Ciências Sociais, e já era um departamento forte e reconhecido pela sua qualidade acadêmica, hoje ele é sem dúvida o melhor departamento do Brasil. O departamento e tudo que conseguimos simplesmente não teria sido possível, se em 1970 Weffort não tivesse saído à campo (ALMEIDA, 2013, grifos do autor)<sup>23</sup>

O quadro a seguir traz alguns dados com mais detalhes sobre o perfil e a trajetória dos intelectuais que fizeram parte da rede na qual Weffort se apoiou para essa tarefa de “reconstrução” da área de política na Universidade de São Paulo, conforme o relato de Almeida. A relação desses intelectuais com Weffort remetia ao conjunto de instituições e grupos ao qual ele foi ou ainda era vinculado nessa altura de sua trajetória: parte deles eram alunos de pós-graduação na USP, alguns foram membros do CESIT, vários deles foram membros do CEBRAP, outros ainda remetiam ao período no Chile ou ao “Seminário 2”.

**Quadro 1 – Rede social de apoio para a reconstrução da área de política na USP**

Identificação	Área/Instituição de formação	Doutoramento	Temas principais
<b>Lucio Kowarick,</b> São Paulo, SP, 1938.	Graduação em Ciências Políticas e Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, (1958-1961); Mestrado em Ciências Sociais, Diplôme D'études Approfondies En Sciences Sociales, DEA, França. (1963-1967);	Doutorado em Sociologia, USP (1973). Título: Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno na América Latina. Orientação: Leôncio Martins Rodrigues	(Sub)Cidadania; Marginalidade; Exclusão; Sociedade Civil; Vulnerabilidade Social e Civil;
<b>Leôncio Martins Rodrigues Netto,</b> São Paulo, SP, 1934.	Bacharel e licenciado em Ciências Sociais, USP (?); Mestre em Sociologia, USP (1964)	Doutor em Ciências, USP (1967). Título: Atitudes Operárias na Indústria Automobilística. Orientação: Florestan Fernandes	Sindicalismo; Classes trabalhadoras e relações de trabalho; fontes sociais de

<sup>23</sup> “Outorga do título de Professor Emérito da USP à Francisco Weffort”. 18/10/2013.

			recrutamento partidário;
<b>Juarez Rubens Brandão Lopes</b> , Poços de Caldas, MG, 1925.	Bacharel em Ciências Sociais e Políticas, Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946-1950); Pós-graduação, Universidade de Chicago (1950-1953);	Doutorado, USP (1964). Título: Sociedade industrial no Brasil. Orientação: ?	Mobilidade social; Formação e consciência de classe; Processo de desenvolvimento brasileiro;
<b>Braz José de Araújo</b> , Paranaíba, MG, 1941-2004.	Graduação em Direito, UFMG (1960-1964); Especialização em Ciência Política, USP (1965-1966); Mestrado em Ciência Política, Cycle Supérieur D'études Et de Recherches Politiques, França (1966-1970);	Doutorado em Sociologia, USP (1970). Título: LA POLITIQUE EXTERIEURE DE JANIO QUADROS AU BRESIL. Orientação: Nicos Poulantzas	Análise do Processo Decisório; Técnicas de Antecipação; Política Externa do Brasil; Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz;
<b>José Augusto Guilhon Albuquerque</b> , Belém, PA, 1940.	Graduação em Filosofia, Universidade do Brasil (1959-1962); Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, Université Catholique de Louvan, UCL, Bélgica (1963-1969);	Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento, Université Catholique de Louvan, UCL, Bélgica, (1972). Título: Expérience du développement et intégration aux valeurs de la civilisation industrielle. Recherche sur les attitudes des étudiants latino-américains; Orientação: Maurice Chaumont	Relações Internacionais do Brasil; Aprofundamento e ampliação do Mercosul; Relações bilaterais Brasil-China;
<b>José Álvaro Moisés</b> , Campinas, SP, 1945.	Graduação em Ciências Sociais. USP (1966-1970); Especialização em Ciência Política. University of Oxford, OX, Inglaterra. (1972-1973); Mestrado em Política e Governo. University of Essex, Inglaterra. (1971-1972) Bolsa: F. Ford.	Doutorado em Ciência Política, USP (1978). Título: Classes Populares e Protesto Urbano; Orientação: Francisco Weffort Bolsa: FAPESP.	Classes populares e participação política; Sindicalismo e movimento operário; Cidadania e direitos políticos;

<b>Maria Tereza Aina Sadek</b>	Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP (1966 - 1969); Especialização em Demografia e Dinâmica Populacional, USP (1970 - 1971); Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP (1974 - 1977);	Doutorado em Ciência Política, USP (1984). Título: Concentração Industrial e Estrutura Partidária-O Processo Eleitoral no ABC (1966-1982); Orientação: José Augusto Guilhon Albuquerque	Poder judiciário; Ministério público; Defensoria pública; Acesso à justiça; Constituição; Justiça e democracia;
<b>Ruth Corrêa Leite Cardoso,</b> Araraquara, SP, 1930.	Graduação em Ciências Sociais, USP (1952); Mestrado em Sociologia, USP (1959);	Doutorado em Ciências Sociais, USP (1972). Título: Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. Orientação: Eunice Ribeiro Durham	Antropologia Urbana; Estrutura familiar e mobilidade social; Juventude, violência e cidadania;
<b>Eunice Ribeiro Durham,</b> Limeira, SP, 1932.	Graduação em Ciências Sociais, USP (1951-1954); Mestrado em Antropologia Social, USP (1961-1964);	Doutorado em Antropologia Social, USP (1967). Título: Migração, Trabalho e Família. Aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial. Orientação: Egon Schaden	Políticas Educacionais; Populações Negras e o Ensino Superior no Brasil; Migração e Imigração;

Fonte: elaboração própria com base em dados dos CV Lattes

Exceto por Maria Tereza Sadek, que foi aluna de José Augusto Guilhon Albuquerque, todos os nomes nesse quadro foram membros do CEBRAP, que será discutido a seguir. E com exceção de Ruth Cardoso e Eunice Durham, todos também foram pesquisadores do CEDEC, uma instituição posteriormente fundada por Weffort. Além de serem colaboradores, Lucio Kowarick e José Álvaro Moisés ocuparam cargos de presidentes-diretores do CEDEC durante o período em que Weffort se distanciou do centro para se dedicar às atividades partidárias no PT.

O relato de Almeida evidencia como a situação precária resultante das aposentadorias e afastamentos permitiu que Weffort se destacasse como uma liderança coordenando o processo de reformulação institucional nas ciências sociais da USP, após a Reforma Universitária de 1968. Essa reformulação consistiu na transição do sistema de cátedras para o sistema de departamentos. Na USP, entre as décadas de 1970 e 1990, Weffort foi orientador, pelo programa de ciência política, das seguintes pessoas:

**Quadro 2 – As orientações de Francisco Weffort na USP (1970-1992)**

<b>Ano</b>	<b>Grau</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>
1970	mestrado	Luiz Alfredo Kiehl Galvão	Estudo crítico das idéias políticas na Revolução Alemã de 1848
1972	mestrado	Newton de Mello Quelho	O agrarismo utópico no nordeste
1973	doutorado	Maurício Tragtenberg	Burocracia e ideologia
1974	mestrado	Maria Cecília Spina Forjaz	Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República
1975	mestrado	Vanya Mundim Sant'anna	Ciência e sociedade no Brasil
1975	doutorado	Luiz Werneck Vianna	Liberalismo e sindicato no Brasil
1975	doutorado	Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza	Estado e sistema partidário no Brasil: 1945-1964
1975	mestrado	Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares	Desenvolvimento econômico e estabilidade política: o governo de Kubitschek (1956-1961)
1978	doutorado	José Álvaro Moisés	Classes populares e protesto urbano
1978	mestrado	Célia Soibelman	A casa imprópria: um estudo do BNH e do Sistema Financeiro da Habitação
1978	doutorado	Maria Hermínia Tavares de Almeida	Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930-1945
1981	doutorado	Regis Stephan de Castro Andrade	Ordem política e conflito na constituição do Estado brasileiro, 1889-1937
1982	doutorado	Sonia de Camargo	O nacionalismo conservador e o nacionalismo popular na política Argentina
1982	doutorado	Maria Cecília Spina Forjaz	Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30
1983	doutorado	Rosa Maria Fischer Ferreira	A política e as políticas das relações do trabalho

1984	doutorado	José Luís da Costa Fiori	Conjuntura e ciclo na dinâmica de um Estado periférico. (Uma reflexão em dois movimentos, sobre a crise do Estado brasileiro)
1987	mestrado	Loreley G. Garcia	Hannah Arendt - ruptura, uma questão de tradição
1987	mestrado	Neide Richopo	A esquerda no Brasil: um estudo de caso
1989	doutorado	Emir Simão Sader	A crise hegemônica e sua ideologia: teorias do Estado brasileiro durante o Regime Militar
1992	doutorado	Gildo Marçal Bezerra Brandão	Partido Comunista, capitalismo e democracia: um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira, 1920-1964

Fonte: elaboração própria com base em dados do CAPH/FFLCH-USP

Dentre estas pessoas, as que mantiveram um vínculo duradouro com Weffort e o acompanharam em suas atividades acadêmicas entre as décadas de 1970 e 1980 foram também as que desenvolveram os trabalhos mais alinhados aos seus interesses centrais de pesquisa: sindicatos, classes populares/trabalhadoras e sua relação com o Estado. São eles: Maria Victória Benevides, Luiz Werneck Vianna, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Regis de Castro Andrade – este último também foi presidente-diretor do CEDEC.

Além das atividades desenvolvidas em âmbito acadêmico e institucional na universidade, nesse período Weffort se tornou pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

A fundação do CEBRAP foi oficializada em registro em 3 de maio de 1969. A constituição do Centro teve o objetivo de restabelecer as condições de trabalho dos pesquisadores compulsoriamente aposentados pelo regime militar – inicialmente os do núcleo uspiano, e posteriormente outros intelectuais perseguidos pelo regime, como Francisco de Oliveira e Bolívar Lamounier. Em função dos vínculos com Fernando Henrique Cardoso e o com os aposentados compulsoriamente, por ele aí abrigados, Weffort integrou o centro.

Com esse propósito de retomada aos trabalhos de pesquisa, o CEBRAP obteve, por intermédio de Fernando Henrique Cardoso e Candido Procópio Ferreira de Camargo,

respaldo político de figuras influentes dentro do Estado durante o regime militar, de frações liberais do empresariado local em ascensão e de segmentos das elites católicas locais. Além disso, recebeu apoio institucional de membros da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e do recém-fundado Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). A partir da mediação dessa rede social de apoio, o CEBRAP obteve doações filantrópicas da Fundação Ford e viabilizou recursos para a estruturação institucional e para os primeiros projetos conduzidos na instituição (SORJ, 2001; KEINERT, 2011).

Foi difícil criar o Cebrap. As pessoas estavam com medo, procuramos algumas personalidades que pudessem nos dar algum respaldo, como o Paulo Egydio Martins, que viria a governar São Paulo, e o empresário e político Severo Gomes. Também tivemos apoio de gente como Dom Paulo Evaristo Arns, Celso Lafer e José Mindlin, que nos deram suporte político e moral (...). Aqui dentro, o apoio institucional que tivemos foi da Fundação Getúlio Vargas, onde trabalhava gente como Roberto Gusmão e Antonio Angarita. Esse respaldo todo colaborou para que as fundações nos dessem algum recurso (CARDOSO, 2019).<sup>24</sup>

Segundo Katia Baptista, na ata de fundação do CEBRAP constam 27 sócios: Cândido Procópio Ferreira de Camargo (sociólogo), Oswaldo Hebster de Gusmão (advogado), Betty Mindlin Lafer (economista), José Arthur Giannotti (filósofo), Antônio Ignácio Angarita Silva (jurista), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo), Carmem Sylvia Junqueira e Lima (antropóloga), Arakcy Martins Rodrigues (psicóloga), Pedro Paulo Popovic (dirigente empresarial), Manoel Tosta Berlinck (sociólogo), Esdras Borges Costa (sociólogo), Ruth Corrêa Leite Cardoso (antropóloga), Juarez Rubens Brandão Lopes (sociólogo), Paul Singer (economista), Rubens Murillo Marques (matemático), Orlando Figueiredo (economista), Elza Salvatori Berquó (estaticista), Leôncio Martins Rodrigues Netto (sociólogo), Eunice Ribeiro Durham (socióloga), Beatriz Muniz de Souza (socióloga), Pedro Calil Padis (economista), Paulo Sandroni (economista), Waldomiro Pecht (economista), Maurício Klabin Segall (dirigente empresarial), João Yunes (médico), Melanie Farkas (socióloga) e Celso Lafer (cientista político). Segundo a pesquisadora, uma fração significativa desses nomes constituía, à época, “a elite cultural de São Paulo” (BAPTISTA, 2009, p.34).

Alguns nomes desta lista podem ser destacados pelo suporte nas negociações que viabilizaram o CEBRAP. Em primeiro lugar, se tratando do “convento dos perseguidos”<sup>25</sup>, foi necessário negociar uma trégua com frações no interior do governo militar. Esta foi chancelada pelos citados Paulo Egydio Martins, Ministro da Indústria e Comércio do

<sup>24</sup> “O convento dos perseguidos”. Folha de São Paulo 12/05/2019.

<sup>25</sup> “O convento dos perseguidos”. Folha de São Paulo 12/05/2019.

governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967), nomeado governador do estado de São Paulo entre 1973 e 1975; e Severo Fagundes Gomes, Ministro da Agricultura durante a presidência de Castelo Branco e Ministro da Indústria e Comércio, sob gestão do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), além de senador pelo estado de São Paulo, entre 1983 e 1991 (KEINERT, 2011; BAPTISTA, 2009).

A aproximação com esses nomes está associada à origem e trajetória dos mentores intelectuais do CEBRAP. Além da experiência no CESIT e da aproximação ao setor liberal do empresariado paulista, Fernando Henrique Cardoso era nascido em uma família de militares vinculados ao Estado brasileiro desde a época do segundo império<sup>26</sup>.

Candido Procópio Ferreira de Camargo (1922-1987), era advogado e filósofo de origem familiar abastada e possuía ligações com o *establishment* político da época, sendo ele o mediador da aproximação com Severo Gomes. Candido Procópio também tinha grande proximidade com a “alta hierarquia eclesiástica” local da igreja católica, fator que aproximou o CEBRAP de Dom Paulo Evaristo Arns<sup>27</sup>, bispo e arcebispo de São Paulo entre os anos 1960 e 1970. Na rede social de apoio à formação do CEBRAP também foram mencionados diversos nomes ligados ao setor empresarial.

José Mindlin foi um dos fundadores, em 1950, da *Metal Leve S/A* (que se tornou uma das maiores empresas no setor de peças automotivas do Brasil) e membro do Conselho Superior da FAPESP de 1973 a 1974, diretor do Conselho de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo de 1975 a 1976.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> “A lista de cargos ocupados por seus ascendentes é extensa. A título de exemplos, registre-se a posição de senador e deputado conquistada por seu bisavô, no Brasil-Império, além da destacada atuação de seu avô, amigo de Floriano Peixoto, na conspiração em prol da Proclamação da República. Seu pai, [o general Leônidas Cardoso (1889-1965)], transitou pelos principais acontecimentos políticos do século XX brasileiro, como o movimento tenentista, assim como a Revolução de 1930. Com a chamada República Populista (1945-1964), é eleito deputado pelo PTB, além de ter sido Ministro da Guerra” (KEINERT, 2011, p.67). A carreira militar do pai e a aproximação deste ao circuito varguista poderia ser um elemento para complementar a explicação sobre porque a relação de FHC com os militares no período da ditadura oscila entre a perseguição e o respaldo. Cf. CPDOC-FGV entrevista FHC.

<sup>27</sup> Paulo Evaristo Arns (1921-2016) ordenado sacerdote em 1945, estudou na Sorbonne, em Paris, onde cursou letras, pedagogia e defendeu seu doutorado – Cândido Procópio esteve na mesma universidade à época (1947). Foi bastante ativo contra a repressão da ditadura militar. “Dom Paulo Evaristo Arns morre em São Paulo aos 95 anos”. G1 14/12/2016. “Assim como Fernando Henrique Cardoso, Cândido Procópio Ferreira de Camargo – primeiro presidente do Cebrap (1969-1979) – possuía ligações com o *establishment* político brasileiro da época, o que se revela no acesso que tinha a Severo Gomes. Ressalte-se os vínculos de Cândido Procópio com a alta hierarquia eclesiástica, contato que foi importante por ocasião de encomendas feitas pela Igreja católica aos pesquisadores do Cebrap” (KEINERT, 2011, p.66)

<sup>28</sup> Fonte e mais detalhes: USP - Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Celso Lafer, jurista e professor da Universidade de São Paulo, também fez parte do Conselho de Administração da *Metal Leve S/A*, onde ocupou os cargos de vice-presidente e presidente. Posteriormente, atuou como Ministro de Estado nos governos de Fernando Henrique Cardoso, nos ministérios das Relações Exteriores (1992/2001-2003) e Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999).<sup>29</sup>

Foram ainda mencionados outros dois nomes ligados ao ramo empresarial, ambos fundadores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP)<sup>30</sup> em 1954.

Roberto Herbster Gusmão, advogado, foi inspetor da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo (1959), membro do Conselho Administrativo da AmBev e diretor-presidente da Cervejaria Antártica em 1971, além de ter atuado na administração de bancos públicos do Estado de São Paulo (Badesp e Banespa) na década de 1980 e como Ministro da Indústria e do Comércio no governo do presidente José Sarney em 1985.<sup>31</sup> Por fim, Antonio Angarita foi fundador da EAESP, presidente da extinta Viação Aérea de São Paulo (Vasp) e secretário de Governo e Gestão Orçamentária na gestão de Mário Covas (1995-2001).<sup>32</sup>

Essas pessoas desempenharam um papel crucial como alicerce da rede que apoiou a atração de recursos, tornando possível a existência do CEBRAP. Alguns intelectuais deste circuito já tinham alguma experiência trabalhando com a Fundação Ford e foram facilitadores no contato inicial entre representantes das duas instituições. Elza Berquó e Paul Singer, à época conduziam estudos demográficos com apoio da Fundação no Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da USP, anexado ao Departamento de Estatística Aplicada, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública – participaram dessas atividades também Candido Procópio e Juarez Brandão Lopes (KEINERT, 2011, p.68).

Paulo Egydio Martins e Severo Gomes foram convidados por Fernando Henrique Cardoso para participar de reuniões com Peter Bell, um dos principais intermediários entre

---

<sup>29</sup> Além disso, foi Presidente da FAPESP (2007-2015). É atualmente presidente do Conselho Jurídico da FIESP e participante no Conselho de Administração da Klabin. Fonte: CEBRI e Academia Brasileira de Ciências

<sup>30</sup> “A Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) foi criada em 1954, pelo esforço conjunto do governo e do empresariado brasileiro, com a colaboração da Michigan State University, visando formar pessoas para enfrentar os desafios pelo qual o Brasil passava”. Fonte: FGV-EAESP.

<sup>31</sup> Fontes: “Ex-ministro Roberto Herbster Gusmão morre aos 96 anos em São Paulo”. G1 18/08/2019 e “Morre o ex-ministro Roberto Herbster Gusmão (1923-2019)”. Revista Veja 17/08/2019.

<sup>32</sup> Fonte: “Obituário Antônio Ignácio Angarita Ferreira da Silva: Apaixonado pela democracia, deixa legado na FGV” Folha de São Paulo 04/09/2022 e “Morre o professor Antonio Angarita, um dos fundadores do Cebrap”. Cebrap 31/08/2022.

Fundação Ford e cientistas sociais no Brasil e no Chile na segunda metade da década de 1960<sup>33</sup>. Essas reuniões tiveram o intuito de apaziguar a desconfiança de órgãos ligados ao setor de política externa norte-americanos<sup>34</sup> (como a *Usaid*, a CIA e a Embaixada dos Estados Unidos) com relação ao marxismo e a orientação subversiva<sup>35</sup> de Fernando Henrique Cardoso e de outros intelectuais aposentados compulsoriamente pelo regime militar (KEINERT, 2011, p.66).

Dessa forma buscaram viabilizar o acesso aos recursos da Fundação Ford. Com o mesmo intuito foram consultados pela FF “segmentos empresariais e economistas da Fundação Getúlio Vargas”, os citados Roberto Gusmão e Antonio Angarita (SORJ, 2001, p.33).

(...) pouco depois que enviamos para nossa sede em Nova York a recomendação do escritório brasileiro para a concessão da bolsa para o Cebrap, eu recebi um telefonema de um representante da embaixada americana no Rio. Ele começou me avisando: "Se você sabe o que é bom para a sua carreira, você desistirá de obter a verba para o Cebrap". Eu disse a ele que nós trabalhamos muito na recomendação, revisamos com cuidado a proposta e os planos de Fernando Henrique e seus colegas, e estávamos convencidos de que atendia aos nossos parâmetros. Realmente, nós estávamos entusiasmados com aquela oportunidade. Eu realmente disse, porém, que, se ele tivesse alguma informação que fosse relevante para nossa decisão sobre o apoio, gostaria de ouvi-la. Ele respondeu marcando um encontro para mim no dia seguinte com um oficial da CIA e chegou carregando uma pasta com memorandos e clippings de jornal. Eu examinei o material com ele: cada item simplesmente indicava que Fernando Henrique havia sido visto na presença de um "conhecido esquerdista". Eu disse ao meu visitante que a pasta era tão somente sobre "culpado por associação" e que eu não havia visto nada que invalidasse nossa recomendação aos representantes da fundação. Eles de fato rapidamente aprovaram a doação (BELL, 2012, grifos do autor)<sup>36</sup>.

O núcleo inicial do *staff* de pesquisadores do CEBRAP, composto principalmente pelos fundadores, incluía Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer,

<sup>33</sup> Cf. RODRIGUES, 2020, p.148 e AMORIM, 2021. “Peter Bell, assim como seu chefe no escritório da Fundação Ford no Brasil, William Carmichael, representavam uma espécie de ala liberal da agência norte-americana e se dispuseram a apoiar os cientistas sociais perseguidos pelo regime militar. Bell empenharia uma iniciativa similar no contexto chileno da ditadura de Pinochet” (KEINERT, 2011, p.66)

<sup>34</sup> Há uma caudalosa bibliografia que trata da atuação da Fundação Ford junto de instituições acadêmicas latino-americanas no período da Guerra Fria, assim como das suas conexões com a política externa dos Estados Unidos nesse período. Uma discussão detalhada a esse respeito extrapola o escopo analítico deste trabalho, mas pode ser encontrada em: BROOKE & WITOSHYNKY, 2002; CHAVES, 2009; 2015a; 2015b; LEMOS, 2014; CANEDO, 2017; CHAVES & CATTAL, 2019; RODRIGUES, 2020; CANCELLI, 2021; AMORIM, 2021.

<sup>35</sup> “(...) se Bell era simpático à proposta, o mesmo não se aplicava aos encarregados do setor da política externa norte-americana. Aposentado pelo AI-5, em 1969, Fernando Henrique afigurava-se, aos olhos da embaixada dos Estados Unidos, assim como da própria CIA como um elemento ‘subversivo’” (KEINERT, 2011, p.66).

<sup>36</sup> “Para os EUA, Brasil era campo de batalha na Guerra Fria”. Peter Bell entrevista para O Estado de São Paulo 16/09/2012.

Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannotti e Octávio Ianni. Vale ressaltar que Octávio Ianni foi incorporado à equipe do Centro pouco depois de sua fundação, demonstrando inicialmente alguma hesitação em relação ao convite. Nos anos seguintes, foram integrados ao *staff* permanente também Francisco de Oliveira e Bolívar Lamounier (1970), Vilmar Faria e Carlos Estevam Martins (1971) e Vinicius Caldeira Brandt (1974) (SORJ, 2001, p.34-35).

Francisco Weffort não consta como integrado ao *staff* permanente de pesquisadores do CEBRAP, mas ali coordenou, junto ao historiador Boris Fausto, um núcleo de pesquisa sobre “estrutura de classe e processo político” que desenvolveu estudos sobre classe operária e movimento sindical. Dentre os orientandos de Weffort que constam no Quadro 2, foram integrados ao núcleo por ele coordenado no CEBRAP: Maria Victória Benevides, Luiz Werneck Vianna, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Regis de Castro Andrade. O relato de Luiz Werneck Vianna confirma a composição social desse pequeno núcleo: “o grupo do Weffort ficava dentro do CEBRAP, na mesma sala, eu, Maria Hermínia, José Álvaro Moisés e Regis de Andrade. Todos estudando sindicalismo” (VIANNA, 2008, p.120).<sup>37</sup>

Eles desenvolveram suas teses de doutorado a partir dos debates e dos trabalhos conduzidos nesse núcleo de pesquisa, o que não significa que houvesse homogeneidade de visões e concepções entre os participantes. Segundo Vianna, “a Maria Hermínia, o Moisés e o Weffort também tinham posições completamente diferentes. A oposição era ao populismo, ao sindicalismo pelego, enfim, a minha posição não era esta” (*ibid.* p.121). Comentando a respeito da relação com o grupo durante a elaboração de sua tese, Vianna destaca que:

Foi só botar o Moisés, a Hermínia, o Regis e o Weffort em negativa que a tese saía. O Weffort teve esta grandeza: a minha tese era contra ele. Ele sabia desde o começo. Ele me levava para discussões do seu grupo. Eu aparecia dizendo, não é isto. O que jamais afetou a nossa relação. Deu-me a sua sala, na USP, para trabalhar. São grandes personagens da vida intelectual das Ciências Sociais, que eu acho que no Rio de Janeiro não tem réplica, a estes homens de São Paulo, com esta generosidade, com esta largueza (VIANNA, 2008, p.121)

As atividades desse grupo de estudos não se estenderam por muito tempo e ocuparam um lugar minoritário na agenda de pesquisa do CEBRAP. Ainda assim, a experiência foi o

---

<sup>37</sup> Entrevista de Luiz Werneck Vianna In: LOUREIRO, Maria R.; BASTOS, Elide R.; REGO, José M. **Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil**. FGV-EAESP/GVpesquisa, Relatório de pesquisa n° 11, 2008.

“ensaio” para o que viria a ser o CEDEC alguns anos depois, não apenas pelo eixo temático, mas também pela composição de seu corpo de trabalho (PERRUSO, 2008, p.67; SORJ, 2001, p.35).

Anna Paula Araújo afirma que foi por via do seu envolvimento no CEBRAP que Weffort adquiriu “experiência com questões burocráticas e técnicas inerentes à administração de uma instituição, como o gerenciamento de recursos financeiros e trabalho em equipe, além de ter obtido um grande reconhecimento enquanto intelectual”, requisitos sem os quais o projeto do CEDEC teria dificuldades para se concretizar (ARAÚJO, 2012, p.84).

Como destaca Adriana Leite, desvinculados das funções docentes e livres dos encargos de ensino, os institutos de pesquisa (como o CEBRAP) usufruíram de condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Valendo-se do significativo fluxo de recursos da Fundação Ford para a área de ciências sociais no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, esse novo tipo de instituição foi se afirmando a partir de uma “clara valorização à profissionalização e à autoimagem de competência acadêmica” (LEITE, 2015, p.116).

Ao longo do tempo, o CEBRAP firmou-se como uma influência significativa nos círculos intelectuais da época, tornando-se um modelo institucional para a resistência intelectual contra os regimes autoritários em diferentes países da América Latina<sup>38</sup>. Essa projeção consolidou a imagem da instituição como um espaço que combinava autoridade e prestígio científico com uma postura ativa de resistência e crítica ao autoritarismo.

Entre as décadas de 1970 e 1990, com o surgimento de diferentes institutos privados de pesquisa, o espaço dos cientistas sociais no Brasil foi cindido entre um polo de pesquisa, que concentrava o prestígio científico nesses institutos, e um polo didático, centrado nas universidades (MICELI, 1989). A respeito dessa polarização especificamente em São Paulo, o relato de Irene Cardoso para Adriana Leite é bastante ilustrativo:

Isso começou a causar uma sensação de desconforto. Primeiro, porque a USP estava fragilizada e segundo também, porque começou uma discussão que levou bastante tempo, um pouco no sentido das falas do Giannotti de que “a USP havia acabado como lugar de pesquisa, que agora era o Cebrap” (...). Foi um período muito difícil, como se a USP não fizesse mais nada,

---

<sup>38</sup> (...) nós tínhamos uma rede, o CEBRAP serviu de padrão para vários centros. Tem o CIEPLAN no Chile, tem o CEDES na Argentina. Eu era do conselho – sou até hoje de alguns deles – de todos esses centros cujo modelo era o CEBRAP, de resistência intelectual aos regimes autoritários, não se dizia isso, mas eram, eram *bunkers*. O CEBRAP foi bem um *bunker*, era quase como um convento, onde você tem a ficção de que “aqui dentro é livre” (CARDOSO, 2019).

como se a sociologia da USP não produzisse nada e não era bem assim (CARDOSO *apud*. LEITE, 2015, p.113, grifos do autor)

Com isso em vista, é possível considerar que no momento seguinte às aposentadorias, na entrada da década de 1970, Weffort está estrategicamente posicionado no espaço intelectual, mantendo suas possibilidades abertas nos dois polos que parecem cindir a atividade dos cientistas sociais do circuito em questão.

Essa observação serve como base para compreender a notável acumulação de capitais nessa fase: enquanto a tendência predominante entre os cientistas sociais foi a divisão entre os dois polos opostos do espaço – o didático e o de pesquisa – a atuação simultânea na USP e no CEBRAP o fortaleceu, pois permitiu acumular vínculos e trunfos em ambos os polos.

A inflexão na carreira de Francisco Weffort começa com a ampliação do seu espaço de oportunidades, à medida que acumula diversos tipos de capital (social, intelectual e institucional) que se convertem em capital simbólico, prestígio e reconhecimento. No polo didático, ele mantém suas atividades docentes remuneradas e assume a liderança na condução do processo de reestruturação institucional da área de política da FFLCH, formando um núcleo de pesquisadores jovens alinhados aos seus temas de pesquisa. No polo científico (dos centros autônomos de pesquisa) Weffort incorpora esse grupo de jovens pesquisadores, incluindo Maria Victória Benevides, Luiz Werneck Vianna, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Régis de Castro Andrade, ao núcleo de estudos que coordenava dentro do CEBRAP, buscando, assim, fortalecer a rede de sua influência e prestígio intelectual.

Em 1972, Weffort defendeu sua tese de livre-docência, intitulada “*Sindicatos e Política*”. Entre 1973 e 1974, conforme relatado por Moisés (2021) e Almeida (2013), Weffort desempenhou um papel de liderança na reestruturação institucional do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP<sup>39</sup>, alinhado aos novos parâmetros nacionais de regulamentação da pós-graduação estabelecidos pela Reforma Universitária. Em 1974 Weffort partiu para um período de trabalho na Argentina, onde lecionou na Universidade de La Plata e foi assessor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>40</sup>.

Também em 1974 se iniciou um processo de reorganização interna do CEBRAP, impulsionado pela aproximação de alguns de seus membros com o Movimento Democrático

---

<sup>39</sup> O Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da USP (PPGCP/DCP-FFLCH/USP) foi criado no final de 1973 e iniciou suas atividades em 1974. Fonte: DCP-FFLCH/USP “Apresentação”.

<sup>40</sup> Fonte: Verbete biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC.

Brasileiro (MDB) e pelo estreitamento das relações de Fernando Henrique Cardoso com figuras da política partidária-institucional de oposição da época, como Ulysses Guimarães.

Essa aproximação com o MDB foi mediada pela participação dos intelectuais do CEBRAP no semanário *Opinião*, fundado em 1972 por Fernando Gasparian. Protagonizado por intelectuais, “*Opinião* trazia a proposta de um jornalismo crítico e analítico que viria a se chocar diretamente com a censura ideológica imposta pelo Estado” (BRITO; SILVA, 2012, p.3).

Escreviam no jornal *Opinião*: Antônio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Hélio Jaguaribe, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Aloysio Biondi, Washington Novaes, José Arthur Giannotti, Jean-Claude Bernardet, Celso Furtado, Oscar Niemeyer, Lauro de Oliveira Lima, Otto Maria Carpeaux, Chico Buarque de Holanda entre outros (CANDIDO, 2021, p.254). O “conselho de colaboradores” era composto por Antônio Callado, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emílio Sales Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Francisco Weffort” (*ibid.*, p.256).

Os vínculos entre o CEBRAP e o *Opinião* eram bastante estreitos. Segundo Jeferson Candido, foi criado um “conselho editorial informal, composto por Gasparian e membros do CEBRAP, que se reunia regularmente uma vez por semana ou a cada quinze dias em São Paulo para discutir as tendências e linhas a serem adotadas” (*ibid.*, p.256-257).

O *Opinião* se constituiu num importante espaço para a “imprensa alternativa” de oposição ao regime militar discutir a situação e o contexto político do país. Sendo financiado por uma fração da elite empresarial paulista e mantido por intelectuais e jornalistas de prestígio, o jornal obteve bons números em tiragem enfrentando a censura<sup>41</sup>, aumentou a visibilidade do CEBRAP e chamou a atenção de políticos do MDB à época. Segundo Fernando Henrique Cardoso:

(...) eu comecei a participar da crítica, foi nesses jornais, Opinião, não sei o quê e tal... Eu participava na questão da sociedade civil, sobretudo contra a tortura, Igreja, não sei o quê, essa coisa toda. Até que o Ulysses Guimarães foi me buscar lá no Cebrap para eu ajudar, porque ele tinha lido algumas coisas que eu escrevi. Ele ou alguém, no jornal *Opinião*, e eu tinha dito isso que você está dizendo aí, que chegou o momento... Por que naquela época como estava a intelectualidade? Torcendo pela luta armada, com medo e não fazendo nada. Bom, eu nunca acreditei na tal de luta armada. “Não vai dar certo esse negócio.” E, digo: “Eu acho que tem que buscar um caminho de acabar com o regime autoritário que passe pela

<sup>41</sup> “O primeiro número vendeu mais de 30 mil exemplares e os subsequentes uma média de 29 mil, com alguns chegando 38 mil. [É] tido como um dos mais importantes jornais do período” (CANDIDO, 2021, p.254).

instituição. Então, eu acho que nós devemos ajudar o MDB". Embora eu não fosse do MDB. Naquele tempo, era nojo, o MDB era o partido do "sim", o outro era do "sim, senhor." E o pessoal não fazia nada. Eram revolucionários cada um em sua casa. Às vezes, sofriam as consequências, porque tinham amigos, eram presos, não sei o quê, torciam, mas não tinha como, porque era muito difícil você entrar na luta armada, pelo menos pessoas um pouco mais maduras e tal. Então, como eu preguei isso, o Ulysses foi lá achando que o Cebrap era um grupo político, (...). Eu expliquei a ele que não era e tal e digo: "Eu não posso me comprometer, eu posso perguntar se alguém aqui quer ajudar." E vários quiseram – o Chico de Oliveira, o Weffort, o Bolívar, o Paul Singer... Então, nós começamos a preparar um programa para a campanha eleitoral de 1974 do MDB. Saiu um livrinho em vermelho, que foi a matriz dos programas dos partidos políticos em geral no Brasil. Porque ali entrou a questão da mulher, a questão do negro, do índio, do sindicato, da igualdade, não sei o quê, um programa social-democrático (CARDOSO, 2011, grifos do autor)<sup>42</sup>

Francisco de Oliveira reforça que a redação do "programa do anticandidato" não foi feita pelo CEBRAP enquanto instituição, mas pelo grupo de pesquisadores que se interessou por participar, no qual estavam: "Fernando Henrique, eu, Chico Weffort, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luís Werneck Vianna. Nem o Paul Singer entrou, [por]que ele não acreditava" (OLIVEIRA, 2009)<sup>43</sup>. A respeito dessa experiência, Luiz Werneck Vianna relata:

(...) a partir de 74, o Ulysses arma um grande lance. Eu vi o dia em que o Ulysses entrou (...) para conversar com o Fernando. Eu estava lá. Foi antes das eleições. Isto é, mobiliza a inteligência de São Paulo, que naquele momento era central no país, para a atividade política eleitoral. Isto foi decisivo. Quando se organiza o Programa do MDB para as eleições de 74, havia um livrinho vermelho que eu não tenho mais, emprestei ao David Capistrano e ele não me devolveu. Foi uma comissão que o Ulysses e o Tancredo pediram para o Fernando montar, para fazer um documento. A comissão foi: Fernando Henrique, Weffort, Francisco de Oliveira, eu, o Singer, talvez. Fizemos este livrinho e fomos chamados para uma conversa em Brasília na casa do Amaral Peixoto. O Tancredo pegou o documento e disse está ótimo. Eles não tinham lido. Eles queriam era aquele encontro entre intelectuais e a direção do MDB. Bom, esta brincadeira terminou com o Fernando Henrique [entrando para o MDB]. Foi aí que ele foi pego por cima, como dirigente de um movimento intelectual, na época, muito influente (VIANNA, 2008, 122)<sup>44</sup>

A campanha terminou por ser bem-sucedida, já que nas eleições gerais de 1974 o MDB conquistou 16 de 22 cadeiras em disputa no Senado Federal e por pouco não conquistou a maioria na Câmara dos Deputados, com 161 das 364 cadeiras<sup>45</sup>. Por essa razão, essa eleição é lembrada como um marco do avanço da oposição contra a ditadura e do processo de "distensão" do regime militar. Isso motivou, nos anos posteriores, retaliações do governo à oposição, como a Lei Falcão (Lei nº 6339/76) e o "Pacote de Abril" de 1977,

<sup>42</sup> FHC Entrevista CPDOC-FGV 2011.

<sup>43</sup> Documentário "Retrato de grupo". 40 anos do CEBRAP. 79min. Direção: Henri Gervaiseau, 2009.

<sup>44</sup> Entrevista de Luiz Werneck Vianna In: LOUREIRO; BASTOS; REGO, 2008.

<sup>45</sup> Fonte: Agência Senado. "Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura". 14/11/2014.

dispositivos que davam ao governo militar maior controle sobre o processo de “abertura política”.

A experiência desse envolvimento institucional na oposição ao regime via elaboração do programa de campanha do MDB foi decisiva nos rumos que esse circuito de intelectuais tomou nos anos seguintes, já que criou expectativas e fomentou cisões internas que redefiniram a composição desse(s) grupo(s) de acordo com as estratégias e possibilidades dos agentes. A respeito dessa experiência, que foi a primeira em termos de envolvimento formal na política partidária, Weffort detalha:

O caminho para a política foi individual, ocorreu na verdade em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Todo mundo antes era do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), eram pessoas das mais diferentes opções e opiniões e que queriam o restabelecimento da democracia no Brasil. Havia o Arena e o MDB. Um era o partido do “sim” e o outro era o do “sim, senhor”. A diferença ocorreu surpreendentemente na eleição de 1974, quando o MDB elegeu senadores na maioria dos estados brasileiros. A partir daí, as pessoas começaram a acreditar que era possível restabelecer a democracia. E foi curioso isso ter se originado em um fenômeno eleitoral. Esta também é a época do estabelecimento de um novo sindicalismo. O grande acontecimento do sindicalismo até aí tinha sido as greves de Osasco, na Grande São Paulo, e de Contagem, em Minas Gerais. Mas, em 1978, a Greve do ABC foi notável, provavelmente o primeiro grande movimento dirigido pelo Lula, que já vinha participando com outros sindicalistas de uma renovação sindical no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. São várias coisas que vão ocorrendo na sociedade e que levam a uma discussão sobre que tipo de partido deveria ser criado quando a democracia fosse restabelecida. Tinha gente que falava em um partido socialista, outros propunham a reforma do MDB, muita coisa. Alguns propuseram o Partido dos Trabalhadores (PT). As opções foram se dando assim (WEFFORT, 2010, p.5).<sup>46</sup>

Em 1976, os integrantes do núcleo de estudos sobre movimento sindical liderado por Francisco Weffort fundaram o Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), juntamente com outros intelectuais da USP e da PUC-SP. Em 1978, Fernando Henrique Cardoso se desligou do CEBRAP para se associar formalmente ao MDB e foi lançado pelo partido como candidato ao Senado Federal por São Paulo, sendo eleito como suplente de Franco Montoro.

No período entre 1974 e 1978 observa-se a recomposição do circuito desses intelectuais, ligada à disputa por recursos e à transição de Fernando Henrique Cardoso do espaço intelectual para a esfera da política partidária. Diante desse cenário, surge a indagação: o que diferencia, nesse intervalo: (a) os agentes que deixaram o CEBRAP para

---

<sup>46</sup> WEFFORT, Francisco. Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 14 de junho em São Paulo. In: TADEI, Roberto & MILANI, Aloísio (coord.). **Produção cultural no Brasil**. Projeto realizado pela Casa da Cultura Digital e da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, 2010.

criar o CEDEC (sob a liderança de Weffort), (b) os que permaneceram no CEBRAP sem se envolver em atividades partidárias, e (c) aqueles que se engajaram ativamente na política partidária do MDB?

Ao reconstruir a rede social de apoio que possibilitou o surgimento do CEBRAP, evidencia-se que a inserção de Fernando Henrique Cardoso nos circuitos das elites, tanto econômicas quanto políticas, desempenha um papel central no sucesso de sua incursão na política partidária. Isso significa que ele foi capaz de mobilizar um significativo capital de relações, primeiramente no âmbito intelectual, com a criação do CEBRAP, e posteriormente no âmbito político, ao aderir à política institucional de oposição no MDB.

Francisco Weffort não possuía um capital simbólico<sup>47</sup> equivalente ao de Fernando Henrique Cardoso que lhe permitisse uma adesão igualmente exitosa no âmbito político-partidário e institucional. Isto é, ele não possuía vínculos significativos ou projeção intelectual que lhe dessem relevância na hierarquia partidária do MDB daquele contexto.

Mas Weffort era, nesse momento, um agente em fortalecimento acumulando capitais a partir da sua posição no espaço intelectual. Em função disso, ele progressivamente fortaleceu um projeto de autonomização em relação ao grupo dos intelectuais paulistas que orbitava em torno de Fernando Henrique Cardoso, acadêmica e politicamente. Esse projeto de autonomização é a chave para a compreensão das motivações que levam à origem do CEDEC.

Foi discutido na seção anterior, os limites da leitura internalista sobre as origens do CEDEC: por um lado, se afirma que sua origem seria motivada pelo “desejo de pesquisar prioritariamente as classes populares brasileiras”, pela “tentativa de configurar uma nova experiência de pesquisa e atuação político-cultural” e pela “vontade de dialogar com certos temas e sujeitos, a exemplo do movimento sindical, que os estudos do CEBRAP não

---

<sup>47</sup> O conceito de capital simbólico é mobilizado aqui enquanto sinônimo de propriedade distintiva socialmente atribuída e reconhecida em diferentes espaços. Nas palavras de Bourdieu: “Mesmo recusando admitir que as diferenças existam apenas porque os agentes creem ou fazem crer que elas existem, devemos admitir que as diferenças objetivas, inscritas nas propriedades materiais e nos lucros diferenciais que elas trazem, se convertem em *distinções reconhecidas* nas e por meio das representações que fazem e que formam delas os agentes. Toda diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção. O capital simbólico, com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas como corpo correto, língua, roupa, mobília (cada uma delas obtendo seu valor a partir de sua posição no sistema das propriedades correspondentes, ele mesmo objetivamente referido ao sistema das posições nas distribuições) e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predis põem a *reconhecer* (no duplo sentido do termo) essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força” (BOURDIEU, 2013, p.111).

contemplavam de maneira tão sistemática” (PERRUSO, 2008; MUSSI, 2021). Uma outra leitura, ainda na chave internalista, compreende que no CEDEC se reuniram os intelectuais que “colocaram obstáculos em estabelecer vínculos sólidos com o MDB”, motivados por “uma posição que se pretendia mais radical e tinha a perspectiva de constituir um novo ator político com base nos movimentos sociais e no sindicalismo autônomo da tutela do Estado” (LAHUERTA, 1999, p.83).

Nenhuma dessas interpretações coloca em tela o princípio concreto dessas motivações e particularmente da possibilidade de realizá-las naquele momento. A criação de um centro de pesquisa privado, autônomo em relação à universidade, demanda recursos sociais e materiais.

Recapitulando brevemente, a primeira metade da década de 1970 marcou um momento pujante da trajetória e da carreira de Francisco Weffort, devido à acumulação de capitais de diferentes naturezas: social, intelectual, institucional. Isso decorreu do fato de estar posicionado estrategicamente nos dois polos (didático e pesquisa) que cindiram a atividade dos cientistas sociais nesse período: Weffort liderava e coordenava simultaneamente a reorganização institucional da ciência política na USP e um núcleo de pesquisas dentro do CEBRAP. Nesse período também teve a oportunidade, ainda que breve, de envolvimento na política partidária-institucional, integrando a comissão que elaborou o programa de campanha do MDB em 1974 – em função da relação com Fernando Henrique Cardoso e da participação no CEBRAP.

A respeito deste último ponto, a “desconfiança com relação à política institucional”, a tomada de posição “que se pretendia mais radical” e a “perspectiva de constituir um novo ator político com base nos movimentos sociais” (LAHUERTA, 1999, p.83) precisam ser interpretadas à luz das motivações de um agente que teve a oportunidade de se envolver, mas se viu despossuído dos capitais necessários para um engajamento que lhe desse projeção no interior da hierarquia partidária do MDB naquele momento – ao contrário de Fernando Henrique Cardoso.

De maneira inversa, no espaço intelectual, Weffort influía na agenda institucional da ciência política na USP e consolidava sua carreira com a titulação de livre-docente. Além disso, constituía um núcleo com jovens pesquisadores afins aos seus temas de pesquisa e acumulava capital social participando do *Opinião*, junto de prestígio e visibilidade pelas pesquisas conduzidas no CEBRAP.

Ao retomar os escritos de Weffort desse período (entre 1970 e 1976), é pertinente notar como sua produção intelectual também está a serviço das estratégias de ascensão correspondentes à dinâmica dos seus deslocamentos objetivos de posição. Portanto, é necessário situar sua produção nesse âmbito.

Weffort escreveu “*Notas sobre a 'teoria da dependência': teoria de classe ou ideologia nacional*” originalmente em 1970. Este trabalho apresenta uma postura crítica em relação à interpretação de Cardoso e Faletto sobre a dicotomia dependência/desenvolvimento presente no livro “*Dependencia y desarrollo en América Latina*” (1969). Nele, elabora uma crítica “à esquerda” da teoria da dependência<sup>48</sup>, reivindicando a centralidade das relações de classe, em detrimento das relações nacionais (“centro/periferia”). Para Weffort, sob da lógica da dicotomia centro/periferia, o conceito de dependência apenas substituiria o de “subdesenvolvimento” e não representaria uma ruptura com a lógica das soluções propostas pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo, pois ignorava a dimensão classista condicionante da subordinação da periferia ao centro.

Em dadas condições sociais e políticas internas (que só podem ser resolvidas por uma análise de classe), os grupos que detêm a hegemonia, ou seja, que dão conteúdo à ideia de Nação, podem usar a autonomia política para a integração econômica. Noutras palavras, não creio que estejamos autorizados, por uma referência à Nação, a precisar a dependência como conceito totalizante que nos daria o princípio do entendimento da sociedade como conjunto (WEFFORT, 1970, p.10)

É ao nível geral, supranacional, ao nível das relações de produção, que a questão das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina deve ser colocada, do mesmo modo que é a esse nível que seria possível tentar encontrar algum lugar teórico definido para uma “teoria de dependência”. Ou seja, é a este nível que a “teoria de dependência” pode aparecer como teoria explicativa e onde também se pode obter alguma sugestão para entender sua incapacidade para ir além da premissas nacionais. Por mais que se fale em dependência interna é inevitável voltar à questão de dependência externa. Em outras palavras, a “teoria de dependência” parece girar em torno de algum tipo de teoria do imperialismo; a questão é de saber de que tipo de teoria (*ibid.*, p.15).

Em 1971, Weffort publicou “*Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco (1968)*”. Neste texto, o diagnóstico aponta para o surgimento de um “processo de ruptura interna do sindicalismo populista” no Brasil. Dessa forma, o foco recai na definição de alguns contornos de um ator político em formação, emergindo a partir da “ruptura do sindicalismo populista”. O trabalho procura situar um movimento que projeta novas lideranças políticas não vinculadas a nenhuma elite consolidada e “corporativa”, mas em

---

<sup>48</sup> Segundo Luiz Werneck Vianna, “no debate da época, a esquerda era o Weffort. O Fernando [Henrique Cardoso] percebeu que eu podia fazer o contraponto com a esquerda do CEBRAP. E eu fazia o tempo todo” Entrevista de Luiz Werneck Vianna In: LOUREIRO; BASTOS; REGO, 2008. p.122

pleno processo de formação e definição autônoma, sendo, sob certo ponto de vista, mais receptivas a novos processos de organização e atuação.

O objetivo principal deste trabalho consiste na crítica ao “centralismo corporativo” representado tanto pelo estatismo/nacionalismo Vargas quanto pelo sindicalismo populista do PCB. A defesa do “basismo autônomo” serve como fundamento para uma posição “à esquerda”, caracterizada pela crítica ao “centralismo corporativo” dos representantes do período nacional-desenvolvimentista.

Há, neste debate, uma homologia entre as teses defendidas por Weffort a respeito da organização operária e sua própria trajetória. O diagnóstico é de “esgotamento do sindicalismo populista”, de “uma mudança nas bases do sistema [oficial de regulação dos conflitos trabalhistas]” e da formação de “embriões de organização autônoma pela classe operária” (WEFFORT, 1971).

Os casos de 1968 são relevantes, não obstante sua extensão limitada, por colocarem uma séria dúvida sobre as soluções encontradas naquela época e por sugerirem esboços de formas alternativas de orientação e organização. (...) Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de independência em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista. Segundo me parece, é precisamente esta posição de independência que oferece seu interesse para um exame das possibilidades atuais do sindicalismo no país (WEFFORT, 1971, p.11, grifos do texto original).

A discussão sobre autonomia também será o enquadramento principal do texto “*Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)*”, originalmente uma comunicação oral, publicada em artigo nos periódicos do CEBRAP em 1973. Esse trabalho é um excerto retirado da tese de livre-docência defendida por Weffort um ano antes e tem como foco principal os diagnósticos da ação e dos erros do PCB “na conjuntura política e sindical que antecedeu o golpe de 1964” (KAYSEL; MUSSI, 2020, p.17).

Nas palavras do próprio Weffort, “este trabalho examina a primeira tentativa e o primeiro fracasso dos anos 45-46, conjuntura exemplar do que viria a ser depois a história do ascenso e da crise do movimento sindical no país” (WEFFORT, 1973, p.68). Weffort afirma que o Partido Comunista naquele período agiu “como um partido da ordem” que apoiaria “qualquer governo desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinalam o fim da guerra” (*ibid.*, p.80). Uma vez mais a fundamentação crítica é embasada no princípio da autonomia em oposição ao centralismo expresso pelo “compromisso estabelecido entre os comunistas e o governo Vargas em 1945” (*ibid.*, p.100).

Esse texto foi o ponto de partida do debate entre Maria Hermínia Tavares de Almeida, Carlos Estevam Martins e Francisco Weffort, mencionado na seção anterior.

O argumento de Weffort – ponto nodal de toda a controvérsia posterior – [tratava] da *transição* [do] sindicalismo de dispositivo legal para instituição, realizada graças ao “empenho da esquerda, em especial do PCB, em sua luta por conquistar alguma eficácia como instrumento de mobilização e de controle da classe operária” (KAYSEL; MUSSI, 2017, p.9)

O contraponto de Martins e Almeida a esses argumentos de Weffort circulou em formato mimeografado (e não publicado) no texto “*Modus in Rebus: partidos e classe na queda do Estado Novo*” de 1974. O texto se divide em seções que organizam o argumento dos autores em torno dos seguintes temas: relação conjuntura/estrutura; o caráter particular da classe operária brasileira; os diferentes atores políticos envolvidos na deposição de Vargas; a distinção entre alianças de classe e subordinação política; e as relações partido/classe (KAYSEL; MUSSI, 2017, p.9). Mas o fio condutor que amarra esses temas dentro do argumento é essencialmente uma relativização da posição do PCB e uma abordagem “compreensiva” de certas estratégias pragmáticas do partido na conjuntura, assumindo seus erros estratégicos, mas dispensando uma visão normativa de “traição da classe operária”.

Como tréplica à Martins e Almeida, Weffort escreveu dois longos textos mimeografados e também não publicados, “*Dejemonos de farsas inúteis! História crítica ou história ideológica?*” de 1974 e “*Partidos, Sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964*” de 1975. Nesses textos Weffort “adotou uma estratégia retórica agressiva de desqualificação dos argumentos e da interpretação de seus adversários” (KAYSEL; MUSSI, 2017, p.16).

A partir desta breve reconstituição da produção bibliográfica de Weffort nesse período, torna-se mais nítida a homologia entre os temas de pesquisa e seus deslocamentos de trajetória. A obra de Weffort está atravessada pelo debate a respeito das representações sobre a classe trabalhadora: enquanto “passiva” ou enquanto “sujeito capaz de auto-organização” (GOMES, 1996; CHALOUB; TEIXEIRA, 2009). E, até esta fase, o que se observa é sua própria conquista de “autonomia” no interior de um circuito no qual ele havia se integrado por ocasião de sua migração para São Paulo. Vejamos.

A fase inicial da carreira de Weffort (1961-1969) é caracterizada pela análise do populismo como um meio de incorporação e representação corporativa das demandas

políticas das classes trabalhadoras e dos setores populares. Em outras palavras, esse período aborda a questão das “travas” políticas à organização autônoma dos trabalhadores<sup>49</sup>.

Uma fase de transição da carreira começa no início da década de 1970, quando, a partir dos capitais gradualmente acumulados (a liderança da área de política na universidade, a influência no CEBRAP e o núcleo de jovens pesquisadores), a intenção de autonomização profissional e intelectual do próprio Weffort em relação à rede de alianças com Fernando Henrique Cardoso vai ser expresso em três movimentos nas obras acima mencionadas:

- I) Na indicação dos “limites ideológicos” da teoria da dependência presente em “*Notas sobre a ‘teoria da dependência’*” (1970) e na progressiva intenção de diferenciação intelectual em relação à Cardoso;
- II) No diagnóstico do surgimento de uma “nova” forma de organização dos trabalhadores e da sociedade civil, isto é, da formação de núcleos políticos *autônomos* externos aos vícios da estrutura corporativa do arranjo populista, como discutido em “*Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco (1968)*” (1971);
- III) Chegando ao debate mais geral sobre as formas legítimas de engajamento e de representação dos trabalhadores no campo político, na crítica ao PCB e à “ideologia de Estado”, presente em “*Origens do sindicalismo populista no Brasil*” (1973).

Isto é, o período em que se consolida a ênfase intelectual nos movimentos inspirados por projetos de autonomização coincide com o momento preciso que Weffort vivia na sua trajetória naquele momento. A representação da emancipação do sindicalismo em relação ao corporativismo é homóloga à progressiva emancipação de Weffort em relação à Cardoso.

A crítica de Weffort ao “corporativismo” das lideranças sindicais pré-1964, contrastado com a “autonomia” das lideranças do emergente “novo-sindicalismo” do ABC no final da década de 1970, pode ser entendida sob a perspectiva de alguém que vê nos “novos atores em cena” o espaço de oportunidades oferecido por um agente coletivo *em formação*. Esses núcleos autônomos em formação são menos rigidamente estruturados em torno de elites consolidadas ou tradicionais, o que implica critérios mais flexíveis na conformação de suas alianças com agentes externos ao núcleo do movimento, como os intelectuais que “não dispunham de outro capital político que o obtido por meio da

---

<sup>49</sup> Weffort fará espécie de balanço-síntese dessa fase posteriormente, com a publicação do livro “*O Populismo na Política Brasileira*” em 1978, já no contexto de existência do CEDEC. Voltará a ser discutido.

militância” (GARCIA JÚNIOR, 2004, p. 296). Por outro lado, a multiplicação da presença e das atividades tanto dos intelectuais quanto das lideranças dos novos movimentos em diferentes espaços sociais aumenta sua capacidade de impacto e o alcance de sua influência, de forma a fortalecerem-se mutuamente.

À luz dessa perspectiva faz sentido que “o reconhecimento e a leitura ‘afiada’ sobre o fenômeno de surgimento deste novo ator político” tenham levado Weffort “a um engajamento maior nas pesquisas a respeito das classes populares e dos movimentos sociais” (TAUIL, 2018, p.75).

Pela abordagem adotada neste trabalho, para além de crença democrática, esse movimento transparece uma lógica de diferenciação, que só é possível a certa altura da trajetória, por conta do acúmulo de capitais. Esse projeto de diferenciação e autonomização ganhou institucionalidade com a fundação do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC) em 1976.

\*\*\*

A fundação do CEDEC em 1976 também deve considerar a disputa por recursos, tanto materiais (doações filantrópicas internacionais e financiamento nacional estatal), quanto simbólicos (objetos, temas, abordagens de pesquisa), motivada pela dinâmica da busca por autonomização intelectual de Francisco Weffort. Segundo José Álvaro Moisés:

Nós entendemos na época que era mais prático, ao invés de ficar disputando financiamento dentro de um contexto onde (*sic*) os recursos eram limitados, fazer uma outra instituição, basicamente voltada para o estudo da questão da democracia e da questão da participação, como decorrência, os movimentos sociais, o movimento sindical (MOISÉS *apud*. PERRUSO, 2008, p.89).

Esse relato sugere, por um lado, a segmentação do grupo no interior do CEBRAP como uma estratégia junto à Fundação Ford, e por outro, uma convergência entre a agenda “nova” do CEDEC e as prioridades de financiamento da Fundação Ford.

Os intelectuais mais proeminentes do CEDEC, como Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, se aproximaram do movimento sindical (e de outros movimentos, como os por terra e moradia) procurando compreender sua organização interna, o perfil de suas lideranças emergentes e suas reivindicações, para assim estreitar relações com um segmento de seus representantes e lideranças mais destacadas.

Os alunos que faziam parte do núcleo de estudos sobre movimento operário e organização sindical coordenado por Weffort no CEBRAP foram todos integrados ao

CEDEC: José Álvaro Moisés, Regis de Castro Andrade, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Victória Benevides e Luiz Werneck Vianna.

A eles também se somaram Marilena Chauí, Paulo Sérgio Pinheiro, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcio Kowarick e Vinicius Caldeira Brandt. Todos eles faziam parte da rede de integração constituída na migração de Weffort para São Paulo: Marilena Chauí participou das atividades do “Seminário 2”, Paulo Sérgio Pinheiro, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcio Kowarick e Vinicius Caldeira Brandt eram todos participantes das atividades do CEBRAP.

**Quadro 3 – CEDEC: fundadores**

<b>Identificação</b>	<b>Área/ Instituição de formação</b>	<b>Área/Instituição de docência</b>	<b>Doutoramento</b>
<b>Francisco Weffort</b> , Quatá, SP, 1937	Doutorado em Ciência Política. USP (1964-1968);	FFLCH-USP (1964-1968 e 1984-1995); Universidade de Essex, Inglaterra. (1968-1969); University of Notre Dame, Indiana, Estados Unidos. (1990-1991); IFCS/UFRJ (2004-2006); IBMEC (2013);	Doutorado em Ciência Política, USP, 1968. (Título: Populismo e classes populares; Orient.: Paula Beiguelman)
<b>José Álvaro Moisés</b> , Campinas, SP, 1945	Graduação em Ciências Sociais. USP (1966-1970); Especialização em Ciência Política. University of Oxford, OX, Inglaterra. (1972-1973); Mestrado em Política e Governo. University of Essex, Inglaterra. (1971-1972) BOLSA: F. FORD.	FFLCH-USP (1974-atual); PUC/SP (1977); FLACSO, Costa Rica (2006-2010); IEA/USP (2012-atual);	Doutorado em Ciência Política, USP, 1978. (Título: Classes Populares e Protesto Urbano; Orient.: Francisco Weffort) BOLSA: FAPESP.
<b>Marilena Chauí</b> , São Paulo, SP, 1941	Graduação em Filosofia, USP (1960-1965); Mestrado em Filosofia, USP (1966-1967)	FFLCH-USP (1986-atual);	Doutorado em Filosofia, USP, 1971. (Título: Introdução à leitura de Espinosa; Orient.: Gilda Rocha de Mello e Souza)
<b>Luiz Eduardo Wanderley</b> PUC-SP (1973- )	Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. FD-USP (1955-1959); Mestrado em Ciências Sociais, USP (1970-1972);	FEUSP (1990-1995); PUC/SP (1973-atual); Consultor do Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, França. (2012-atual);	Doutorado em Ciências Sociais, USP, 1982. (Título: Educar para transformar: educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base (meb) - 1961-1965; Orient.: José de Souza Martins)

<p><b>José Augusto Guilhon Albuquerque,</b> Belém, PA, 1940.</p>	<p>Graduação em Filosofia, Universidade do Brasil (1959-1962); Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica (1963-1969);</p>	<p>FFLCH-USP (1985-atual); Unicamp (2011-2015); The Royal Institute of Foreign Affairs, Chatham House, Grã-Bretanha. (2001-2002); Universidad Central de Venezuela, Venezuela. (2000); Georgetown University, GU, Estados Unidos. (1992-1993); Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica (1983);</p>	<p>Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento, Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica, 1972. (Título: Expérience du développement et intégration aux valeurs de la civilisation industrielle. Recherche sur les attitudes des étudiants latino-américains; Orient.: Maurice Chaumont)</p>
<p><b>Braz José de Araújo,</b> Paranaíba, MG, 1941-2004</p>	<p>Graduação em Direito, UFMG (1960-1964); Especialização em Ciência Política, USP (1965-1966); Mestrado em Ciência Política, Cycle Supérieur D'études Et de Recherches Politiques, França (1966-1970);</p>	<p>FFLCH-USP (1970 – Atual); FGV-RJ (1973); Universidade de Berkeley e San Diego State University, Estados Unidos (1991); Academia de Polícia do Estado de São Paulo, PM-SP (1996-1999); Georgetown University e University Of Miami, Estados Unidos (1997); Fatih University, Turquia (1990-1999) University of Victoria, Canadá (1999); Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, ADESGUI (2000);</p>	<p>Doutorado em Sociologia, USP, 1970. (Título: La politique extérieure de Janio Quadros au Bresil. Orient.: Nicos Poulantzas)</p>
<p><b>Carlos Guilherme Mota,</b> São Paulo, SP, 1941</p>	<p>Graduação em História, USP (1960-1963); Especialização em História da Educação, USP (1964); Especialização em História Moderna e Contemporânea, Université de Toulouse II - Le Mirail, UTM, França (1967-1968);</p>	<p>Universidade Presbiteriana Mackenzie (1998-atual); FFLCH-USP (1978-atual); Universidad de Vigo, UVIGO, Espanha (2005-atual) Universidad de Salamanca, US,</p>	<p>Doutorado em História Moderna e Contemporânea, USP, 1970. (Título: Nordeste, 1817. Orient.: Eduardo França)</p>

	Especialização em Literatura Brasileira, USP (1974); Mestrado em História Moderna e Contemporânea, USP (1967);	Espanha. (2015-atual); FGV/RJ (1988-2002); Latin American Program, LAP, Estados Unidos. (1987-1989); Latin American Studies Association, LASA, Brasil. (1969-1970); O Estado de São Paulo, OESP (1979-2005); Universidad San Marcos, USM, Peru. (1978); University of London, UL, Inglaterra. (1977) Unicamp (1970-1974); University Of Texas, U.T., Estados Unidos. (1976)	
<b>Regis Stephan de Castro Andrade,</b> 1939-2002	Graduação em Ciências Sociais, USP (1957-1961); Especialização em Ciência Política, USP (1964-1965); Mestrado em Ciência Política, USP (1965-1967);	FFLCH-USP (1993-2001);	Doutorado, USP, 1982. (Título: Ordem e revolução na formação do Estado brasileiro. Orient.: Francisco Weffort)
<b>Lúcio Kowarick,</b> São Paulo, SP, 1938.	Graduação em Ciências Políticas e Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, (1958-1961); Mestrado em Ciências Sociais, Diplôme D'études Approfondies En Sciences Sociales, DEA, França. (1963-1967);	PUC/SP (1978); FFLCH-USP (1970-atual); FGV-SP (1969); University of Sussex, Inglaterra. (1995-1996);	Doutorado em Sociologia, USP, 1973. (Título: Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno na América Latina. Orient: Leôncio Martins Rodrigues)
<b>Maria Hermínia Tavares de Almeida,</b> São José do Rio Preto, SP, 1942.	Graduação em Ciências Sociais, USP (1966-1969); Especialização em Sociologia, FLACSO (1970-1972);	FFLCH-USP (1989-atual); IDESP (1987-atual); Instituto Universitário Ortega y Gasset, Espanha. (1999-2002) University Of London (1992); Stanford University, Estados Unidos (1996);	Doutorado em Ciências Sociais, USP, 1979. (Título: Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945). Orient.: Francisco Weffort)

		Unicamp (1974-1987); Woodrow Wilson Center for Scholars, Estados Unidos. (2007-atual);	
<b>Maria Victória Benevides,</b> Niterói, RJ, 1943.	Graduação em Sociologia e Política, PUC/RJ (1962-1963); Graduação em Ciências Sociais, USP (1969-1971); Mestrado em Sociologia, USP (1972-1975);	FD-USP (2007-atual); FE-USP (1985-atual);	Doutorado em Sociologia, USP, 1980. (Título: A UDN e o udenismo / ambiguidades do liberalismo brasileiro, Orient.: Francisco Weffort)
<b>Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro,</b> Rio de Janeiro, RJ, 1944.	Graduação em Direito, PUC/RJ (1964-1966); Graduação em License en Sociologie, Université de Vincennes, Paris, França. (1968-1971);	King's College Brazil Institute Senior Advisory Board, Inglaterra (2014-atual); Saint Antony's College, ASC, Grã-Bretanha. (1999); THE HELEN KELLOGG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES, KI, Estados Unidos. (1995); FFLCH-USP (1981-atual); Brown University, Estados Unidos (1997-atual); Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França. (1996-2003); Unicamp (1971-1985); University of Notre dame, Estados Unidos. (1995);	Doutorado em Troisième Cycle, Doctoral ès études politiques. Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, França, 1971. (Título: La fin de la Première République au Bresil: crise politique et revolution 1920-1930. Orient.: Serge Hurtig) BOLSA: CAPES.
<b>Amélia Cohn,</b> São Paulo, SP, 1946.	Graduação em Ciências Sociais, USP (1964-1967); Mestrado em Sociologia, USP (1969-1972);	UFRJ (2007-2008); FFLCH-USP (1971-2009); Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México (1988-atual); Universidade Católica de Santos (2001-2013); Unicamp (1992-1994);	Doutorado em Sociologia, USP, 1980. (Título: Previdência Social e Populismo. Orient.: Luiz Pereira)

<b>Luiz Werneck Vianna</b> , Rio de Janeiro, RJ, 1938.	Graduação em Direito, UERJ (1958-1962); Graduação em Ciências Sociais, UFRJ (1964-1967); Mestrado em Ciência Política, IUPERJ (1969-1970);	PUC/RJ (2011-atual); UERJ (2010); UFJF (1998); UFRRJ (1984-1999); IUPERJ (1980-2010); Unicamp (1980-1983); UFF (1979); UFMG (1978);	Doutorado em Sociologia, USP, 1976. (Título: Liberalismo e sindicato no Brasil. Orient.: Francisco Weffort)
<b>Vinicius Caldeira Brant</b> , Belo Horizonte, MG, 1941.	Graduação em Ciências Econômicas UFM/UFMG; Graduações em sociologia, política e administração pública (concluídas em 1964) pós-graduação na École Pratique de Hautes Études, França (1964-1967)	UFMG (1992-1999);	

Fonte: elaboração do autor em conjunto com Lidiane Soares Rodrigues, com base em dados dos CV Lattes, do DHBB/FGV-CPDOC e do projeto Bionotas SBS. Nomes selecionados com base nos relatórios de atividade do CEDEC.

De acordo com o relatório de atividades de 1977, na sua fundação o CEDEC tinha como presidente Francisco Weffort e como secretário geral José Álvaro Moisés. O conselho diretor era composto por: Almino Affonso, Braz José de Araújo, Carlos Guilherme Mota, Fábio Antônio Munhoz, José Roberto Felicíssimo, Luis Eduardo Wanderley, Lúcio Kovarick, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Maria Victória Benevides, Marilena Chauí, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Paulo Martoni Branco, Sérgio de Souza Lima, Vicente Carlos Y Plá Trevas.

Já o conselho consultivo, seria composto por: Antônio Candido de Mello e Souza, Aziz Simão, Candido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Juarez Brandão Lopes, Paulo Freire, Ruy Galvão de Andrada Coelho (ARAÚJO, 2012, p.85-86).

Daniela Mussi afirma que o CEDEC surgiu em um “contexto de reorganização da intelectualidade democrática brasileira” com o objetivo principal de “organizar uma forma particular de intervenção cultural e política no contexto da transição brasileira para a democracia” (MUSSI, 2022, p.3). As atividades do Centro envolveram, nesse período, projetos de pesquisa individuais, programas de pesquisa mais abrangentes, assessorias e formações (para lideranças de movimentos, tomadores de decisão, funcionalismo público

local), eventos públicos diversos (palestras, seminários, debates, colóquios) e um conjunto de publicações (encomendadas e autorais) (*ibid.* p.4).

O aporte inicial de recursos para algumas atividades e projetos de pesquisa proveio de doações de instituições filantrópicas estrangeiras, como a *World Council of Churches* da Suíça, com a qual Paulo Freire foi um intermediário central das negociações<sup>50</sup>, e a *Development at Paix* do Canadá, para a qual as recomendações positivas do CEDEC partiram de Candido Procópio Ferreira de Camargo, do CEBRAP<sup>51</sup>. O principal financiador das atividades do CEDEC no período de consolidação institucional foi a Fundação Ford.

A respeito dos vínculos entre Weffort e a Fundação Ford, é importante lembrar que além da experiência prévia e do prestígio acumulado no CEBRAP, que também teve a Fundação como uma das suas principais fontes de recursos iniciais, Francisco Weffort foi o primeiro presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), criada em 1977, um ano depois do CEDEC.

A ANPOCS foi inicialmente viabilizada por meio de recursos humanos e financeiros provenientes do convênio entre a Fundação Ford e o IUPERJ. Depois de já estruturada, foi estabelecido o auxílio por meio de um convênio entre a ANPOCS e a Fundação Ford que se estendeu de 1978 a 1989 (AMORIM, 2021, p.87)<sup>52</sup>.

As primeiras diretorias da Associação foram constituídas com ex-bolsistas da Fundação, que tinham por meta promover as virtudes da prática do trabalho em equipe e as técnicas requeridas para um projeto de pesquisa, relativas à literatura sobre um tema de pesquisa, hipóteses orientadoras, objetivos explicitados, natureza dos dados a serem coletados etc. Para alcançar esta meta, capaz de suprir a área com acadêmicos capazes de trabalhar com independência e assegurar um treinamento pós-graduado de qualidade, a ANPOCS contou com um Comitê Assessor em Ciências Sociais criado pela Fundação Ford. Tal Comitê era encarregado de julgar os projetos de auxílio à pesquisa que seriam financiados pela Fundação nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Antropologia. O concurso FORD/ANPOCS foi pensado e dirigido pelo substituto de Peter Bell no programa da Ford, o brasileiro Shepard Forman (CANEDO, 2017, p.16).

Amorim destaca que durante o processo de criação da instituição, predominantemente liderado por representantes do IUPERJ e do Departamento de Ciência

<sup>50</sup> Fonte: AEL/IFCH-Unicamp, acervo “Memória CEDEC” cx. 10.001. Carta de Paulo Freire ao *World Council of Churches* de 28/01/1977. Neste documento Freire faz recomendações pessoais positivas a respeito da competência profissional de Weffort e do grupo de pesquisadores do recém-fundado CEDEC, além do alto nível científico das pesquisas por eles produzidas. Essas recomendações acompanhavam o total apoio de Freire à aprovação do financiamento do projeto “*O desenvolvimento de Recife, Brasil, 1977*”, o primeiro projeto de pesquisa conduzido no CEDEC.

<sup>51</sup> Fonte: AEL/IFCH-Unicamp, acervo “Memória CEDEC” cx. 10.001

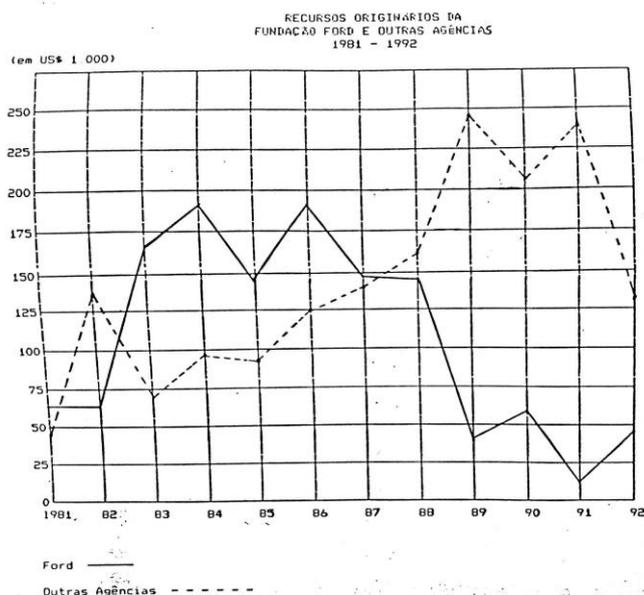
<sup>52</sup> Para uma perspectiva detalhada sobre as negociações que envolvem a origem e a organização inicial da ANPOCS Cf. AMORIM, 2021, p.105-111.

Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG), havia uma “percepção de que a USP poderia atrapalhar”, juntamente com o “entendimento de que não seria possível criar uma associação nacional desse porte sem a participação dos programas de São Paulo” (AMORIM, 2021, p.107). A partir desse impasse, o pesquisador afirma que “a fórmula de conciliação encontrada foi abordar a USP apenas no final do processo e oferecer a presidência da Associação” (*ibid.*). Foi nesse contexto que Francisco Weffort foi escolhido como presidente da ANPOCS nos biênios 1977-1978 e 1979-1980, o cargo acadêmico de maior prestígio nesse intervalo de sua trajetória.

Em 1977, então, com a ideia de “difundir um certo padrão de trabalho científico” (...), a Anpocs foi fundada e seria responsável, na opinião de boa parte dos cientistas sociais dessa geração, por aprofundar o processo de institucionalização das ciências sociais e por criar, de fato, uma rede nacional de pesquisadores (*ibid.*).

Esse é o período que marca o estreitamento de vínculos de Weffort com representantes da Fundação Ford e a consolidação do projeto institucional do CEDEC via recursos filantrópicos doados pela instituição – algo sugerido pelo significativo número de correspondências<sup>53</sup> trocadas entre Weffort e David Trubek, James Gardner, Thomas Skidmore, Shepard Forman, representantes do escritório da Fundação Ford no Brasil em diferentes períodos entre 1978 e 1980. Todas as correspondências tratam da negociação dos recursos e do financiamento para as atividades do CEDEC.

Gráfico 1 – Recursos do CEDEC originários da Fundação Ford e de outras agências (1981-1992)



Fonte: “An Evaluation of the Center for Studies of Contemporary Cultures for the Ford Foundation” (1992) - AEL/IFCH-Unicamp, acervo “Memória CEDEC”.

<sup>53</sup> Essas correspondências se encontram no acervo “Memória CEDEC” do AEL/IFCH-Unicamp.

A estratégia de apoio filantrópico da Fundação aos centros privados de pesquisa “se restringia aos primeiros anos da fase de consolidação institucional” (KEINERT, 2011, p.5). Em função disso, como o gráfico acima demonstra, a partir de 1987, na medida em que diferentes pesquisadores do CEDEC foram sendo integrados a órgãos públicos de regulação e financiamento da pesquisa científica, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o CEDEC viu os recursos advindos da Fundação Ford diminuir significativamente. Nesse período o Centro também passou por um processo de reorganização interna e por um período de “afastamento do ativismo orgânico aos movimentos sociais” (MUSSI, 2022, p.3).

O período de fundação e estabelecimento do CEDEC e da ANPOCS, ambas sob a presidência de Weffort, marca também o auge da projeção política do “novo-sindicalismo” e de suas lideranças, com as grandes greves de 1978, 1979 e 1980. Weffort estabeleceu vínculos com essas lideranças justamente por intermédio dos trabalhos de pesquisa sobre o movimento sindical conduzidos no CEBRAP e depois CEDEC.

Esses trabalhos eram motivados pelo exame das mudanças lentas, mas substantivas, que ocorriam no processo de organização política dos trabalhadores após as greves de Contagem e Osasco em 1968, movimentos que estavam na agenda de estudos de Weffort desde a sua tese de livre-docência.

Essas greves foram os primeiros grandes movimentos de resistência dos operários à política econômica do governo militar, organizados principalmente contra o arrocho salarial. Ainda que rapidamente reprimidos, esses dois episódios representaram uma mudança significativa em relação às formas de organização do movimento operário no Brasil e são comumente vinculados como marco da retomada da atividade do movimento sindical após o início do regime militar. Essa retomada está na raiz do processo que culminou posteriormente nas greves de 1978, 1979 e 1980, no “novo-sindicalismo” do ABC paulista e na criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1978, Weffort publicou “*O populismo na política brasileira*”, um compilado de textos escritos desde 1963, espécie de balanço-síntese de sua produção intelectual até então. Desse modo, demarcava a transição em direção ao tema do “novo-sindicalismo” e da “autonomia” na organização dos movimentos populares emergentes. Daniela Mussi afirma que essa obra constituiu “espécie de manifesto de orientação conceitual e política” dos membros do CEDEC (MUSSI, 2022, p.2). O livro levou o mesmo título do artigo publicado

por Weffort na revista francesa *Les Temps Modernes* em 1967, no número que foi coordenado por Celso Furtado<sup>54</sup>. O trecho da “nota do autor” no prefácio assinala o projeto de autonomização intelectual que interessa à presente análise:

Quem se deu ao trabalho de ler minha tese de doutoramento, apresentada à Universidade de São Paulo em 1968, talvez venha a perceber que a publicação atual elimina, dentro do que me foi possível, a adesão à chamada “teoria da dependência”, que me parecia, no momento em que foram escritos estes capítulos, um enquadramento necessário para a interpretação do populismo. Vendo agora esses textos com uma distância maior, parece-me, pelo contrário, que as supressões feitas em nada alteram o andamento dos argumentos aí apresentados. É que a minha compreensão da “teoria da dependência” era, em 1968, apenas retórica e ideológica, ou seria aquela “teoria” apenas uma forma de retórica e de ideologia? Passados já tantos anos dos debates sobre a “dependência”, não creio que a resposta a uma pergunta como esta tenha hoje maior interesse. Se deixo assinalada aqui, é apenas para justificar as supressões feitas na Segunda Parte e para explicar a inclusão como capítulo final, quase em forma de apêndice, de minha crítica ao “dependentismo”, escrita em 1970 para um debate com Fernando Henrique Cardoso na Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales (Flasco), de Santiago, Chile. (WEFFORT, 1978, p. 9-10, grifos do autor)

O ano de 1978 é o marco de um relativo estreitamento de vínculos entre intelectuais do CEBRAP e do CEDEC com as lideranças sindicais que viriam a constituir os primeiros quadros dirigentes do PT. A respeito dessa relação, a entrevista de José Álvaro Moisés concedida a Marco Antonio Perruso em 2006 traz alguns detalhes:

Foi nesse contexto, como pesquisador, que eu conheci o Lula, entrei em contato com o grupo da liderança sindical e que depois me levou a, na origem do PT, a estar nesse grupo, eu sou fundador do PT, né? Desde o primeiro momento, digamos. E aí é uma coisa interessante. Aí já tinha um grupo intelectual mais reduzido, mas que era um pouco diferente daquele grupo mais amplo, anterior, que também teve um papel importante no processo de discussão e da redação do manifesto e do programa e tal. Esse grupo se reunia na casa do Vinícius Caldeira Brant aqui em São Paulo. Era o Vinícius, o Weffort, eu, Chico de Oliveira e Paul Singer, nós cinco. Do lado dos líderes sindicais era o Lula, Olívio Dutra, o Jacob Bittar, de Campinas e um líder sindical de Belo Horizonte [...], esses dois grupos foram os que propuseram, de certa maneira, a coisa de fundação do partido. (MOISÉS, 2006 *apud*. ARAÚJO, 2012, p.92, grifos do autor)

Essa aproximação remonta à campanha de Fernando Henrique Cardoso para o Senado em 1978. Como afirma Margaret Keck, para as eleições daquele ano, ao apresentar seus candidatos, “o MDB não procurou necessariamente membros do partido, mas sim quem tivesse grande popularidade, um bom potencial para conquistar votos: estudantes, sindicalistas, jornalistas e outros líderes populares” (KECK, 1991, p.84).

<sup>54</sup> “Na versão deste artigo da coletânea *Populismo na política brasileira*, publicada em 1978, o termo “dependente” desaparece, o que fortalece as hipóteses de que Weffort, por um lado, teria feito um uso consciente do termo para vinculação com a abordagem discutida na primeira versão; e, por outro, um esforço consciente em se desvincular da mesma em momento posterior” (KAYSEL; MUSSI, 2017, p.8-9).

Ao adotar essa estratégia e se aproximar de indivíduos dotados de laços com grupos mobilizados, o MDB buscou uma “vinculação mais estreita do que a existente até então entre o partido e os movimentos sociais” (*ibid.*). Seguindo a estratégia mais geral do partido no contexto, a campanha de Cardoso para o Senado em 1978 buscou aproximar e vincular sua imagem aos setores da oposição até então pouco atraídos pelo MDB: artistas, cantores, líderes políticos vítimas de expurgo dos militares, estudantes, intelectuais, bem como os sindicatos.

Uma das formas de estabelecer essa aproximação foi trazendo líderes sindicais para as discussões da estratégia da campanha e nesse sentido Weffort exerceu um papel fundamental como mediador da relação entre Lula e os representantes sindicais com Fernando Henrique Cardoso e os representantes do MDB.

Segundo Keck, à época Lula qualificou Fernando Henrique Cardoso publicamente como uma “reserva moral” da sociedade, e o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo foi para as portas das fábricas fazer campanha para ele (*ibid.* p.84). A aproximação de Cardoso com Lula se deu justamente por intermédio de Weffort e Moisés, que conduziam estudos sobre as lideranças sindicais emergentes do período, além de Francisco de Oliveira, membro do CEBRAP que também teve importante papel na fundação do PT.

Um tempo mais tarde, Weffort e José Álvaro Moisés começaram uma pesquisa no Cebrap sobre a emergência da liderança sindical. E foi aí que eu conheci o Lula. Ele veio dar um depoimento sobre esse assunto, ainda antes de acontecerem as greves e tudo o mais. Em 1978, Ulysses me procurou para ser candidato a senador. Nessa mesma época, Chico de Oliveira fez uma viagem do Rio a São Paulo e encontrou o Lula no avião. Ele disse ao Chico que queria falar comigo para me apoiar. Eu fui a São Bernardo, o Lula já era presidente do sindicato. Perguntei por que ele queria me apoiar. Ele disse: “Você nunca disse que era o senador dos trabalhadores”. Ou seja, ele estava contra a outra candidatura, do Franco Montoro. Ainda antes de existir o PT, eu tinha combinado com Ulysses de trazer o Lula para um encontro no meu apartamento na rua Joaquim Eugênio de Lima, em São Paulo. Já tínhamos tentado uma aproximação com a ala mais à esquerda do MDB —Almino Afonso, José Serra e eu. A ideia era o Ulysses conhecer o Lula para que ele fosse o chefe da divisão trabalhista do MDB (CARDOSO, 2019, grifos do autor)<sup>55</sup>.

Keck salienta que embora essa aproximação do MDB aos movimentos sociais no final dos anos 1970 tenha tido um caráter muito conjuntural, “foi importante que se elegessem como seus representantes alguns candidatos que podiam fazer a ponte entre os dois”. Essa dinâmica, segundo ela, foi importante para “aumentar a visibilidade das organizações e das campanhas ligadas aos movimentos de base, aumentando o seu acesso ao

---

<sup>55</sup> “FHC conta como Cebrap o aproximou de Ulysses e Lula na ditadura”. Folha de São Paulo 12/05/2019.

espaço público” (*ibid.* p.85). Dito de outra forma, isso significa que a constituição desse circuito de intelectuais, políticos e lideranças sindicais no período reforçava reciprocamente a acumulação de capitais entre os agentes nele envolvidos, pelos diferentes espaços em que se faziam presentes.

O relato de Fernando Henrique Cardoso torna mais nítida sua relação com Lula, que antecedeu em alguns anos a existência do PT e ilustra o entrelace dos circuitos do CEBRAP e do CEDEC. A partir dessa relação entre intelectuais e lideranças políticas emergentes, todos estavam se fortalecendo mutuamente acumulando um capital de relações nos diferentes espaços pelos quais circulavam – do político ao acadêmico e vice-versa. Como destaca Afrânio Garcia:

Diferentemente de muitos intelectuais que tentaram se iniciar na atividade política, ou voltar a ela, as estratégias eleitorais de Fernando Henrique mostram a racionalização da acumulação do capital político, partindo da consolidação de posições locais até atingir os cargos mais relevantes no âmbito nacional. (GARCIA Jr., 2004, p.295-296)

Fernando Henrique Cardoso foi eleito como suplente na eleição de 1978 e assumiu a cadeira no Senado em 1983, por ocasião da eleição de Franco Montoro ao governo estadual de São Paulo no ano anterior. Lula, que já havia ganho projeção liderando a Campanha de Reposição das Perdas Salariais<sup>56</sup> em 1977, teve papel destacado como liderança nas Greves de 1978 e 1979, que foram fundamentais para o dimensionamento da força política e da capacidade de pressão efetiva por parte do “novo-sindicalismo” e dos movimentos ligados à mobilização de base naquele período.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> No período do arrocho salarial “o DIEESE, instituição de pesquisa dos sindicatos, descobriu provas de que em 1973 o governo havia manipulado os índices relativos ao aumento do custo de vida. Um grupo de economistas do Banco Mundial confirmou os dados do DIEESE, afirmando que em 1973 o índice correto deveria ser de 22,5%, e não de 14,9%, conforme afirmara o governo. (...). Com os resultados do estudo do DIEESE, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, juntamente com os outros sindicatos metalúrgicos da região (Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), lançou uma campanha pela reposição desses 34,1%. (...). Antes dessa campanha, como as reivindicações sindicais tendiam a ser feitas a nível jurídico, era necessário haver, mais do que mobilização e organização dos operários nas fábricas, boas relações com os advogados dos sindicatos. Como consequência dessa campanha, os líderes sindicais passaram a compreender a importância da organização nas fábricas, ao mesmo tempo em que os operários nas indústrias começavam a ver os sindicatos como organizações que apoiavam suas reivindicações e principal instrumento de que dispunham para expressá-las” (KECK, 1991, p.97-98).

<sup>57</sup> Em 1979, as greves pipocaram por todo o Brasil. Mais de três milhões de trabalhadores paralisaram o trabalho, alguns em setores onde os sindicatos tinham capacidade de liderá-los, outros não. Lula, Olívio Dutra — dos bancários do Rio Grande do Sul — e João Paulo Pires Vasconcelos — dos metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais — converteram-se em uma espécie de grupo de assessoria, ajudando em alguns casos a negociação entre os líderes sindicais e suas bases em rebelião (KECK, 1991, p.100).

A declaração de Lula após a greve de 1978 – a qual foi deflagrada e organizada no interior da fábrica e na qual as negociações conduzidas posteriormente pelo sindicato conseguiram um aumento salarial de 11% – expressa bem esse ponto:

Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. (...). A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação. Por isso, afirmo que a primeira lição da greve é que não se pode subestimar a capacidade de luta do trabalhador brasileiro. Em segundo lugar, penso que esses 14 anos de proibição de greves deixaram não só os empresários como também os dirigentes sindicais despreparados para enfrentar a movimentação. Eu, por exemplo, nunca tinha estado numa greve. Não tinha nenhuma experiência... E, finalmente, dentro disso tudo, eu acho que o trabalhador conseguiu perceber o quanto vale sua força de trabalho (LULA *apud*. KECK, 1991, p.99-100)

Em 1979, como parte da estratégia de controle da abertura política e segmentação da oposição, o governo militar enviou ao Congresso o projeto de reforma da legislação sobre os partidos políticos. Centralmente esse projeto extinguiu o bipartidarismo e alterava as normas sobre a formação de partidos, permitindo a oficialização de novas agremiações<sup>58</sup>.

Pelo lado dos representantes e simpatizantes do “novo-sindicalismo”, progressivamente ganhou força, através de uma conjunção de fatores e motivações, a ideia de constituição de um novo partido que representasse os interesses dos trabalhadores, tentando articular as estratégias de mobilização e de participação das bases. Por um lado, como afirma Keck, “em razão de sua extensão e da atenção que, juntamente com Lula, mereceram dos meios de comunicação de massa, as greves de 1978 e 1979 mostraram aos trabalhadores sua importância como agentes políticos”. Por outro lado, alguns líderes sindicais também se convenceram de que “só a greve era insuficiente, enquanto o Ministério do Trabalho e o aparelho repressivo do Estado interviessem em favor dos patrões” (*ibid.* p.101).

Em função desses elementos, progressivamente ganhou força entre esse segmento de trabalhadores e seus intelectuais simpatizantes a perspectiva de que “precisariam de um instrumento político para fazer com que sua voz fosse ouvida”. Especialmente para o setor

---

<sup>58</sup> “A reforma, promulgada como Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, introduzia importantes modificações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 5.682 de 27 de julho de 1971), especialmente no que diz respeito às normas sobre a formação de partidos. Ela dissolvia os dois partidos existentes, a ARENA e o MDB, criados pelo Ato Institucional nº 4 (20 de novembro de 1965) para substituir os partidos anteriores, extintos um mês antes, pelo Ato Institucional nº 2 (27 de outubro de 1965). O regime militar esperava que a permissão de formar novos partidos iria dividir a oposição, contendo, assim, não só o crescente avanço do MDB no Congresso, como prováveis novas vitórias nas eleições seguintes para os governos estaduais, que teriam lugar pelo voto direto pela primeira vez desde 1965” (KECK, 1991, p.128).

dos metalúrgicos, que representava o cerne do “novo sindicalismo”, a ideia de formar um partido próprio entrou na agenda das discussões (*ibid.*).

Oficialmente, a ideia foi lançada pela primeira vez como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo<sup>59</sup>, realizado em Lins, em janeiro de 1979. O debate voltou à pauta em junho de 1979, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas, Minas Gerais, onde foi votada uma resolução semelhante à de Lins.

Ainda durante o ano de 1979, foi realizada “uma série de reuniões entre líderes sindicais que apoiavam a formação de um partido dos trabalhadores, intelectuais e políticos do MDB”, visando encontrar “um terreno comum para um partido político que defendesse os interesses populares” (KECK, 1991, p.104). Em um desses encontros, em junho 1979, promovido por Almino Afonso, Fernando Henrique Cardoso e Lula, “houve uma tentativa, por parte do primeiro, de convencer tanto os líderes sindicais quanto os membros do Congresso de que a proposta de um partido popular era a melhor alternativa” (*ibid.*). Keck afirma que os resultados das discussões iniciais não foram conclusivos e que à medida que se aproximava a promulgação da Reforma Partidária definitiva do governo, um acordo pareceu cada vez mais distante (*ibid.* p.105).

Francisco Weffort foi um participante ativo nesses debates, alinhando-se à perspectiva autonomista dos movimentos<sup>60</sup>

(...) o sociólogo Francisco Weffort procurava demonstrar que a ausência de partidos claramente enraizados na sociedade tornava difícil esclarecer diferentes interpretações da relação existente entre as reivindicações institucionais (de democracia) e as demandas socioeconômicas. O argumento de Weffort defendia uma visão pluralista da relação entre partido e classe, reconhecendo, em primeiro lugar, que poderia existir mais de um partido organizado com referência a um grupo social determinado e, em segundo, que os partidos existiam não só com relação ao Estado, mas também com relação a outras formas de expressão da classe social. Essas relações só poderiam ser destrinchadas na prática pelos partidos que se formassem; elas não podiam ser resolvidas *a priori*. (KECK, 1991, p.88)

A última tentativa de se chegar a um acordo entre os que reivindicavam a formação de um partido dos trabalhadores e os que apoiavam a proposta de um partido popular ou a renovação do MDB se deu em 18 de agosto de 1979.

<sup>59</sup> IX Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, Lins, SP, 22-26 de janeiro de 1979, *Atas*, Resoluções sobre Política Partidária. *apud*. KECK, 1991, p.102.

<sup>60</sup> Francisco Weffort, em “A crise política e institucional”, Revista de Cultura Contemporânea, 1 (p: 55, jan. 1979. Este artigo é uma transcrição de um debate sobre a crise política brasileira, realizado no CEDEC em 27 de abril de 1978. Cf. KECK, 1991, p.88.

Nessa data, um grupo de políticos da esquerda do MDB organizou um grande encontro em São Paulo para discutir a ideia do Partido dos Trabalhadores. No encontro, Lula saiu em defesa da formação de um partido dos trabalhadores independente, que estaria aberto ao diálogo com os políticos progressistas do MDB. Criou-se uma comissão “integrada por sete parlamentares, sete líderes sindicais e oito intelectuais, para se estabelecer uma estrutura necessária à organização de encontros e debates e se tentar redigir um programa comum”. Segundo Keck, um consenso não foi atingido “devido às suas diferenças de avaliação tanto da estrutura, que dava lugar às oportunidades políticas, quanto da identidade e dos interesses dos grupos envolvidos” (*ibid.* p.105-106).

A postura de Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso, representantes do MDB, era mais pragmática. Eles visavam chegar “a uma fórmula por meio da qual pudessem atrair para a proposta um grande número de políticos”, em função dos “privilégios que a Reforma Partidária iria conceder aos parlamentares no processo de formação partidária” (*ibid.* p.106).

Já para os representantes e simpatizantes dos movimentos de base, aos quais Francisco Weffort se alinhava, “o risco de não conseguir legalizar um partido criado fora do Congresso era superado pelo risco de que as reivindicações populares fossem ignoradas num partido dirigido pelas elites” (*ibid.*). Por essa razão, “Moisés e Weffort apoiavam a criação de um partido democrático, popular e socialista, e tornaram-se membros fundadores do PT” (*ibid.* p.88).

A ruptura formal ocorreu em outubro, por ocasião do encontro de fundação do Partido dos Trabalhadores – quando Weffort nele ingressou. A iminência da Reforma Partidária somada às pressões derivadas dos conflitos entre tendências que queriam definir os contornos da agenda do PT foram fatores decisivos para uma percepção mais consensual, entre as lideranças sindicais e intelectuais que conduziam os debates, a respeito da necessidade de lançar o partido oficialmente.

O ponto de inflexão desse processo ocorreu em 14 de outubro de 1979, no restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo, quando cerca de cem pessoas – intelectuais, parlamentares e líderes sindicais – decidiram estruturar o PT como organização política, com a formação de uma comissão nacional provisória. Segundo Keck, o encontro aprovou uma Declaração Política e um documento chamado “Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento” (*ibid.* p.108-109). O Partido dos Trabalhadores estava lançado, mas a formalização da legenda viria apenas em fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo.

Um dos problemas que causava certa preocupação nos primeiros meses de existência do PT era saber se ele seria ou não julgado um “partido de classe”, o que era proibido pelo Art. 5 da Lei de Reforma Partidária. Francisco Weffort esteve na reunião que foi realizada em São Bernardo em 21 de novembro de 1979 para discutir esta questão, junto de Jacó Bittar, Lula, Henos Amorina, Olívio Dutra e José Álvaro Moisés. Nessa reunião os participantes chegaram ao consenso de que “o PT pretendia ser um partido legal” do ponto de vista jurídico (*ibid.* p.134).

A participação de Weffort nessas negociações e na fase de estruturação inicial do partido foi ativa, não apenas pela mediação que estabeleceu entre as lideranças sindicais e um segmento dos representantes políticos do MDB no período, como também em reuniões posteriores que definiriam alguns contornos programáticos e institucionais do PT – Weffort foi eleito como suplente da comissão diretora nacional provisória do partido em 1 de junho de 1980.<sup>61</sup>

Esta eleição aconteceu durante a reunião nacional de fundação do PT, que também aprovou o “Programa e o Plano de Ação” e o “Estatuto” do Partido, além de referendar o “Manifesto de lançamento”. A eleição da Comissão Diretora Nacional Provisória, conforme a legislação eleitoral vigente, tinha como principal atribuição conduzir o processo de legalização do Partido.<sup>62</sup>

Como membros efetivos da Comissão Diretora Nacional Provisória foram eleitos: Luiz Inácio da Silva, Jacó Bittar, José Ibrahim, Olívio Dutra, Apolônio de Carvalho, Joaquim Arnaldo, Wanderly Farias de Souza, Antonio Carlos, Luiz Soares Dulci, Freitas Diniz e Manoel da Conceição. Como suplentes foram eleitos: Osmar Mendonça, Francisco Weffort, Wagner Benevides e Hélio Doyle.<sup>63</sup>

Ferreira afirma que “desde o início de 1980, Weffort [trabalhou] de forma sistemática na organização do Partido dos Trabalhadores, desempenhando um papel fundamental na articulação do partido”. Esse papel, do ponto de vista de Ferreira, teria permitido a Weffort “direcionar a construção de um partido pluralista” (FERREIRA, 2020, p.152). Já Luiz Werneck Vianna afirma que:

O Weffort, não é à toa, que era o secretário geral do PT. O papel do Weffort na hora inaugural do PT é determinante, porque neste momento, quem está exercendo influência sobre a inteligência que vai se aproximar do PT não

<sup>61</sup> Fonte: Verbete biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC.

<sup>62</sup> Sinopse dos Encontros e Congressos do PT. Fundação Perseu Abramo 11/05/2006.

<sup>63</sup> Fonte e mais detalhes: Partido dos Trabalhadores. Resoluções de encontros e congressos & programas de governo: 1979-1988. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

é o Fernando Henrique. é o Weffort, exatamente com esta visão que organiza a inteligência inteira. É preciso a conformação genuína nas classes sociais, uma contraposição, uma educação pelo mercado, na luta da fábrica, daí toda força do ABC nesta direção (VIANNA, 2008, p.126).

A partir da fundação do PT, Weffort iniciou um processo de afastamento da atividade acadêmica, deixando o cargo de presidente do CEDEC em 1981 para se dedicar às atividades partidárias. Ainda assim, manteve relativo gerenciamento da sua posição no espaço intelectual nesse período, atuando como membro do *Latin American Comitee* do *Social Science Research Center* (SSRC) entre 1978 e 1981, e como membro do Comitê Brasileiro organizador do XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1982.<sup>64</sup>

Enquanto membro da articulação nacional do PT, Weffort teve uma trajetória bastante significativa. No I Encontro Nacional, realizado em agosto de 1981, Weffort foi eleito segundo-secretário geral nacional do partido<sup>65</sup>, enquanto o sindicalista Jacó Bittar<sup>66</sup> foi eleito o primeiro secretário-geral. Nesse mesmo ano Weffort se elegeu também coordenador da Comissão de Relações Internacionais do PT (FERREIRA, 2020, 176).

Em 1982 Weffort chegou ao cargo de vice-presidente do partido e integrou, junto de Hélio Doyle e Apolônio de Carvalho, o Comitê Eleitoral Nacional Unificado. Esse grupo monitorava o funcionamento de comitês eleitorais em cada estado, com o objetivo de coordenar a campanha do partido em nível nacional nas eleições gerais para deputados, senadores e governadores, realizadas naquele ano (KECK, 1991).

Em 1983 o PT passou por uma reorganização interna. Na reunião do diretório nacional realizada em 20 de agosto, Francisco Weffort tornou-se secretário-geral nacional do partido, após a destituição do sindicalista Jacó Bittar<sup>67</sup> do cargo. A justificativa da

---

<sup>64</sup> Fonte: Memorial apresentado para o concurso de professor titular (ciência política) de Francisco Weffort na FFLCH-USP (1984).

<sup>65</sup> Fonte: Verbete biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC.

<sup>66</sup> Jacob Bittar (1940-2022) foi um sindicalista, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia e liderou uma importante greve da categoria em 1983. Teve atuação ativa na fundação do PT em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Bittar foi eleito prefeito de Campinas em 1988, integrando o primeiro grupo de prefeitos eleitos em grandes cidades pelo partido durante a redemocratização, junto de Luiza Erundina (São Paulo) e Telma de Souza (Santos). Fonte: “Morre Jacó Bittar, 81, fundador do PT e ex-prefeito de Campinas”. Folha de SP 26/05/2022.

<sup>67</sup> Fonte: Verbete biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC. “Entre as diversas ações da Secretaria Nacional Geral, sempre em sintonia com a Presidência Nacional do PT, estão a coordenação do conjunto da atividade partidária nacional, a discussão do posicionamento do partido nas questões da conjuntura nacional e a organização e divulgação das reuniões. A secretaria também tem a função de manter contato com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para que os parlamentares atuem em sintonia com as deliberações partidárias”. Fonte: PT.

destituição de Bittar era sua eleição para coordenação da CUT<sup>68</sup>, “o que no estatuto do PT seria vedado a um membro da Executiva Nacional, que não poderia possuir mais de um posto político em órgãos diferentes” (FERREIRA, 2020, p.189).

O episódio, segundo Ferreira, gerou reação de Bittar e de um grupo de militantes sindicalistas vinculados à CUT e próximos a ele, que buscaram intermediar, junto ao Diretório Nacional petista, uma revisão da destituição (FERREIRA, 2020, p.189).<sup>69</sup>

Para esclarecer os fatos, Lula concedeu uma entrevista coletiva dias depois do ocorrido, e segundo o jornal Folha de São Paulo, ouviu de Jacó Bittar a queixa de estar havendo uma “intelectualização” da direção partidária. Nesta, Lula afirma que a importância estratégica da função não aceitaria acúmulo de outros cargos. Segundo Lula, “é o coração do partido, pois dela dependem outras dez secretarias” o que exigia enormes esforços. Quanto ao risco de “intelectualização” do partido é veementemente negada por Lula, “o PT, por sua direção, não está caminhando para o controle dos intelectuais, pois o partido não corre o risco de desvirtuar de seus destinos. Somos todos trabalhadores” (*ibid.*).

Segundo o verbete dedicado à Weffort no DHBB/CPDOC-FGV<sup>70</sup>, na ocasião em que se tornou secretário-geral do partido, Francisco Weffort defendeu a “afirmação do PT como polo aglutinador dos vários segmentos políticos de esquerda existentes na sociedade brasileira” e chamou a atenção para “a necessidade de o partido definir com clareza uma estratégia para conquistar o poder político no país”.

Em âmbito acadêmico, em março 1984 Weffort tornou-se professor titular do Departamento de Ciência Política da USP, com a tese “*Por que democracia?*”. Essa tese foi produto do único projeto de pesquisa desenvolvido por Weffort após a fundação do PT: “*Estudo sobre a transição dos regimes autoritários para os regimes democráticos na América Latina*” (FERREIRA, 2020, p.157). Esse trabalho foi conduzido junto de Regis de Castro Andrade e José Álvaro Moisés no CEDEC, dentro de projeto mais amplo sobre Direitos Políticos e Cidadania financiado pela Fundação Ford<sup>71</sup>.

<sup>68</sup> “A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base”. Fonte: CUT, breve histórico.

<sup>69</sup> “A reunião da Executiva Nacional do partido, realizada em São Paulo, não contou com a participação de Jacó Bittar. Este, segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, foi avisado de sua destituição via telefone que fora substituído pelo sociólogo, o que causou certo desconforto” (FERREIRA, 2020, p.189).

<sup>70</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil vinculado à Fundação Getúlio Vargas.

<sup>71</sup> Fontes: Memorial para o concurso de professor titular (ciência política) de Francisco Weffort na FFLCH-USP (1984) e Relatórios de pesquisa “Cidadania e Participação Social” (dez/1981) e “Cidadania e Participação Social (2ª fase)” (dez/1983 e 1984) do acervo “Memória CEDEC” AEL/IFCH-Unicamp, cx. 10.013A.

Da banca examinadora que por unanimidade lhe concedeu a nota máxima fazia parte Fernando Henrique Cardoso, que na época era senador e presidia a seção paulista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)<sup>72</sup>. Além dele, a banca era constituída por Leôncio Martins Rodrigues, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, Fábio Wanderley Reis, presidente da ANPOCS no biênio 1981-1982, Michel Debrun, professor Titular de Filosofia da UNICAMP e Raymundo Faoro, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre 1977 e 1979.

Em âmbito político, enquanto esteve no cargo de secretário-geral do PT, Weffort atuou em favor de uma mudança de postura e da adoção de estratégias mais “pragmáticas” do ponto de vista partidário-institucional, isto é, buscou aprofundar o processo de institucionalização da legenda. Neste contexto, Weffort defendeu que o partido “precisava abandonar a condição de ‘resistência’, que desde a sua criação, marcou a atuação de seus militantes”, e apontou para a necessidade de a legenda se abrir para discussões “mais abrangentes em relação a alternativas de governo” (FERREIRA, 2020, p.189).

A partir de uma nova linha de atuação assumida enquanto Weffort ocupava o cargo de secretário-geral, o PT passou a promover mais manifestações nas capitais estaduais, em defesa da Emenda Dante de Oliveira, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 05/1983) que propunha restabelecer as eleições diretas para a presidência da República.<sup>73</sup>

Essas manifestações, que ficaram conhecidas como “O movimento pelas Diretas Já!”, tiveram amplo apoio popular e mobilizaram milhares de pessoas às ruas por todo o país<sup>74</sup>. Mesmo assim, a Emenda acabou recusada em 25 de abril de 1984, após não conseguir obter o número necessário de votos para aprovação na Câmara dos Deputados.

---

<sup>72</sup> Fonte: Verbete biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC.

<sup>73</sup> No 3º Encontro Nacional do PT realizado entre 6 e 8 de abril de 1984 no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campo, foram aprovadas as “Teses para a atuação do PT”, que “representam uma tomada de posição sobre a situação atual do Partido dos Trabalhadores e do momento político brasileiro”. Também foi aprovado o “Regimento Interno”, consagrando a figura do núcleo como organismo de participação e de decisão da base partidária. Foi aprovada ainda a intensificação da luta pelas eleições diretas, o que incluía um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral e conclamava todos os partidos de oposição a boicotá-lo e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. Também foi eleito o 2º Diretório Nacional. Fonte: Sinopse dos Encontros e Congressos do PT. Fundação Perseu Abramo 11/05/2006.

<sup>74</sup> “Assim que foi apresentada, a emenda Dante começou a receber apoio popular, no começo de forma tímida e, depois, ampla. O primeiro comício em favor da eleição direta aconteceu no município pernambucano de Abreu e Lima em março de 1983. Pouco mais de um ano depois, em abril de 1984, um milhão de participantes lotaram a Cinelândia, no Rio de Janeiro. No dia 16 de abril, apenas nove dias antes da votação da emenda pela Câmara dos Deputados, 1 milhão e 700 mil pessoas compareceram ao comício pró-Diretas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo”. Fonte: Câmara dos Deputados. “Diretas Já: rejeição da Emenda Dante de Oliveira marca a história do País”. 22/04/2014.

No final daquele mês, Weffort defendeu a retomada das mobilizações populares e considerou a convocação de uma greve geral como meio de pressionar o governo do presidente João Figueiredo. No mês seguinte, durante uma reunião do diretório nacional do PT, sugeriu a união dos partidos de oposição em torno de uma plataforma política comum e a escolha de um único candidato para derrotar o regime.

Em outubro, durante outra reunião do comando petista, assumindo mais uma vez uma postura pragmática, Weffort admitiu a participação do PT no Colégio Eleitoral encarregado de eleger, de forma indireta, o sucessor do presidente João Figueiredo, proposta que foi rejeitada por uma ampla maioria dentro do partido<sup>75</sup>.

A não aprovação da Emenda Dante de Oliveira levou à eleição indireta de Tancredo Neves (do PMDB, sucessor do MDB) e José Sarney (do PDS, sucessor do ARENA) para a Presidência da República em 1985. O Colégio Eleitoral não contou com a participação do PT, que se recusou a legitimá-lo, em deliberação interna na qual Weffort foi voto vencido em sua postura pragmática.

Em 1986, com as eleições gerais para senadores, governadores e deputados federais e estaduais, o Partido dos Trabalhadores ratificou a estratégia política traçada por Weffort em 1983, quando chegou ao cargo de secretário-geral.

Nas palavras do próprio Weffort, a “primeira campanha do PT teve somas de ingenuidade. Mas de 1982 para 1985, o pessoal percebeu que tem que poder traduzir as suas propostas políticas na sociedade brasileira em termos os mais amplos possíveis” (WEFFORT, 1986 *apud.* FERREIRA, 2020, p.191). Essa “ingenuidade” a que Weffort se refere dizia respeito ao debate interno do partido sobre a defesa de uma “alternativa de governo” (foco na disputa de postos institucionais via eleições e na implementação de reformas via políticas públicas) ou de uma “alternativa de poder” (foco na disputa da “hegemonia” e na transformação das estruturas de poder subjacentes ao Estado, atuando a partir da mobilização das bases).

Foi por meio de uma nova abordagem estratégica<sup>76</sup> que as eleições de 1986 foram planejadas dentro do partido, com o objetivo duplo de preservar sua identidade e consolidar

---

<sup>75</sup> Fonte: Verbete biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC.

<sup>76</sup> No 4º Encontro Nacional do PT, realizado entre 30 de maio e 1º de junho de 1986, no Hotel Danúbio, em São Paulo, foi aprovada a “Linha Sindical” do PT, o “Documento Eleitoral Básico” e o “Plano de ação política e organizativa do PT para o período 1986/87/88”, que analisa o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as perspectivas de transformações na direção do socialismo, a transição e crise da burguesia, o pacote econômico e o Congresso Constituinte. Pronuncia-se sobre os recursos eleitorais (Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia) e aprova a resolução “Constituinte”, que propõe que o DN “assuma esta questão como

sua posição eleitoral. A intenção era elevar o PT à condição de principal partido das oposições, buscando ampliar a força eleitoral da legenda. Os detalhes a respeito desse período e dos conflitos que se acirraram entre tendências no interior do PT durante ele serão tratados de forma pormenorizada na próxima seção.

Esta seção explorou a trajetória de Francisco Weffort entre 1969 e 1986, delineando as características das instituições nas quais ele esteve envolvido durante esse período (FFLCH-USP, CEBRAP, CEDEC, ANPOCS e PT) e as atividades que desempenhou em cada um desses contextos. Através dessa análise, procurou-se evidenciar a característica distintiva desta fase da trajetória de Weffort: como a acumulação de capital social, intelectual e institucional o fortaleceu gradualmente e deu impulso a um projeto de autonomização intelectual fundamentado em uma lógica de diferenciação, tanto em termos acadêmicos quanto políticos, em relação a Fernando Henrique Cardoso.

A liderança na área de política na USP após as aposentadorias compulsórias; o prestígio acadêmico pelas pesquisas que coordenou no CEBRAP; a primeira presidência da ANPOCS; os vínculos que estabeleceu com as lideranças sindicais emergentes a partir dos trabalhos iniciais do CEDEC, por ele fundado; o protagonismo enquanto articulador na fase de fundação e estruturação inicial do PT; e a estratégia de afirmação no interior do partido até alcançar o posto de secretário geral, são fatores da trajetória ascensional de sucesso, tanto no espaço acadêmico quanto no espaço político-partidário – viabilizada pela acumulação simultânea de capitais em diferentes espaços sociais.

Contudo, em meio aos conflitos entre tendências no interior do PT e a primeira derrota de peso no espaço político (sua não eleição à Constituinte e o subsequente afastamento gradual dos postos de direção partidária), Weffort se viu diante da necessidade de um reajuste de estratégia no gerenciamento de sua posição entre o espaço intelectual e o espaço político. A seção seguinte se dedica à discussão disso.

---

prioritária" e crie Comitês Constituintes para receber e sistematizar propostas para a elaboração de uma "Constituição Popular", a partir do anteprojeto do jurista Fábio Konder Comparato. Também foi eleito o 3º Diretório Nacional. Fonte: Sinopse dos Encontros e Congressos do PT. Fundação Perseu Abramo 11/05/2006.

### 3.3 Derrotas, de volta ao começo (1986-1994)

“Se eu tivesse que voltar aos meus textos diante de cada exigência prática de minha ação, a minha modesta militância se tornaria impossível. Em face da urgência do problema concreto, nenhum intelectual pede para que esqueçam o que ele escreveu, mas que não atravanquem com discussões de textos a análise do problema real. O ponto é outro. *“Forget it, let us go”*. (Francisco Weffort, 1994)

Essa seção discute a trajetória de Francisco Weffort entre 1986, quando sofreu a primeira derrota significativa em sua carreira política no PT, e 1994, quando aceitou o convite de Fernando Henrique Cardoso, então eleito Presidente da República pelo PSDB, para assumir o cargo de Ministro da Cultura no governo federal. O que se pretende é reconstituir os passos dessa conversão partidária à luz dos deslocamentos objetivos de posição de Weffort no espaço intelectual e político-partidário.

Essa reconstituição procura estabelecer condições para uma análise da tomada de posição que seja uma alternativa a duas condutas: por um lado, o enquadramento textualista/internalista, preocupado com a coerência/contradição das ideias, e por outro lado, o normativo e acusatório, como no trecho a seguir da crítica de Caio Navarro de Toledo:

Tornando-se dirigente nacional do PT, Weffort foi, até o dia da eleição presidencial de 1994, um dos principais conselheiros políticos de Lula da Silva. Como se sabe, seu rompimento definitivo com a esquerda e a consequente adesão a FHC se verificou através de um texto assinado: quem não se lembra do polêmico artigo, "A segunda revolução democrática", em que Weffort manifestou regozijo e entusiasmo com a vitória do adversário de Lula? Pequeno, mas eloquente detalhe: o texto saiu publicado na Folha de São Paulo, na manhã do dia 4 de outubro de 1994, antes mesmo que um único voto da eleição presidencial - concluída poucas horas antes - tivesse sido apurado. Assim, enquanto Lula da Silva, na noite do dia 3, nos rádios e na TV, conclamava os militantes da Frente Brasil Popular para que fiscalizassem a apuração dos votos, seu conselheiro político dava os últimos retoques em seu artigo-passaporte... A história é conhecida; meses depois, em retribuição ao gesto do colega da USP, Fernando Henrique Cardoso dava posse, no Ministério da Cultura, a seu mais recente admirador, Francisco Weffort (TOLEDO, 2000)<sup>77</sup>.

\*\*\*

Para as eleições de 15 de novembro de 1986, Francisco Weffort foi lançado pelo PT paulista como candidato a deputado federal para uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, mas não conseguiu se eleger, obtendo 8.592 votos<sup>78</sup>. Luiz Werneck Vianna avalia que esse momento foi crucial na carreira política de Weffort e na sua relação com o PT: “Weffort teve um grande desencanto em sua eleição. Todos os votos destinados a ele foram para o Florestan” (VIANNA, 2008, p.126).

<sup>77</sup> “Serão os índios fascistas?”. Caio Navarro de Toledo. In: Especial para *Gramsci e o Brasil*. 2000.

<sup>78</sup> Fonte: Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

Na disputa para deputado federal, o PT elegeu 8 candidaturas, com destaque para a eleição de Lula como o deputado federal mais votado do Brasil, além de Florestan Fernandes (o único intelectual eleito por São Paulo), Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Gushiken, Eduardo Jorge e José Genuíno, Irma Passoni e Gumercindo Milhomem. Já para deputado estadual, o partido elegeu 10 candidatos: Luísa Erundina, José Dirceu, Ivan Valente, José Cicote, Telma de Souza, Roberto Gouveia Nascimento, Antônio Lucas Buzato, Clara Ant, Expedito Soares Batista e José Machado – José Álvaro Moisés também não obteve sucesso como candidato do partido à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo nessas eleições.

Após a derrota nas eleições de novembro de 1986, Weffort foi removido do cargo de secretário-geral durante a reunião do diretório nacional do PT em março de 1987, sendo sucedido pelo líder sindicalista Olívio Dutra. Conforme indicado pelo DHBB/FGV-CPDOC, essa mudança ocorreu em um “contexto de redefinição na correlação de forças no interior do partido - e no âmbito de sua corrente hegemônica, a Articulação - com o crescimento da influência de alguns setores situados ideologicamente mais à esquerda”<sup>79</sup>. Nesse período Weffort já manifestava na imprensa sinais de descontentamento e divergências com um segmento das lideranças dentro do partido.

Além de levantar os problemas, os partidos têm a obrigação de discutir a situação. O PT ainda traz consigo a visão de quem acha que não é sua responsabilidade resolver os problemas do país. O partido tem que desenvolver a ideia de que um dia vai virar governo. O que há é um problema de amadurecimento no partido. O PT ainda está na adolescência (WEFFORT, 1987 *apud*. FERREIRA, 2020, p.192).

Essa insatisfação se dava em função das seguidas derrotas relacionadas aos conflitos pelo estabelecimento das tendências<sup>80</sup> e das suas correntes hegemônicas no interior do partido. Esses conflitos se tornaram mais nítidos desde que Weffort assumiu o cargo de secretário-geral em 1983 – quando houve a acusação de “intelectualização” partidária por um setor dentro do partido.

Nesse período, houve um “excesso de controle assumido pela tendência sindical da Articulação dos 113” no interior do PT (FERREIRA, 2020, p.194). Weffort foi um dos

<sup>79</sup> Fonte: Verbetes biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC.

<sup>80</sup> “As tendências são os partidos do sistema político petista. Não vamos despende energias para classificar essas subunidades como facções, tendências ou frações segundo as dimensões do quadro analítico sartoriano. Usamos os termos “tendência” ou “facção” em um sentido amplo, do mesmo modo em que Sartori utiliza “fração”, ou seja: as “unidades seguintes” encontradas logo abaixo do partido como unidade. Na definição de Zincone, trata-se dos *grupos que se organizam no interior de um partido a fim de impor sua própria linha política e/ou de conquistar a maior quantidade possível de cargos (internos e externos) para os próprios membros*. As tendências fazem parte do DNA petista. O PT sempre foi, mais que um partido *com* tendências, um partido *de* tendências” (RIBEIRO, 2008, p. 178)

únicos representantes dos “intelectuais” a integrar a Articulação no período de seu surgimento. Pedro Floriano Ribeiro afirma que “a construção de uma grande tendência foi a medida encontrada para tentar refrear a atuação dos grupos de esquerda” paralelos ao núcleo do novo-sindicalismo no interior do partido, em particular as “diversas facções trotskistas, bastante atuantes e organizadas” (RIBEIRO, 2008, p.179).

A Articulação dos 113 reuniu, “em torno de Lula, o grosso dos dirigentes que emergiram no novo sindicalismo, além de personalidades, intelectuais e políticos já com certa expressão eleitoral” (*ibid.*). Lincoln Secco observa que, mesmo angariando o apoio e a adesão de uma parcela dos intelectuais mais proeminentes do partido, a tendência, estruturada pelo núcleo sindical, reiterava uma postura “anti-intelectual” que seria latente nos movimentos de base desde a fundação do partido.

Já havia no PT uma espécie de cultura operária “basista” e anti-intelectual, embora desde a sua fundação o PT tivesse atraído muitos intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Paul Singer e Francisco Weffort e, mais tarde, Florestan Fernandes. Um documento de 1981 dirigido aos membros de agrupamentos clandestinos do PT, exemplifica bem essa cultura basista: ‘que ingressem no partido que a classe operária, ela mesma, está organizando, tudo bem. Serão todos bem recebidos. Mas não o façam como donos da verdade, ditadores de regras para as massas’ (SECCO, 2006, p. 166).

Margaret Keck afirma que o grupo da Articulação dos 113 foi formado para combater “por um lado, os setores do partido que enfatizavam principalmente o papel institucional do PT e, por outro, os que o viam como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora” (KECK, 1991, p.164). Segundo ela, a formação da Articulação foi uma tentativa de consolidar a liderança do partido em torno do núcleo sindical, e entre seus porta-vozes estavam, além dos membros da ala sindical (inclusive Lula), militantes católicos e intelectuais.

O Manifesto dos 113, certidão de nascimento da tendência (junho de 1983), afirmava que o grupo nascia para combater os que “... se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se auto-nomeia representante da classe trabalhadora”. O objetivo era defender o projeto de construção do PT como partido estratégico, opondo-se àqueles que “... subordinam-se a comandos paralelos”. Entre os signatários estavam os principais nomes no PT na época: Lula, Jair Meneguelli, Francisco Weffort, Hélio Bicudo, Paul Singer, Eder Sader, Devanir Ribeiro, José Dirceu, Rui Falcão, Geraldo Siqueira, Clara Ant etc. Ainda nos primeiros anos a Articulação atraiu lideranças vinculadas à Igreja Católica progressista (principalmente as pastorais), e militantes egressos da corrente O Trabalho (RIBEIRO, 2008, p.179, grifos do autor)

A ascensão da Articulação no interior do PT sucedeu imediatamente a eleição de Weffort para o cargo de secretário-geral nacional no partido, já que ela passou a atuar

efetivamente e a expandir sua influência<sup>81</sup> como uma tendência a partir do III Encontro Nacional em 1984 (RIBEIRO, 2008, P.182). Os relatos anteriores evidenciam que, durante seu período como secretário-geral do partido, Weffort procurou atuar em favor de uma abordagem mais “pragmática”, visando aprofundar a institucionalização do PT. Essa postura o colocou eventualmente em conflito – como no episódio sobre a participação no Colégio Eleitoral em 1985 – com as concepções predominantes da ala sindical no interior da Articulação, à qual estava integrado, ainda que na condição de “intelectual”.

Ao tratar do perfil dos dez dirigentes<sup>82</sup> mais assíduos na Executiva Nacional do PT entre 1981 e 2005, Pedro Ribeiro observa a “a predominância quase absoluta de membros da Articulação, o que denota a perenidade desse núcleo no comando do partido” (RIBEIRO, 2008, p.209). Ele ainda destaca que, do ponto de vista da composição social, trata-se claramente de uma elite oriunda do sindicalismo, exceções feitas à de José Dirceu, que pertencia ao movimento estudantil e à esquerda organizada pré-PT, José Genoíno, também oriundo da esquerda organizada, e Francisco Weffort, que era o único acadêmico e intelectual.

De acordo com o levantamento de Ribeiro, os demais líderes “foram expoentes do movimento sindical, principalmente em categorias de atividades não-manuais” como bancários e professores. Do grupo das lideranças vinculadas diretamente ao movimento sindical, apenas Lula e Jacó Bittar são oriundos da representação de categorias de trabalhadores manuais, respectivamente metalúrgicos e petroleiros (*ibid.*).

A chave para compreender o processo de acantonamento de Weffort dentro do PT reside, portanto, no processo de organização do partido em tendências, com o estabelecimento de uma corrente hegemônica e no interior dela, a sobreposição das lideranças sindicais sobre as intelectuais, católicas, trotskistas. A progressão desse conflito interno é bastante explícita no debate reconstituído pelo seguinte excerto jornalístico de 1987, retirado dos arquivos da biblioteca do Senado Federal:

---

<sup>81</sup> “O grupo progressivamente consolidou uma estrutura organizativa própria, ainda que incipiente em comparação com as tendências de esquerda. Segundo a visão de seus próprios membros, tratava-se de conformar uma estrutura minimamente suficiente às necessidades da disputa política interna. Embora oficialmente rejeitando mecanismos de disciplina própria, passou a atuar com deliberação prévia e ação unitária nos Encontros e plenárias, e na disputa por postos de direção e delegados. Conquistando a maioria no 3º EN, a Articulação começou a impor ao conjunto partidário suas críticas à atuação das demais tendências” (RIBEIRO, 2008, P.182).

<sup>82</sup> São eles: Luis Inácio Lula da Silva, José Dirceu, José Genoíno, Joaquim Soriano, Olívio Dutra, Luiz Gushiken, Jacó Bittar, Delúbio Soares, Francisco Weffort e Luiz Soares Dulci.

Não deverá haver mais disputa pela presidência do PT, no próximo encontro nacional do partido (29, 30 e 31 de janeiro): apesar de sua disposição de abandonar o cargo, o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, será reconduzido ao posto. “Ele não quer, pois gostaria de se dedicar mais à Constituinte, mas é um homem de partido, que faz o que for melhor para o PT”, disse o vice-presidente Jacó Bittar.

Na verdade, o recuo de Lula se deve à possibilidade de uma violenta disputa interna com a existência de uma corrente “classista” e outra chamada de “intelectual”, que tem o apoio dos setores “progressistas” da Igreja Católica. “Se o Lula não for candidato, eu concorro em qualquer hipótese”, diz Jacó Bittar, um dos mais destacados representantes da tendência “classista”.

Bittar confirma que o único nome do consenso dentro do PT é o de Lula, na medida em que todas as correntes abrigadas no partido o aceitam como presidente. A disputa dentro do PT, desta forma, deverá se restringir à secretaria geral, o segundo cargo em importância, deixada vaga desde dezembro pelo professor Francisco Weffort. A corrente “classista” quer ver no cargo ou Bittar ou o sindicalista e deputado gaúcho, Olívio Dutra.

Se a corrente “classista” conseguir fazer a secretaria-geral, sua hegemonia dentro do PT ficará decisivamente consolidada. Até então os “intelectuais” estavam bem representados na cúpula partidária, na medida em que detinham o cargo de secretário-geral, enquanto que os “classistas” — sempre majoritários nas bases — ficavam com a presidência e a vice-presidência.

A diferença entre as duas mais fortes correntes dentro do PT está na visão tática da conjuntura política, segundo o próprio Jacó Bittar. “Eu não acho que o PT deva ter uma alternativa para o governo, e sim uma alternativa para o poder”, afirmou o sindicalista. Na visão do “classista”, na Constituinte, a bancada petista não deveria fazer acordos com outras bancadas, mas sim utilizar os movimentos sociais (greves, ocupação de terras etc.) para pressionar o Parlamento.

Os “intelectuais” e os setores da igreja no PT consideram o momento atual “privilegiado” para o partido começar a “fazer política”, trabalhando numa linha mais conciliatória, buscando conquistar “todos os espaços possíveis”. Já para Jacó Bittar, o “poder no Brasil não mudou com a transição de Tancredo, mas só o governo que foi alterado” (JORNAL DO BRASIL, 1987).<sup>83</sup>

Após deixar o cargo de secretário-geral, Weffort foi reconduzido à direção do partido na qualidade de primeiro-vice-presidente após o V Encontro Nacional, em reunião da comissão executiva nacional realizada em 17 de janeiro de 1988, segundo consta no DHBB/FGV-CPDOC. Nessa ocasião Luiz Gushiken (sindicalista) assumiu como presidente do partido, Avelino Ganzer (sindicalista) como segundo-vice-presidente, Hélio Bicudo (jurista) como terceiro-vice-presidente e José Dirceu (advogado) assumiu como secretário geral.

Em 25 de junho de 1988, foi fundado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), resultado de uma dissidência de políticos e intelectuais do Partido do Movimento

---

<sup>83</sup> Fonte: “Lula fica na presidência para evitar disputa no PT”. Jornal do Brasil 15/01/1987. Biblioteca do Senado Federal. ANC 88, Pasta 11 a 19, Jan/87, 034.

Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB após a reforma partidária. Essa cisão parlamentar conferiu à nova legenda, desde sua formação, a presença de políticos influentes no cenário nacional. Assim, o partido já surgiu como a terceira maior bancada no Congresso, contando inicialmente com 7 senadores e 37 deputados federais (ROMA, 2002; KINZO, 2004; ASSUMPÇÃO, 2008; CURI, 2021).<sup>84</sup>

Dentre os principais fundadores do PSDB estavam Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Mário Covas, Sérgio Motta, José Richa e João Pimenta da Veiga. Cardoso, na época líder do PMDB no Senado, desempenhou um papel importante como liderança e articulador político nesse processo (CARDOSO, 2015)<sup>85</sup>.

A “cisão” que levou à fundação do PSDB foi motivada, em boa medida, pela estratégia política adotada pelo PMDB alguns anos antes. A ampla vitória e o aumento da bancada do partido nas eleições de 1986 ocorreram, em parte, devido ao influxo de políticos oriundos do Partido Democrático Social (PDS, sucessor do ARENA) que buscavam novas oportunidades políticas no PMDB e no Partido da Frente Liberal (PFL). Esse processo fez com que o PMDB assimilasse parte expressiva da agenda desses políticos, o que gerou um descontentamento em setores moderados e progressistas vinculados à oposição à ditadura, que perderam espaço na definição das estratégias programáticas do partido.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) resultou de uma série de divergências entre congressistas do PMDB que se tornaram cada vez mais nítidas ao longo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Dois fatores internos levaram à constituição do novo partido. Em primeiro lugar, o predomínio da corrente “quercista” (de Orestes Quécia, governador do estado de São Paulo) e a presença de políticos ligados ao governador Newton Cardoso (de Minas Gerais) deixavam pouco à vontade parte dos congressistas do PMDB, que se viam “mais à esquerda” do que a corrente predominante. Em segundo lugar, a definição do sistema de governo a ser adotado pela nova Constituição dividiu o PMDB em presidencialistas e parlamentaristas. O grupo que já era dissidente em outras questões era francamente favorável ao parlamentarismo (FGV-CPDOC).<sup>86</sup>

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal. Em 15 de novembro do mesmo ano, realizaram-se eleições municipais nas quais, pela primeira vez, todos os municípios do país elegeram seus prefeitos sem restrições. Essas eleições são o marco de uma expansão considerável do PT na dimensão eleitoral, já que o partido venceu em importantes capitais como São Paulo (Luiza Erundina), Porto Alegre (Olívio Dutra) e

---

<sup>84</sup> Fonte: FGV-CPDOC, verbete “Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”.

<sup>85</sup> Cf. CARDOSO, Fernando H. A arte da política: a história que vivi. Editora José Olympio, 2015. Ou “Encontro de socialistas deverá lançar as bases de novo partido”. Folha de São Paulo 04/10/1987.

<sup>86</sup> Fonte: FGV-CPDOC, verbete “Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”.

Vitória (Vitor Buaiz). O afastamento paulatino de Weffort dos cargos de direção partidária aconteceu em paralelo a essa expansão eleitoral do PT, portanto.

Em 1989 Weffort participou da coordenação da campanha de Lula à presidência da República, nas primeiras eleições diretas que ocorreram para o cargo após o final da ditadura militar. Apesar do ótimo desempenho do candidato petista, que chegou ao segundo turno e obteve 46% dos votos válidos, ele terminou derrotado por Fernando Collor de Mello, do Partido Republicano Nacionalista (PRN). Essas eleições ficaram marcadas pela controvérsia envolvendo o favorecimento midiático de Fernando Collor, em função da veiculação de uma versão editada do último debate presidencial na televisão, pela Rede Globo (AZEVEDO, 2006; 2018; 2023).

Weffort permaneceu formalmente na vice-presidência do PT até o VII Encontro Nacional do partido, realizado em julho de 1990, quando foi substituído pelo deputado paulista Luís Gushiken. Após essa data Weffort não participou mais das atividades de direção partidária, das quais já vinha se afastando progressivamente desde 1987, segundo ele mesmo: “desde as eleições para a Constituinte eu comecei a me afastar do partido” (WEFFORT, 2007, p.2)<sup>87</sup>. O trecho a seguir é expressivo da frustração de Weffort em relação aos bloqueios contra a manutenção de sua carreira na hierarquia partidária, dada a sua derrota pelo polo sindical do PT:

Tentava-se construir uma nova concepção de política, mas essa tentativa só podia ocorrer nas condições definidas pelas concepções políticas dos grupos dominantes. Nestas circunstâncias, a política, como tal, aparecia para muitos, ao mesmo tempo, como atração e como repulsa. Muitas vezes, éramos tentados a falar da política dos grupos dominantes como se falássemos de um lugar situado fora da política. Evidentemente, tentamos sempre (e tivemos êxito nisso) falar de uma política “dos de baixo”, razão última da existência do PT. Mas, com frequência, essa política “dos de baixo” era, na verdade, muito mais a perspectiva dos movimentos sociais – em especial o sindical que dava origem ao PT – do que a do partido que aliás, de fato, o PT ainda não havia chegado a ser (WEFFORT, 1989)<sup>88</sup>.

Afastado da direção petista, Weffort voltou a se dedicar à atividade acadêmica. Entre 1990 e 1991, foi contemplado com uma bolsa de estudos para ser professor visitante no Instituto Kellogg da Universidade de Notre Dame, em South Bend, Indiana, nos Estados Unidos. Lá lecionava e era diretor acadêmico o cientista político argentino Guillermo O’Donnell, antigo amigo e participante das atividades do CEBRAP. O’Donnell foi quem o

<sup>87</sup> “Que causa é essa que permite desvio de dinheiro público e traição da democracia?”. Entrevista com Francisco Weffort. Revista Banco de Ideias n° 42, 2007.

<sup>88</sup> WEFFORT, Francisco. PT: Um Projeto para o Brasil: Seminário realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de abril de 1989. São Paulo: Editora brasiliense, 1ª edição, 1989.

recebeu e auxiliou no desenvolvimento posterior de sua pesquisa enquanto esteve na instituição.<sup>89</sup>

Entre 1991 e 1992 desenvolveu trabalhos no *Woodrow Wilson International Center*, sediado em Washington, D.C. Ao retornar para o Brasil em 1992, Weffort assumiu a chefia do Departamento de Ciência Política da USP<sup>90</sup>. O principal produto intelectual dessa experiência acadêmica nos Estados Unidos foi o livro “*Qual democracia?*” (1992).

Esse livro é um compilado de textos escritos entre 1988 e 1992, em que Weffort se propõe a refletir de forma comparativa a respeito dos impactos políticos e institucionais locais da configuração geopolítica desenhada pela fase final da Guerra Fria – que passava por seus momentos decisivos com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União Soviética no final de 1991. Com esse objetivo, Weffort centra suas observações nos casos dos países que passavam por “transições democráticas” recentes saindo de regimes autoritários, principalmente na América Latina e no Leste Europeu.

A partir dessas observações comparativas, Weffort busca elaborar no final do livro um prognóstico para situação política do Brasil na década de 1990. Segundo ele, era “preciso consolidar a democracia e, ao mesmo tempo, ajustar a economia”. Isso implicava na percepção de que “no mesmo momento em que nos empenhamos em consolidar a democracia, devemos estar preparados para medidas econômicas que implicam um custo social tão elevado que colocam em questão a própria democracia” (WEFFORT, 1992, p.122).

Ao final do capítulo em que tece esse prognóstico, Weffort está convencido de que “um país das dimensões do Brasil só se modernizará após integrar-se às linhas mais dinâmicas do capitalismo internacional” (*ibid.* p.133). Essas afirmações seguem a tônica da passagem que abre o livro na “nota do autor”:

O socialismo estatista, isto é, aquele que identificava o socialização com estatização, está morto como perspectiva histórica. Com ele, desaparece também o socialismo autoritário. Deste modo, os socialistas têm de resgatar os seus valores libertários e igualitários de origem, no mesmo momento em que têm de aprender a conviver com o mercado. De outro modo, perderão o caminho da modernidade. Mas, aprendendo a conviver com o mercado, terão que casar-se com a democracia, ligando-se a tudo que sirva a reforçá-la e consolidá-la: os movimentos sociais, a sociedade civil, o pluralismo. De outro modo, perderão não apenas o caminho da modernidade, mas, o que é ainda pior, o próprio sentido da liberdade e da justiça social. (WEFFORT, 1992, p.12, grifos do autor)

<sup>89</sup> O'Donnell é o comentador do artigo “*New Democracies, Which Democracies?*” (1992) produto inicial da pesquisa conduzida por Weffort nos EUA. Cf. Woodrow Wilson International Center Latin American Program Working Paper Series (151-200).

<sup>90</sup> Fonte: Verbete biográfico “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC.

O ano de 1994 é especialmente significativo na trajetória de Francisco Weffort. Nesse ano, ele participou do conselho responsável pela elaboração do programa de governo de Lula para a Presidência da República. Em março, assinou um manifesto público de intelectuais em apoio à candidatura o líder petista. Entre os nomes que assinaram o documento, além de Francisco Weffort, estavam os cientistas políticos Paulo Sérgio Pinheiro e José Álvaro Moisés, a filósofa Marilena Chaui, os críticos literários Antonio Candido e Roberto Schwarz, o historiador Luiz Felipe de Alencastro e o economista Francisco de Oliveira. O manifesto dizia o seguinte:

O Brasil se encontra diante de um momento decisivo de sua história: a oportunidade de promover a maioria social à condição de maioria política. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República é o caminho para a transformação democrática da sociedade brasileira. Em sua longa luta pela democracia do país, Lula adquiriu conhecimento, experiência e representatividade para enfrentar as causas das desigualdades sociais e dos desequilíbrios econômicos. A eleição de Lula assegura a pluralidade política e cultural indispensável à retomada do desenvolvimento do país em benefício de todos. Sua vitória resgatará a cidadania e a soberania na Nação brasileira.<sup>91</sup>

Segundo matéria da Folha de São Paulo publicada a respeito desse manifesto, nas discussões que prepararam o texto final, “chegou-se a cogitar um tom mais agressivo, que demarcasse com clareza a insatisfação do meio acadêmico com a postura que FHC vem assumindo até aqui na campanha eleitoral”<sup>92</sup>. Parte do núcleo que elaborou o documento defendeu que este deveria deixar claro que, “ao acusar Lula de incompetente, FHC estaria sendo *anti-republicano* e, mais do que isso, estaria açulando o preconceito de classe no país”.

Mesmo apoiando a candidatura e integrando o comando nacional da campanha de Lula, Weffort mantinha uma relação distante e dava declarações públicas com teor crítico a setores do partido. Por exemplo: “o problema maior do PT está no fato de que ele acaba dando espaço a uma parte dos corporativismos que existem no país” ou “está faltando no

---

<sup>91</sup> Manifesto de intelectuais e artistas em apoio a Lula (1994). Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História Política da Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA). Item PTDN\_C DEL-0237.

<sup>92</sup> “A versão aprovada é mais branda. Nela se lê: ‘Em sua longa luta pela democratização do país, Lula adquiriu conhecimento, experiência e representatividade para enfrentar as causas das desigualdades sociais e dos desequilíbrios econômicos’. O alvo da frase é FHC. Lula deve receber e ler o manifesto na segunda-feira à tarde, em Vitória, transformando a reunião da SBPC num ato de campanha. Entre os nomes que assinam o documento estão os cientistas políticos Francisco Weffort, Paulo Sérgio Pinheiro e José Álvaro Moisés, a filósofa Marilena Chaui, os críticos literários Antonio Candido e Roberto Schwarz, o historiador Luiz Felipe de Alencastro e o economista Francisco de Oliveira, atual presidente do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), do qual FHC foi fundador em 1969 e presidente”. Fonte: “Intelectuais fazem manifesto pró-Lula”. Folha de São Paulo 13/07/1994.

partido o militante que chamávamos antigamente de PT-PT, aquele que não pertence a tendência alguma” (WEFFORT, 1994).<sup>93</sup>

Apesar disso, Weffort continuou participando das atividades de coordenação de campanha de Lula, nas palavras de Weffort, “uma liderança carismática que vem trabalhando há anos pela construção de instituições” (*ibid.*).

Na eleição presidencial de 1994, Lula e o PT tinham como principal concorrente o então Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (PMDB), Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Itamar Franco havia assumido a presidência da República no final 1992, após a instauração do processo de *impeachment* contra Fernando Collor. Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda em maio de 1993, após três trocas no comando da pasta em apenas sete meses.

Enquanto Ministro, Fernando Henrique Cardoso elaborou, junto a uma equipe de economistas, um plano de estabilização da economia brasileira, que sofria após a “década perdida” de 1980, com o contexto de hiperinflação, elevação da dívida pública e interrupção do crescimento do PIB – legados da política econômica do regime militar.

O período da “década perdida” envolveu quatro planos de estabilização fracassados e cinco trocas da moeda oficial num período de 8 anos (1986-1994). Alguns meses antes das eleições presidenciais de 1994, às vésperas da implementação do “Plano Real”, quando questionado sobre “como enxergava o plano econômico de FHC e o governo”, Weffort afirmou que:

O governo é o Fernando Henrique. Espero que o plano tenha êxito e consiga a estabilização que busca. Isso poderia ser um ponto de partida mais adequado para que o próximo governo possa implementar uma política de crescimento. As ressalvas que se possa fazer ao plano neste momento na minha opinião são secundárias. A política do quanto pior melhor não serve a ninguém (WEFFORT, 1994)<sup>94</sup>.

Com o sucesso do “Plano Real” em estabilizar a moeda e controlar a inflação, Fernando Henrique Cardoso e o PSDB garantiram a vitória ainda no primeiro turno das

<sup>93</sup> Segundo Weffort: “Às vezes você pensa que o sujeito está defendendo o monopólio estatal do petróleo porque é um radical. Na verdade ele está ligado aos interesses corporativistas da área do petróleo. O que passa por radicalismo é uma visão setorialista da política daqueles que não conseguem ver o conjunto do país”. In: “Programa de Lula não é socialista, diz Weffort”. Folha de São Paulo 05/03/1994. Vale lembrar que uma das principais desavenças de Weffort no PT, Jacó Bittar, era uma liderança sindical do setor petrolífero.

<sup>94</sup> “Programa de Lula não é socialista, diz Weffort”. Folha de São Paulo 05/03/1994. Vale destacar que o PT tinha, em geral, uma postura crítica e se opôs inicialmente ao Plano Real. Cf. IANONI, Marcus. Políticas públicas e Estado: o plano real. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n°78, 2009.

eleições, em 3 de outubro de 1994. Na manhã seguinte, ainda antes da apuração dos votos, Weffort publicou na Folha de São Paulo o artigo “*A segunda revolução democrática*”.

Atribuíram a Fernando Henrique uma outra frase famosa: “esqueçam o que eu escrevi”. Se ele disse estas palavras em algum momento, não creio que lhes tenha dado o sentido que lhe atribuem. Por que haveria de renegar a sua condição de intelectual quando é esta a sua maior força? Todos os que, como eu, participaram da sua campanha para o Senado em 1978, sabem que o seu cacife político naquela rodada era o do intelectual que se fizera líder de intelectuais nas lutas de resistência. É esta a definição de um grande intelectual: um líder de intelectuais. Como tal, só tinha a seu favor os seus escritos e a sua reputação. Embora uma boa parte dos intelectuais brasileiros tenha preferido o PT e outros – que não são tão poucos como se pensa – ainda permaneçam no PMDB, como entender os muitos que foram para o PSDB sem a liderança de Fernando? Eu entendo que aquela frase escandalosa só pode ter um sentido. É o seguinte: “não me venham complicar a discussão das questões concretas de agora com os escritos dos anos 70, ou 80”. Intelectuais que têm um mínimo de experiência política prática sabem o que isso significa. Se temos uma dificuldade para entender um problema concreto, teremos duas se quisermos, além disso, entender textos anteriores dos protagonistas. Se eu tivesse que voltar aos meus textos diante de cada exigência prática de minha ação, a minha modesta militância se tornaria impossível. Em face da urgência do problema concreto, nenhum intelectual pede para que esqueçam o que ele escreveu, mas que não atravanquem com discussões de textos a análise do problema real. O ponto é outro. “*Forget it, let us go*”. (WEFFORT, 1994, grifos do autor)<sup>95</sup>

Entre anedotas com memórias de vivências passadas, neste texto Weffort caracterizou Fernando Henrique Cardoso como exemplo entre os “grandes intelectuais que aguçam a sensibilidade com o uso da inteligência e da cultura” para afirmar que, apesar dos “aliados conservadores” e de algumas “confluências com o chamado consenso de Washington”, ele seria um presidente reformista e que “quem quiser fazer oposição ao novo governo supondo que seu presidente é um conservador, estará tomando o caminho errado”. Entre discussões sobre alianças, conciliações e pluralismo, está o segundo trecho notável do artigo:

No campo da oposição, haverá que se entender que se já não há lugar, neste país, para governos monopolíticos, também já não há espaço para as chamadas oposições sistemáticas. Em determinado momento da campanha, Lula acusou Fernando de plágio. Curiosamente, o “intelectual orgânico” da classe operária, trazia à baila um tipo de acusação que só teria sentido entre intelectuais “*tout court*”. Plágio ou coincidência de pontos programáticos, a questão que se coloca agora é a seguinte: como poderá o PT deixar de apoiar o novo governo pelo menos nestes pontos? A propósito, esta história de que o país tem que deixar de ser injusto, será que isso não é plágio também? À parte as divergências, que também existem, de quantos plágios são feitas as brigas dos reformistas em todo o mundo? (WEFFORT, 1994)

A partir do crescimento e consolidação do PT e do PSDB no cenário eleitoral nacional, com algumas das figuras mais proeminentes desses partidos emergindo do circuito

<sup>95</sup> “A segunda revolução democrática”. Folha de São Paulo 04/10/1994.

de relações do CEBRAP e do CEDEC, os intelectuais vinculados a esses centros se depararam, ainda que em escalas e com naturezas distintas, com um novo leque de oportunidades para sua atuação e influência na agenda política, tanto no governo quanto na oposição (RODRIGUES, 2020).

Como mencionado em uma entrevista concedida pelos intelectuais do CEBRAP à Folha de São Paulo<sup>96</sup> antes das eleições de 1994, a escolha entre Lula e Fernando Henrique Cardoso era, nas palavras de Francisco de Oliveira, “perturbadora, difícil e marcada por uma enorme ambiguidade”. No entanto, com a eventual chegada de ambos ao segundo turno, “todo o esforço do Cebrap desde a sua fundação estará sendo coroado”, como destacou Elza Berquó. Weffort endossa essa visão no mesmo artigo:

os dois [Lula e FHC] muito provavelmente estarão chefiando, cada qual pelo seu lado, e cada qual à sua maneira, dois partidos novos – o PT e o PSDB – de cujo debate se espera que tenha a capacidade de estabelecer os temas do Congresso. Não se pretende que venham a ser, nem isoladamente, nem somados, a maioria do Congresso, mas que tenham a capacidade de definir isso que se chama em política de “a ordem do dia”. Ou a agenda, se quiserem (WEFFORT, 1994)

Numa matéria jornalística que tratava o perfil de Fernando Henrique Cardoso logo após o resultado das eleições de 1994, Weffort, ao ser questionado pelo repórter sobre se sentia alguma “inveja” de seu amigo e ex-professor, respondeu de maneira franca: “Eu tenho uma inveja, se a palavra se aplica, saudável, honestamente”, justificando que “é um sonho de todo intelectual que se ocupa da reflexão sobre o Estado, sobre a política no sentido grande da palavra” poder imaginar o momento “no qual algum de nós tenha a chance de se desempenhar na chefia do Estado”. E concluiu: "A palavra inveja é uma palavra pequena para isso, isso é uma grande admiração que se tem por grandes figuras humanas" (WEFFORT, 1994).<sup>97</sup>

Em dezembro de 1994, após as eleições, Weffort comunicou às lideranças petistas a possibilidade de aceitar o eventual convite para comandar o Ministério da Cultura (MinC) no governo FHC<sup>98</sup>. Após a experiência profissional nas instituições de pesquisa norte-americanas no período entre 1990 e 1992, em âmbito acadêmico Weffort possuía, segundo a reportagem, “um contrato assinado para passar o primeiro semestre de 1995 na universidade de Stanford (EUA) como professor visitante”, mas admitiu “cancelar a viagem se for convocado por FHC”.

<sup>96</sup> “FHC e Lula dividem o Cebrap”. Folha de São Paulo 13/03/1994.

<sup>97</sup> “Intelectuais comentam eleição de FHC em 1994”. Globo Repórter 07/10/1994.

<sup>98</sup> “Weffort diz a Lula que quer ser ministro de FHC”. Folha de São Paulo 09/12/1994.

Além disso, na conversa com as lideranças petistas, Weffort afirmou que o fato de estar filiado ao partido não seria motivo para recusar o convite, “se for preciso, se desfilia do partido, embora prefira a hipótese de um afastamento temporário”. De acordo com a reportagem:

Pesa também na eventual escolha do cientista político para a Cultura o discurso que fez durante o seminário de intelectuais realizado em Brasília. Weffort disse na ocasião que a eleição de FHC representa uma “nova revolução democrática para o Brasil, como a que foi feita em 1930”. O discurso agradou o presidente eleito, que elogiou entre amigos a “lucidez” do colega de academia.<sup>99</sup>

Esse é provavelmente o momento mais nítido de uma trajetória que revela uma lógica de ação em constante adaptação ao raio do espaço de oportunidades sociais se abrindo e se alargando, tendo em seu epicentro Fernando Henrique Cardoso.

Novamente administrando sua posição em dois espaços – o acadêmico e o partidário –, na escolha entre a oportunidade profissional na instituição acadêmica de maior prestígio até então na carreira e a oportunidade política de assumir uma pasta do executivo federal, optou pela segunda, ainda que a decisão parecesse incongruente do ponto de vista da lógica das ideias, e, daí, tantos “apesares”. Apesar dos “aliados conservadores”, apesar do “consenso de Washington”, apesar do “esqueçam o que eu escrevi”, ele fiava-se na habilidade política e na liderança de Fernando Henrique Cardoso para “democratizar o capitalismo”.<sup>100</sup>

Em contrapartida, o presidente eleito também estava satisfeito com a “lucidez” do amigo. Assim, Francisco Weffort aceitou o convite de Fernando Henrique Cardoso e foi o Ministro da Cultura mais longo da existência da pasta até hoje, durante os dois mandatos presidenciais de seu amigo, entre 1995 e 2002. De acordo com Luiz Werneck Vianna, “[Weffort] ficou oito anos como ministro de Fernando Henrique. Não era tocado, ninguém tocava. Aquilo era uma pedra. Acho que os dois se gostavam muito. Os dois se respeitavam muito” (VIANA, 2008, p.126).

Da mesma maneira que a aliança com Fernando Henrique Cardoso ou com Lula abria diferentes espaços de oportunidade para Weffort, a proximidade com Weffort abria também

<sup>99</sup> “Weffort diz a Lula que quer ser ministro de FHC”. Folha de São Paulo 09/12/1994.

<sup>100</sup> “(...) no momento em que o Fernando ganha, acho que eu entendo a adesão do Weffort: Ele deve ter pensado: eu montei um pedaço da minha vida extremado uma oposição a você que eu não confio mais. Você ganhou. Acho que foi uma coisa generosa dele. Ele não ficou ressentido. Porque ele podia continuar a ser um grande intelectual do PT. Ele ficou oito anos como ministro de Fernando Henrique. Não era tocado, ninguém tocava. Aquilo era uma pedra. Acho que os dois se gostavam muito. Os dois se respeitavam muito” Entrevista de Luiz Werneck Vianna In: LOUREIRO; BASTOS; REGO, 2008. p.126).

espaços de oportunidade para alguns de seus aliados mais próximos. Ao assumir a pasta no governo federal, em 1995, Weffort convidou seu aluno José Álvaro Moisés para assumir a Secretaria de Apoio à Cultura, um dos oito cargos executivos do primeiro escalão do Ministério da Cultura à época<sup>101</sup>. Moisés aceitou o convite e durante o governo de FHC foi Secretário Nacional de Apoio à Cultura (1995-1998); Secretário Nacional de Audiovisual do Ministério da Cultura (1999-2002); e Diretor da TV Cultura e Arte do MinC (2001-2002).

Em 2007, Weffort comentou em entrevista sobre as reações no interior do PT ao seu aceite do convite de Fernando Henrique Cardoso naquele contexto:

O Lula recebeu a notícia com naturalidade. Ele estava de certo modo preparado para recebê-la. Como havíamos trabalhado alguns anos juntos na direção nacional, ele certamente se deu conta de que desde as eleições para a Constituinte eu comecei a me afastar do partido. Em 1989-1990 eu estive fora do Brasil, dando aulas em uma universidade americana. Embora tenha continuado no PT e tenha votado no Lula em 1994, meu interesse pelo PT já havia diminuído muito. Além disso, em 1994 as diferenças programático-eleitorais entre Lula e Fernando Henrique haviam se tornado muito pequenas. As semelhanças avultavam, até porque os dois deviam disputar os indecisos, esse “eleitorado do meio” que decide eleições desse tipo. Logo depois das eleições eu manifestei a vontade de sair do PT, mas Lula e Gilberto, então secretário-geral, me pediram que ficasse um pouco mais. Veio depois disso o convite de Fernando Henrique, de quem sou amigo desde 1955 (muito tempo antes de vir a conhecer o Lula em 1978). Minha saída do PT foi vista como natural pelo Lula, e também por dirigentes e militantes que conheciam minha trajetória e minhas opiniões. Houve, no entanto, algum mal-estar e algum “patrulheirismo” de gente mais distante (WEFFORT, 2007, p.2, grifos do autor).<sup>102</sup>

Pedro Cilio Rodrigues afirma que a gestão de Weffort no Ministério da Cultura (MinC) se notabilizou por alterar alguns mecanismos e implementar o efetivo funcionamento da chamada Lei Rouanet (Lei Federal nº 8.313/91)<sup>103</sup>. Essa lei ficou famosa por instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura, que previa o financiamento às atividades culturais por meio da implementação dos mecanismos do Fundo Nacional da Cultura, do uso dos incentivos fiscais e dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (RODRIGUES, 2021, p.8).

<sup>101</sup> “Weffort consegue atrair mais um petista para o governo do PSDB”. Folha de São Paulo 01/03/1995.

<sup>102</sup> “Que causa é essa que permite desvio de dinheiro público e traição da democracia?”. Entrevista com Francisco Weffort. Revista Banco de Ideias nº 42, 2007.

<sup>103</sup> “Entre as primeiras medidas implantadas pela nova gestão, estava a modificação da Lei Rouanet, já em maio de 1995, apresentando as seguintes alterações: aumento de 2% para 5% do percentual de abatimento do imposto de renda de pessoas jurídicas para o patrocínio de projetos culturais; reconhecimento da figura do agente cultural na negociação dos projetos, cujos custos poderiam ser incluídos ao orçamento; anulação do calendário para encaminhamento dos projetos, cuja aceitação passou a ocorrer ao longo de todo o ano; redução do prazo oficial de noventa para sessenta dias, dedicado à apreciação dos projetos” (Brasil, Ministério da Cultura, 1995 *apud*. ARRUDA, 2003, p.181).

Durante a gestão de Weffort, caracterizada pelo estímulo às parcerias público-privadas para o desenvolvimento cultural e alinhada à agenda governamental, os mecanismos de incentivo e desoneração fiscal, estabelecidos pela Lei Rouanet (1991) e pela Lei do Audiovisual (Lei Federal nº 8685/93), foram instrumentos prioritários para o financiamento da cultura.

A relevância do mercado para a cultura e, de outro lado, a da cultura para o desenvolvimento econômico talvez sejam aí as mais significativas diferenças impostas pela época atual às concepções de cultura, no Brasil, desde Mário de Andrade e dos pensadores dos anos 20 e 30 (...). Diferentemente daquela época, porém, hoje é impossível deixar de reconhecer a relevância do mercado no campo da cultura, assim como a da cultura na economia (WEFFORT, 2000, pp. 64-65).

Essas leis conseguiram mobilizar recursos significativamente maiores em comparação aos provenientes do orçamento direto do MinC<sup>104</sup>. Segundo Pedro Rodrigues, essa orientação ficou explícita na máxima “Cultura é um bom negócio”, presente em uma das cartilhas do MinC publicadas na época, “cuja função declarada era estimular as empresas a financiarem projetos culturais aprovados pelo Minc, conforme previsto nas leis de incentivo” (*ibid.* p.12).

Maria Arminda do Nascimento Arruda destaca que “além de profissionalizar a figura do intermediário, a política em curso estimulou o aparecimento de nichos no mercado cultural, provocando a integração de setores até então bastante distantes da lógica mercantil”, como era a situação das artes, do patrimônio, da cultura popular. Desse modo, segundo Arruda, “instaurou-se uma espécie de migração de procedimentos típicos da indústria cultural e do mercado publicitário” (ARRUDA, 2003, p.181).

É em função desses elementos que as interpretações “textualistas” da trajetória de Weffort vão procurar justificar sua conversão política a partir de um princípio “coerente” do ponto de vista de suas ideias. A “interpretação do Brasil” elaborada por Weffort, no entendimento desses comentadores, tinha base na crítica das três dimensões que seriam estruturantes da cultura política brasileira a partir do “herança nacional popular”: o estatismo

---

<sup>104</sup> As visões divergem acerca dos efeitos da política cultural nesse período: para Pedro Rodrigues “Na gestão de Weffort, o setor do cinema foi bastante atuante, e liderado por agentes como o produtor Luiz Carlos Barreto e o cineasta Cacá Diegues, impulsionou o chamado “cinema da retomada” que “ampliou consideravelmente os recursos subvencionados pelo Estado para a área e o número de filmes produzidos anualmente em comparação com os anos anteriores nos quais a produção foi muito reduzida” (RODRIGUES, 2021, p.12). Já Maria Arminda do Nascimento Arruda afirma que “Por vezes, os colaboradores do ministro Weffort, na ânsia de demarcar a força das iniciativas, especialmente no âmbito da cinematografia, constroem uma imagem fortemente embebida na ideia de total renascimento” (ARRUDA, 2003, p.180)

centralizador, o corporativismo e o populismo (ARAÚJO, 2012; FERREIRA, 2020; TAUIL, 2017; BARBALHO, 2021).

Sob a perspectiva analítica adotada por esses autores, à medida que o próprio PT se transformou internamente em uma organização “corporativa”, a solução para romper com a “herança nacional-popular”, para Weffort, inclinou-se em direção às propostas de “modernização” do Estado e de suas instituições. Essa “modernização” tinha como base critérios alinhados aos princípios da livre concorrência e do mercado, contra o “estatismo” que inclinava os agentes políticos às disputas corporativas e ao populismo. Seria esse o sentido, afinal, da “segunda revolução democrática” realizada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Por isso tamanha centralidade atribuída, nas análises textualistas da trajetória de Weffort, à ideia de combate ao “legado Vargasista” e a “herança nacional-popular”. Weffort teria uma atitude “coerente” com a lógica de suas contribuições ao pensamento político brasileiro atuando primeiro contra o corporativismo do “sindicalismo populista”, junto das bases que deram origem ao PT, e depois atuando contra o corporativismo do próprio PT, assumindo uma postura “modernizante” em favor da “consolidação da democracia” via mercado (ARAÚJO, 2012; FERREIRA, 2020; TAUIL, 2017; BARBALHO, 2021). Desconsiderando os interesses vinculados aos deslocamentos objetivos de posição do agente no espaço social, essas explicações permanecem limitadas às justificativas racionalizantes que ele formula para suas tomadas de posição.

Saí do PT e aderi ao governo FHC, mas não ao PSDB. Aliás, não pretendo voltar à militância política, não pelo menos à militância partidária. Sou, na verdade, cada vez menos político e cada vez mais um pesquisador. Escrevi e publiquei há pouco, na verdade no ano passado, um livro sobre a Formação do Pensamento Político Brasileiro. Meu interesse maior no momento são minhas pesquisas e leituras sobre as origens da sociedade brasileira (WEFFORT, 2007).

Essa seção tratou da trajetória de Francisco Weffort entre o período em que começou a se afastar das atividades de direção partidária no PT, em 1986, e o período em que adere ao governo de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Cultura, em 1994.

Na fase que se seguiu à Constituinte e à recomposição das forças partidárias, observa-se um agravamento das disputas entre as tendências internas do Partido dos Trabalhadores, resultando na saída de Weffort do topo da hierarquia partidária. Em vista disso, ele redefiniu a estratégia de gestão da sua posição entre o espaço intelectual e o espaço político nesse período.

Ao se afastar formalmente das atividades partidárias no PT em 1990, inicialmente Weffort voltou seu foco para a consolidada e estável carreira acadêmica, partindo para um período de trabalho nos Estados Unidos. Essa experiência foi viabilizada por intermédio dos vínculos adquiridos com Guilherme O'Donnell no período como pesquisador do CEBRAP.

No retorno ao Brasil, a projeção política de Fernando Henrique Cardoso estava atingindo o auge por conta de sua gestão no Ministério da Fazenda e do sucesso do Plano Real. Na ponderação das oportunidades, e em vista de seus deslocamentos objetivos de posição (ascensos e descensos), Weffort volta a apostar no capital de relações construído na fase inicial da sua trajetória, quando migrou para São Paulo. Estava de volta ao começo.

### **Considerações Finais**

A escolha por discutir o percurso intelectual e político de Francisco Weffort, no escopo do enquadramento analítico acima, é justificada pelo fato se tratar de uma trajetória que, à primeira vista, parece contraditória no plano das ideias, mas que se torna compreensível e lógica quando examinada do ponto de vista do espaço social, dos interesses associados à dinâmica das posições que nele ocupa e à competência de conversão e reconversão, aprimorada ao longo do tempo.

A trajetória de Weffort ilustra, possivelmente mais do que a de qualquer outro intelectual em seu circuito, como a formulação das ideias está em constante adaptação, isto é, como as ideias apresentam homologia com a posição objetiva dos agentes.

Weffort seguiu o caminho de oportunidades que a sua aproximação inicial com Fernando Henrique Cardoso lhe proporcionou, por meio de grupos, espaços e instituições. Nesse processo, revelou uma notável habilidade em angariar prestígio, reputação intelectual e projeção ideológica – adaptando-se aos diversos cenários. Assim foi após a migração para São Paulo, na chegada à FFCL-USP e na aproximação ao circuito da Cadeira de Sociologia I, coordenada por Florestan Fernandes.

Por meio da relação que estabeleceu com Fernando Henrique Cardoso, Weffort teve a oportunidade de participar das atividades do Grupo d'O Capital e dos trabalhos desenvolvidos no CESIT; de lecionar na “meca” intelectual da América Latina na década de 1960, Santiago no Chile, na CEPAL e na FLACSO; além de, após um período como pesquisador visitante na Universidade de Essex na Inglaterra, e da defesa de sua tese de doutorado pela USP no retorno ao Brasil, ter coordenado um núcleo de estudos no CEBRAP, fundado e liderado pelo mesmo Fernando Henrique Cardoso, que fora aposentado pelo regime militar das atividades docentes universitárias, junto de vários outros pesquisadores.

Por ocasião das aposentadorias compulsórias de membros de seu circuito, Weffort se tornou ele mesmo uma das pontes possíveis de trânsito para jovens pesquisadores entre o polo da pesquisa aplicada e o polo da formação universitária que dividiu o circuito das instituições nas ciências sociais em São Paulo e no Brasil entre as décadas 1970 e 1990.

Nesse período, Weffort percebeu prontamente as transformações internas no movimento sindical que indicavam o surgimento de um ator político influente originado fora do circuito das elites políticas tradicionais. Estrategicamente, ele direcionou seus esforços e projetos acadêmicos para examinar esse fenômeno. Devido à posição que passou a ocupar no espaço intelectual e aos capitais que acumulou, foi esse o único momento em que apostou

num afastamento de Fernando Henrique Cardoso e em um projeto intelectual próprio – com a fundação do CEDEC. Esse projeto procurou viabilizar uma aproximação ao circuito dessas novas lideranças do movimento dos trabalhadores e de outros movimentos sociais.

Pode-se afirmar que a aposta foi bem-sucedida na medida em que o movimento ao qual Weffort se aproximou, o movimento sindical do ABC paulista, se institucionalizou e tornou-se o núcleo do maior partido do país no recente período democrático, o PT. Weffort desenvolveu uma proximidade significativa, no contexto, com a principal liderança que o partido já produziu politicamente: Lula. Como discutido, teve uma influência considerável nos primeiros anos de formação do partido, afastando-se da atividade acadêmica no CEDEC e ascendendo a cargos de direção no plano político, chegando à coordenação do conjunto da atividade partidária na condição de secretário-geral do PT por quatro anos, entre 1983 e 1987.

Após a Constituinte, a partir de 1988, com a reconfiguração institucional, a adaptação das estratégias dos atores políticos e a notável expansão eleitoral do PT, Weffort não resistiu às pressões decorrentes das disputas entre tendências no interior do partido. Nesse período viveu um afastamento gradual dos postos de direção da legenda, ocupando, em 1989 e 1994, apenas uma função que dependia da proximidade pessoal com Lula, a de coordenador de suas campanhas presidenciais.

Assim, Weffort se afastou da atividade partidária petista e voltou a se dedicar à carreira acadêmica, frequentando instituições norte-americanas, entre 1990 e 1992, atuando no Instituto Kellogg da Universidade de Notre Dame e no *Woodrow Wilson International Center*.

Em 1994, Weffort encontrou novamente um espaço de oportunidades mais favorável ao lado de Fernando Henrique Cardoso. Considerando o desgaste com setores sindicais dirigentes do PT e diagnosticando a ressurreição do espectro do “corporativismo” bloqueando o caminho de sua influência na agenda política do partido, ele optou por retornar ao circuito de alianças com seu antigo professor e amigo. Dessa forma, Weffort permaneceu fiel à liderança de Cardoso, ocupando o cargo de Ministro da Cultura por toda a extensão de seus dois mandatos presidenciais, de 1995 a 2002.

Aquele que se trata provavelmente do momento mais interessante da trajetória de Weffort, a (re)conversão de “petista” a “tucano”, é também o que causa o maior embaraço entre os seus analistas e comentaristas: os críticos exaltam-na demasiadamente como uma traição, enquanto os “seguidores/herdeiros” tendem a ignorá-la. Se é possível destacar uma

virtude da abordagem proposta na presente dissertação, seria o fato de ela permitir analisar o “caso Weffort” livre dos constrangimentos normativos dos seus críticos e da cegueira oportuna dos continuadores de seu legado. Ao traçar o percurso de suas posições institucionais e sobrepor a elas as produções simbólicas e discursivas correspondentes a cada período e deslocamento no espaço social, torna-se mais transparente o nexo entre “as posições objetivas, o percurso que conduz a elas e o conteúdo das tomadas de posição” e pode-se considerar essa a principal contribuição do presente trabalho para a área de estudos sobre pensamento político.

Como espera-se ter demonstrado, Francisco Weffort trata-se um personagem complexo, cuja identidade transcende as fronteiras tradicionais entre intelectual e político. Sua trajetória revela um sujeito que soube se reinventar à luz das oportunidades, trilhando um caminho marcado pela constante adaptação estratégica ao movimento dos campos intelectual e político. Sua capacidade de transitar entre esses espaços, participar ativamente dos movimentos sociais e da construção do PT, além de assumir o cargo de Ministro da Cultura, evidencia uma figura emblemática na história recente do Brasil, além de um caso muito prolífico para as análises do pensamento social e político brasileiro.

O estudo do percurso intelectual e político de Francisco Weffort representa mais do que uma análise individual; é uma lente valiosa para compreender as dinâmicas que envolvem o pensamento político brasileiro e muitos de seus personagens centrais por quase todo o século XX. Ao estabelecer nexos entre a lógica de produção das ideias, as posições no espaço social e as disposições do agente, este trabalho procurou contribuir para uma visão mais matizada dos processos sociais que envolvem a circulação das ideias políticas. Dessa forma, espera-se ter contribuído – fornecendo mais perguntas do que respostas – para futuras análises que caminhem na direção de uma história política das ideias e dos intelectuais no Brasil.

## Referências Bibliográficas

ADUSP (Associação dos Docentes da USP). **O Controle Ideológico na USP: 1964-1978**. Associação dos Docentes da USP. São Paulo: Adusp, 2004.

AMORIM, Felipe C. **“The Birth of a Discipline”**: o convênio Ford-Iuperj e a modernização da ciência política no Brasil (1967-1973). Dissertação de Mestrado (História), FFLCH-USP, 2021.

ARAÚJO, Anna Paula M. de. **Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória**. Dissertação de Mestrado (sociologia), FCLAr-UNESP 2012.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Editora Unesp, 2020.

ARRUDA, Maria Arminda do N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. **Tempo social**, v. 15, 2003.

ASSUMPCÃO, Raiane. **Análise organizacional do partido da social democracia brasileira no estado de São Paulo (1988- 2006): a estrutura relacional e o capital político**. Doutorado, UNESP/Araraquara, 2008.

AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, 2006.

\_\_\_\_\_. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, 2018.

\_\_\_\_\_. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. EdUFSCar, 2023.

BAPTISTA, Katia Aparecida. **O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta**. Tese de Doutorado (sociologia), FCLAr-UNESP, 2009.

BARBALHO, Alexandre. Ligações entre trajetórias intelectuais e políticas: o “caso Weffort”. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 2, jul./out. 2021.

BARBOZA, Darlan P. **Fé, carisma e virtú: a trajetória de Celso Furtado, a criação da SUDENE e a estruturação do campo científico no Nordeste brasileiro**. Tese de Doutorado (sociologia). FFLCH-USP, 2023.

BASTOS, Elide R. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

BIAZO, Glauber. **Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP)**. Tese de Doutorado (história). FFLCH-USP, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, jan.- jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n.96, 2013.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova** n. 82, 2011.

BRANDÃO, Gildo M. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, v. 48, n. 2, abr.2005.

BRITO, Roberta; SILVA, Naiana. Imprensa Alternativa no Brasil: o caso do jornal Opinião. **Anais XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2012.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. (Org.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social**. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Fundação Ford, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. Brasil: políticas de transição e de reconciliação, estratégia de Guerra Fria. **Revista de História** (São Paulo), n.180, 2021.

CANDIDO, Jeferson. Opinião (1972-1977) e os limites da frente ampla. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 39, 2021.

CANEDO, Leticia. A Fundação Ford e as Ciências Sociais no Brasil: o papel dos program officers e dos beneficiários brasileiros para a construção de novos modelos científicos. “Social Sciences and Humanities in the Changing North-South Relations”, **INTERCOSSH**, Cordoba, 2015.

\_\_\_\_\_. Conhecimentos de Estado e elites internacionais: A Fundação Ford no Brasil e seus beneficiários. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**, 2017.

CARDOSO, Fernando H. **A arte da política: a história que vivi**. Editora José Olympio, 2015.

CHALOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, 2009.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco A. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova** n.71, pp. 173-228, 2007.

CHAVES, Wanderson. Democracia e bem-estar social segundo a militância liberal democrata: o Relatório Gaither e a agenda de política internacional da Fundação Ford. **OIKOS**, Rio de Janeiro, vol 8, n. 2, 2009.

\_\_\_\_\_. A Fundação Ford e o Departamento de Estado Norte-Americano: a montagem de um modelo de operações no pós-guerra. **Revista Crítica Histórica**, nº 11, jul-2015a.

\_\_\_\_\_. As agendas culturais da Guerra Fria e o “Programa Ideológico”: a CIA e a Fundação Ford na atração às elites intelectuais. **Revista Angelus Novus**, n.9, 2015b.

\_\_\_\_\_; CATTAL, Júlio. Transição política e ditadura no Brasil: os anos 1970 e seus agendamentos políticos e intelectuais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 39, nº 82, 2019.

CUNHA, Luis A. **A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

CURI, Henrique. Ninho dos tucanos: PSDB em São Paulo (1994-2018). **Opinião Pública**, v. 27, nº 3, 2021.

FERREIRA, Marlon A. **Do PT ao governo FHC: a trajetória político-intelectual de Francisco Weffort**. Dissertação de Mestrado (história). FCHS-UNESP, 2020.

FREITAS, Felipe Corral de. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. **Opinião Pública**, v. 24, 2018.

GARCIA Jr, Afrânio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Tempo social**, v. 16, 2004.

GRAHAM, Lawrence; JELIN, Elisabeth. **An Evaluation of The Center for Studies of Contemporary Cultures for Ford Foundation**. 24/09/1992. AEL/IFCH-Unicamp, acervo "Memória CEDEC" cx. 7.1 e 7.2.

GOMES, Angela C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996.

HEY, Ana Paula. Bourdieu epistêmico-prático: o espaço de produção acadêmica em Educação Superior no Brasil. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, 2007.

JACKSON, Luís C. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social**, v. 19, n. 1, 2007.

JACKSON, Luiz C; BARBOZA, Darlan P. Histórias das ciências sociais brasileiras. In: MICELI, S; MARTINS, C. (Org.) **Sociologia brasileira hoje**. Cotia: Ateliê, 2017.

JARDIM, Maria Chaves; ROSA, Tiago. Governo Cardoso (1995-2002) e Governo Lula (2003-2010): Homologia entre trajetórias dos ministros e crenças econômicas estatais vigentes. **Revista Tomo**, n. 39, 2021.

KAYSEL, André; MUSSI, Daniela. Populismo, classe e nação: Francisco Weffort e a teoria da dependência (1967-1972). **Anais do 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP)**. 2017.

KECK, Margaret. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KEINERT, Fabio. **Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)**. Tese de Doutorado (sociologia), FFLCH-USP, 2011.

KINZO, Maria D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, nº 54, 2004.

KLÜGER, Elisa. Espaço social e redes: contribuições metodológicas à sociologia das elites. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, set. 2017.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. 1999. Tese de Doutorado (ciência política). FFLCH-USP, 1999.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. **Cadernos AEL**, nº 14-15, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2001.

LEITE, Adriana Naomi. **Milagre acadêmico: a institucionalização das ciências sociais brasileiras (1964-1985)**. 2014. Tese de Doutorado (sociologia). FFLCH-USP. 2014.

LEMOS, Renato L. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 2, 2014.

LOUREIRO, Maria R.; BASTOS, Elide R.; REGO, José M. **Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil**. FGV-EAESP/GVpesquisa, Relatório de pesquisa nº 11, 2008.

LYNCH, Christian E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19, 2016.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Tese de Doutorado (sociologia). FFLCH-USP, 1978.

\_\_\_\_\_. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil (vol.1)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

\_\_\_\_\_. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil (vol.1)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil (vol.1)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

MORAES, Monica Isabel de; JACKSON, Luiz Carlos. Açúcar e café: ambiguidade de Raízes do Brasil. **Lua Nova**, n.113, 2021.

MORITZ, Gilberto *et al.* A pós-graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 5, n. 2, p. 03-34, 2013.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André. Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**, 2017.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André. Os populismos de Francisco Weffort. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020.

MUSSI, Daniela. CEDEC: um pensamento político para um Brasil democrático (1976-1989). **Anais do 46º Encontro Anual da Anpocs**, 2022.

PERRUSO, Marco A. **Em Busca do “Novo”: Intelectuais Brasileiros e Movimentos Populares nos anos 1970/80**. Tese de Doutorado (sociologia), IFCS-UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. Revendo mapeamentos do pensamento brasileiro. **Em Tese**, v. 14, n. 1, 2017.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

REIS, Fábio Wanderley. *Huis clos* no Chile e ciência política no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do S. (Org.). **A Ciência Política no Brasil (1960-2015)**. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 15-68, 2016.

RIBEIRO, Pedro José F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese de Doutorado (ciência política). Universidade Federal de São Carlos, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. PT versus PSDB. **Revista O Mundo em Português**, n. 44, 2003.

RODRIGUES, Lidiane S. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)**. Tese de Doutorado (história). FFLCH-USP, 2011.

\_\_\_\_\_. Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política. **Urbana** n°18, 2017.

\_\_\_\_\_. As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista Teoria e Prática. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** n. 74, 2019.

\_\_\_\_\_. Brazilian political scientists and the Cold War: Soviet hearts, North-American minds (1966–1988). **Science in Context**, vol. 33, n. 2, 2021a.

\_\_\_\_\_. Fernando Henrique Cardoso nos Estados Unidos da América: A obra de um scholar, um scholar como obra. **Novos estudos CEBRAP**, v. 41, 2022.

\_\_\_\_\_. A disputa pelo “universal”: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a arena transnacional das ciências sociais na Guerra Fria (1964-1988). **Tempo Social**, v. 35, 2023.

RODRIGUES, Pedro C. Os itinerários do primeiro escalão da cultura. **Anais 20º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2021b.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

ROMÃO, Wagner de M. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit**. São Paulo: Humanitas Editorial, Fapesp. 2006.

RUBBO, Deni; SHISHITO, Fábio. Peregrinações de um sociólogo caipira: entrevista com Sedi Hirano. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, Jan-Apr. 2021.

SANTOS, Wanderley G. **Poder e política. Crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1978.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo: Ed. Alameda, 2006.

SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da Resistência à Ditadura ao Governo FHC**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

TAUIL, Rafael Marchesan. **Intelectuais e política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort**. 2017. Tese de Doutorado (ciência política). UFSCar, 2017.

\_\_\_\_\_. Da crítica do populismo à vida pública—Considerações acerca da trajetória intelectual de Francisco Weffort. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 51, 2018.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

VASCONCELOS, Francisco; TANIGUTI, Gustavo. Entrevista com Sedi Hirano. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.1, 2011.

WEFFORT, Francisco. Política e massas. In: COHN, G; IANNI, O; SINGER, P. (Orgs.). **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.

\_\_\_\_\_. Raízes sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, n.2, 1965.

\_\_\_\_\_. Estado e massas no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, n.7, 1966.

\_\_\_\_\_. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, C. (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Classes populares e política: contribuição do estudo do populismo**. Tese de doutorado (ciência política). FFLC-USP, 1968.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional”. **Estudos Cebrap**, n.1, 1971.

\_\_\_\_\_. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco (1968). **Cadernos Cebrap** n.5, 1972.

\_\_\_\_\_. **Sindicato e política**. Tese de livre-docência (ciência política). FFLCH-USP, 1972.

\_\_\_\_\_. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra). **Estudos Cebrap**, n.4, 1973.

\_\_\_\_\_. **O Populismo na Política Brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Qual Democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

**Fontes jornalísticas, digitais e audiovisuais citadas** (em ordem cronológica de publicação)

“**Lula fica na presidência para evitar disputa no PT**”. Jornal do Brasil 15/01/1987. Biblioteca do Senado Federal. ANC 88, Pasta 11 a 19, Jan/87, 034. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115646/1987\\_11%20a%2019%20DE%20JANEIRO\\_034.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115646/1987_11%20a%2019%20DE%20JANEIRO_034.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 23/11/2023.

“**Encontro de socialistas deverá lançar as bases de novo partido**”. Folha de São Paulo. 04/10/1987.

“**Programa de Lula não é socialista, diz Weffort**”. Folha de São Paulo 05/03/1994.

“**FHC e Lula dividem o Cebrap**”. Folha de São Paulo. 13/03/1994.

**Manifesto de intelectuais e artistas em apoio a Lula**. 1994. Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História Política da Fundação Perseu Abramo (CSBH/FPA). Item PTDN\_C DEL-0237. Disponível em: <<https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/manifesto-de-intelectuais-e-artistas-em-apoio-lula-1994-brasil>>. Acesso em: 23/01/2024.

“**Intelectuais fazem manifesto pró-Lula**”. Folha de São Paulo. 13/07/1994.

“**A segunda revolução democrática**”. Folha de São Paulo. 04/10/1994.

“**Intelectuais comentam eleição de FHC em 1994**”. Globo Repórter 07/10/1994. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-D5YS4iX8sw>>. Acesso em: 23/01/2024.

“**Weffort diz a Lula que quer ser ministro de FHC**”. Folha de São Paulo. 09/12/1994.

“**Weffort consegue atrair mais um petista para o governo do PSDB**”. Folha de São Paulo. 01/03/1995.

“**Serão os índios fascistas?**”. Caio Navarro de Toledo. In: Especial para Gramsci e o Brasil. 2000. Disponível em: <<https://gramsci.org/?page=visualizar&id=175>>. Acesso em: 23/01/2024.

“**Sinopse dos Encontros e Congressos do PT**”. Fundação Perseu Abramo 11/05/2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/05/11/resumo-dos-encontros-do-pt/>>. Acesso em: 23/01/2024.

Entrevista com Francisco Weffort. “Que causa é essa que permite desvio de dinheiro público e traição da democracia?”. **Revista Banco de Ideias** n° 42, 2007

Entrevista de Luiz Werneck Vianna In: LOUREIRO, Maria R.; BASTOS, Elide R.; REGO, José M. **Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil**. FGV-EAESP/GVpesquisa, Relatório de pesquisa n° 11, 2008.

Entrevista com Francisco Weffort realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 14 de junho em São Paulo. In: TADEI, Roberto & MILANI, Aloísio (coord.). **Produção cultural no Brasil**. Projeto realizado pela Casa da Cultura Digital e da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, 2010.

**CPDOC-FGV entrevista Fernando Henrique Cardoso**. 2011. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/fernando-henrique-cardoso?pesquisa-conhecimento=266>> . Consulta em: 17/05/2023.

**CPDOC-FGV entrevista Bolívar Lamounier**. 2012. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/bolivar-lamounier>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Para os EUA, Brasil era campo de batalha na Guerra Fria”**. Peter Bell em entrevista para O Estado de São Paulo 16/09/2012.

**“Outorga do título de Professor Emérito da USP à Francisco Weffort”**. 18/10/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZsnyVpJL33s>>. Acesso em: 23/01/2024.

Entrevista de Marilena Chauí à Caros Amigos. In: CHAUI, M. **A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chauí**, vol. 3. São Paulo: Autêntica, 2014.

**“Direitas Já: rejeição da Emenda Dante de Oliveira marca a história do País”**. Câmara dos Deputados, 22/04/2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/431737-direitas-ja-rejeicao-da-emenda-dante-de-oliveira-marca-a-historia-do-pais/>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura”**. Agência Senado 14/11/2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Dom Paulo Evaristo Arns morre em São Paulo aos 95 anos”**. G1 14/12/2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/d-paulo-evaristo-arns-morre-em-sao-paulo-aos-95-anos.ghml>>. Consulta em: 16/05/2023.

**“Autoritária e modernizante, reforma universitária completa 50 anos”**, UFMG, 28/11/2018. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autoritaria-e-modernizante-reforma-universitaria-completa-50-anos>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“O convento dos perseguidos”**. Folha de São Paulo. 12/05/2019.

**“FHC conta como Cebrap o aproximou de Ulysses e Lula na ditadura”**. Folha de São Paulo. 12/05/2019.

**“Morre o ex-ministro Roberto Herbster Gusmão (1923-2019)”**. Revista Veja 17/08/2019. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/morre-o-politico-roberto-herbster-gusmao-1923-2019/>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Ex-ministro Roberto Herbster Gusmão morre aos 96 anos em São Paulo”**. G1 18/08/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/18/morre-aos-96-anos-o-ex-ministro-roberto-herbster-gusmao.ghtml>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Weffort: Um intelectual em ação”**. Revista Pesquisa Fapesp. 06/08/2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/um-intelectual-em-acao/>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Homenagem ao Prof. Francisco Corrêa Weffort: Uma Vida em Defesa da Democracia”**. Instituto de Estudos Avançados da USP 07/10/2021. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/eventos/homenagem-francisco-weffort>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Morre Jacó Bittar, 81, fundador do PT e ex-prefeito de Campinas”**. Folha de São Paulo. 26/05/2022.

**“Morre o professor Antonio Angarita, um dos fundadores do Cebrap”**. Cebrap 31/08/2022. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/morre-o-professor-antonio-angarita-um-dos-fundadores-do-cebrap/>>. Acesso em: 23/01/2024.

**“Obituário Antônio Ignácio Angarita Ferreira da Silva: Apaixonado pela democracia, deixa legado na FGV”**. Folha de São Paulo 04/09/2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/mortes-apaixonado-pela-democracia-deixa-legado-na-fgv.shtml>>. Acesso em: 23/01/2024.

**Verbetes biográficos “Francisco Weffort” DHBB/FGV-CPDOC**. (sem data). Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/weffort-francisco>>. Consulta em: 17/05/2023.

**FGV-CPDOC, verbete “Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”**. (sem data) Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>>. Consulta em: 28/11/2023.

**USP - Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin**. (sem data). Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/história/>>. Acesso em: 23/01/2024.

**Biografia Celso Lafer**. (sem data) CEBRI. Disponível em: <<https://www.cebri.org.br/especialista/16/celso-lafer>>. e Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: <http://www.abc.org.br/membro/celso-lafer/>. Acesso em: 23/01/2024.

**PT: Secretarias e Setoriais. Secretaria Nacional Geral** (sem data). Disponível em: <<https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/geral/>>. Acesso em: 23/01/2024.

**CUT: Breve histórico**. (sem data). Disponível em: <<https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>>. Acesso em: 23/01/2024.

**FGV-EAESP “Nossa História”**. (sem data). Disponível em: <<https://eaesp.fgv.br/sobre-eaesp>>. Acesso em: 23/01/2024.